
PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PTDRS



1ª Edição – 2010 - Caetité - Bahia



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – SDT

COORDENAÇÃO ESTADUAL DOS TERRITÓRIOS – CET

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO – CODESP

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO SERTÃO PRODUTIVO

BAHIA

1ª Edição – Dezembro de 2010

COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS EM ACESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA – ASCONTEC

Contrato de Repasse

0267708-85/2008 – ASCONTEC/CAIXA/MDA

Parceria na Qualificação do Plano

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia – FETAG/BA

Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ/SEPLAN

Instâncias Territoriais

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO SERTÃOPRODUTIVO – CODESP

Coordenação Executiva

Núcleo Técnico

Assessores Técnicos Territoriais

Anderson Públio Azevedo – FETAG/INGÁ

Verônica dos Santos Brito – ASCONTEC/MDA

Consultores Estaduais

Ana Cláudia Gomes dos Santos – IICA/MDA

Gustavo Machado – FETAG-BA/INGÁ

Consultores do Plano

Sândalo Paim

Taciana Carvalho

Dermeval Gervásio

Contato do Colegiado

Avenida Anísio Teixeira, s/nº - Caetité - Bahia. CEP. 46.400-000

Telefone: (77) 8112-0053

sertaoproductivo@yahoo.com.br

SUMARIO

INTRODUÇÃO

Metodologia

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO

Aspectos Históricos

O TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO

Aspectos Geoambientais

Unidade Geoambiental Vão do São Francisco

Unidade Geoambiental Pediplano Sertanejo

Unidade Geoambiental Patamares do Espinhaço

Unidade Geoambiental Patamares do Rio de Contas

Unidade Geoambiental dos Gerais

Unidade Geoambiental Serras Centrais

Unidade Geoambiental Serras da Borda da Chapada

Unidade Geoambiental Pediplano da Chapada

Unidade Geoambiental Passivo Ambiental

Aspectos Demográficos

Aspectos Econômicos

Aspectos da Estrutura Agrária

Aspectos Industriais e Mineração

Aspectos Comércio e Serviços

Infra-estruturar

Sistemas de Transportes e Comunicações

Energia Elétrica

Saneamento Básico

Abastecimento de Água

Esgotamento Sanitário

Remoção e Disposição do Lixo

GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO

VISÃO DE FUTURO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO

EIXOS AGLUTINADORES

EIXO – FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

EIXO RECURSO HÍDRICO E MEIO AMBIENTE

EIXO SAÚDE

EIXO EDUCAÇÃO NO CAMPO

EIXO COMUNICAÇÃO E CULTURA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANEXOS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

A abordagem territorial do desenvolvimento tem se apresentado como um acertado mecanismo de diagnóstico para que se possam perceber as transformações que se desencadeiam na área rural brasileira. A partir desta perspectiva, podem-se formular as estratégias em prol do incremento sustentável desses espaços. A participação de instituições locais capazes de favorecer a harmonia entre os distintos agentes territoriais e o aproveitamento e preservação de seus recursos naturais, culturais e sociais, são fatores fundamentais na dinamização alcançada por alguns espaços rurais. Objetivando colaborar com esse debate de maneira que as informações daí percebidas possam servir de subsídios para políticas de desenvolvimento sustentável no Território do Sertão Produtivo - BA, o Plano a seguir.

Vale salientar que esta publicação constitui-se no produto de um trabalho conjunto iniciado em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, e pelo Estado da Bahia com vistas à promoção do crescimento integrado do estado, adotando-se a Territorialidade e o Planejamento respectivamente como visão e como instrumento para a tomada de decisões, que no caso específico resultaram de consensos compartilhados entre agentes da sociedade civil do Território do Sertão Produtivo e do poder público em suas esferas municipal, estadual e federal.

Para o MDA, território é uma área física extensiva, geograficamente definida, genericamente contínua, compreendendo espaços urbanos e rurais particularizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a sociedade, a cultura, a política, a economia, as instituições organizadas e a população com os distintos grupos sociais que a compõe e que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde daí pode-se extrair um ou mais elementos que indicam sua identidade e suas coesões sociais e culturais. Assim, o MDA tem como objetivo promover o desenvolvimento dos Territórios Rurais no Brasil, priorizando a Agricultura Familiar e incluindo comunidades tradicionais, assentamentos, tribos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, comunidades de fundo de pasto, perímetros irrigados (comunidades de brejos) e comunidades de sequeiro. Percebesse que a

abordagem territorial é uma idealização que traz nova visão às constantes dificuldades da realidade do interior brasileiro. A compreensão dessa realidade por territórios colabora para o enfrentamento das desigualdades regionais do chamado “Brasil Rural”, onde a população interiorana como um todo, e especialmente na Região Nordeste, convive com a permanente falta de oportunidades de emprego e geração de renda, além de questões novas e atualmente preocupantes, como a degradação ambiental. Imbuído de percepção moderna de gestão, a partir de 2006 o governo estadual passou a reconhecer no Planejamento Territorial a existência de 26 Territórios de Identidade na Bahia, o que oportunizou maior amplitude nos debates a cerca da territorialidade, pois estes mesmos Territórios passaram a ser analisados como unidades de planejamento para a execução de políticas públicas no governo baiano.

O procedimento de aparelhamento institucional do Território Sertão Produtivo tem seu marco inaugural no 1º Seminário sobre Desenvolvimento Territorial, realizado em 2004 em Caetité, visando à mobilização e articulação de toda a região. Este episódio contribuiu para a implantação da Política Nacional de Desenvolvimento no território. A elaboração do presente PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – revelou-se então uma consequência natural da série de estudos e debates liderados anteriormente pelo Conselho de Desenvolvimento do Território Sertão Produtivo – CODESP, criado em 2007 com a finalidade de congregar de forma efetiva o poder público e a sociedade civil organizada em torno da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial, com foco na inclusão social e na diminuição da linha de pobreza que ainda se faz presente na região por meio de políticas públicas, voltadas para uma maior integração entre os dezenove municípios que compõem o Território Sertão Produtivo.

Metodologia



O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sertão Produtivo, como afirmado anteriormente, é o instrumento principal e orientador das estratégias e intervenções no Território, tendo como proposta inicial propiciar a articulação e a

implementação de programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento sustentável da região. Assim sendo, o PTDRS é consequência de um extenso procedimento de sensibilização, mobilização e organização da coletividade dos atores do Território, tanto agentes da administração pública, quanto lideranças da sociedade civil, e leva em consideração a disposição governamental em democratizar e universalizar o acesso dos Territórios Rurais às políticas públicas, numa probabilidade de gestão social participativa e compartilhada do incremento rural sustentável da região. As informações técnicas e contribuições dos setores acima citados, acumulados ao longo da última meia década, contribuíram para definição dos principais eixos de desenvolvimento do PTDRS. Estas linhas fomentaram o debate e motivaram os municípios a conjecturar e apontar suas demandas fundamentais, através de oficinas municipais com o intuito de aprofundar as contestações quantos aos eixos aglutinadores do Plano. Tais oficinas foram realizadas por duas entidades em períodos diferentes sendo uma o Centro de Agroecologia no Semi-Árido – CASA e pela ASCONTEC, entidades mobilizadoras do Território, através convênios com a SDT/MDA, por meio da Caixa Econômica Federal.

Ao término do processo de levantamento das demandas para cada um dos eixos, as informações coletadas foram aglutinadas, possibilitando a estruturação do que viria a ser a versão preliminar do futuro PTDS, assim dispostos: **Agricultura Familiar** (agroindústrias, mandioca/cana de açúcar, tanques de resfriamento de leite, sementes, caprinivincultura, habitação rural e turismo rural), **Recursos Hídrico e Meio Ambiente** (cisternas, barragens,

viveiros de mudas e esgotamento sanitário); **Saúde** (sanitários residenciais, abatedouro/frigorífico territorial, PSF, ambulâncias SAMUR, Medicina Alternativa e Odontologia); **Educação no Campo** (educação contextualizada, cursos profissionalizantes, bibliotecas e Infocentros); e como último eixo a **Cultura** (artesanato, feiras territoriais e cinema itinerante). Assim, os municípios que fazem parte do Território Sertão Produtivo estarão focados em fortalecer a agricultura familiar decorrentes de ações de geração de renda e de garantia de alimentação saudável às famílias ali residentes.



A partir de então, os esforços do CODESP se firmaram em buscar a viabilização de recursos dentro do Território, através dos cinco eixos aglutinadores acima expostos. Com essa organização inicial, outras atividades foram cumpridas para especificar os programas e projetos a serem inseridos no PTDRS. A decorrência disto foi uma alteração legítima que obteve o aval de vários setores da sociedade e serviu para o detalhamento dos eixos norteadores do Plano Territorial. O processo de sistematização das informações ficou a cargo do articulador territorial juntamente com o Núcleo Técnico do Território, responsável por fazer os ajustes necessários antes do processo de validação do PTDS. O Território do Sertão Produtivo, com 23.631 quilômetros quadrados, é formado por dezenove municípios e compreende-se entre as regiões da Serra Geral e do Médio São Francisco. Em 2007 segundo dados do IBGE a população total era de 421.076, dos quais 216.461 encontram-se em áreas rurais (51,41%). Ou seja, mesmo sendo uma região com potenciais para grandes riquezas, como extração de urânio, ferro e da produção de energia eólica, o território tem 90% de sua economia baseada na agricultura familiar, segundo ressaltou em 2009, o Superintendente de Agricultura Familiar da Secretaria da Agricultura (Seagri) Ailton Florêncio.

Várias atividades de sensibilização pontuaram este período, **levando** em conta um conjunto de prioridades sugeridas para o desenvolvimento e a integração dos dezenove municípios do território.

Em 2006, foi criado o CODESP – Conselho de Desenvolvimento do Território Sertão Produtivo. Baseando-se na gestão democrática, o CODESP buscou originalmente congregar todos os segmentos da sociedade civil organizada, bem como representantes do governo, além de diversas ONGs que já atuavam no território. Sua obrigação fundamental é pelo desenvolvimento sustentável e pela integração dos municípios do Sertão Produtivo.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO

Aspectos Históricos

A região do denominado Território de Identidade Sertão Produtivo começou o seu processo atual de concepção social, político-administrativa e cultural entre os séculos XVII e XVIII, quando principiou-se a ocupação econômica de seus municípios e de todo Alto Sertão da Bahia. Essa ocupação se deu através do sistema de sesmarias, que distribuiu terras, definindo sua propriedade, posse e uso em decorrência do sistema de Capitanias Hereditárias no século XVI. Antônio Guedes de Brito tornou-se um dos maiores latifundiários da região, detentor de terras que compreendiam do norte da Bahia a grande parte do atual território de Minas Gerais. Essa dinâmica de emprego de terras ociosas principiou no médio São Francisco e Serra Geral, com fazendas de gado de Antonio Guedes de Brito. Ainda que o método de povoamento, posse e propriedade da terra da região tenha se estabelecido originariamente da regra latifundiária, na época presente, o arcabouço fundiário do Sertão Produtivo baseiam-se em minifúndios.

Antes do processo de ocupação econômica, a região era ocupada pelos indígenas “tapuias ou gês da tribo dos aimorés” e “tamoios”. Os tapuias são considerados os mais antigos e mais primitivos indígenas do Brasil. Ocuparam os sertões após serem banidos do litoral pelos tupis. O processo de dizimação e aculturação dos indígenas também ocorreu nessa região.

Na segunda metade do século XIX, remanescentes de botocudos, pataxós, mongóis, imborés, camacãs, maracás e ferradas, aldeados na região durante a segunda metade do século XIX. Posteriormente deslocaram-se para o litoral ou foram assimilados e aculturados. Contudo no Alto Sertão da Serra Geral não havia índios aldeados. Respondendo ofício circular do Presidente da Província, em 1848, Joaquim de Azevedo Monteiro, Juiz Municipal e de Órfãos, informou “não haver terras neste Termo (de Caetité), concedidas para aldeamento de Índios”. Os primitivos habitantes foram absorvidos como mão-de-obra na agropecuária e perderam sua identidade étnico-cultural.

Os aspectos que mais distinguiram o povoamento do Alto Sertão Baiano são os estabelecimentos de fazendas de gado no vale do rio São

Francisco e a exploração de ouro e diamantes nas terras do Sertão Produtivo. Essas duas atividades impulsionaram o processo de colonização na condição em que novos espaços eram tomados com a criação de rebanho e à medida que a exploração de ouro atraiu massas populacionais.

Os primeiros habitantes do sertão foram fazendeiros, administradores de fazendas, vaqueiros, livres e escravos. A mineração das serras da Tromba e das Almas trouxe pessoas de várias origens, que se instalaram precariamente nos arredores dos garimpos, criando assim os primeiros núcleos populacionais. O rio São Francisco e a estrada da Bahia para Minas Gerais e Goiás igualmente contribuíram para o povoamento da região.

Em consequência da mineração surgiram os primeiros povoados, dentre os quais destacamos Jacobina situada ao norte da Bahia, em 1720, e Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas no ano de 1724. A partir da segunda metade do século XVIII surgiram novos municípios, em função do crescimento demográfico. Em 1746, Jacobina desmembrou Santo Antonio do Urubu de Cima (atual Paratinga), do qual emancipou Macaúbas em 1832. Deste município emancipou Palmas de Monte Alto, em 1840, que por sua vez desmembrou entre outros, em Guanambi, em 1919.

Minas do Rio de Contas desmembrou-se pela segunda vez em 1810 com a criação da Vila Nova do Príncipe e Santa Ana do Caetité. Este, no decorrer do século XIX, segmentou-se várias vezes, originando: Imperial Vila da Vitória (Vitória da Conquista), em 1840; Santo Antonio da Barra (Condeúba), 1860; Bom Jesus dos Meiras (Brumado), em 1877; Boa Viagem e Almas (Jacaraci), 1880; Vila Bela da Umburana (distrito de Quirapá), 1889.

Durante o século XX o município de Caetité e os demais municípios emancipados desse desmembraram em vários outros municípios, a exemplo de Caculé, Ibiassucê, e Rio do Antônio. Tais desmembramentos municipais elucidam que ampla parcela das povoações de onde resultaram os atuais municípios do Sertão Produtivo teve sua origem no território de Caetité. A autoridade histórica do município também está relacionada à sua posição geográfica, uma vez localizada a aproximadamente 900 m de altitude nas encostas de serras e banhado por riachos. Tornou-se assim um próspero ponto de pouso de pecuaristas e mineradores que trafegavam pela região. Aliado a esses aspectos, a terra fértil foi propícia a agricultura policultura.

A cidade de Caetité foi, por muito tempo, o centro político, econômico e cultural dessa região. No Alto Sertão, desafiando o isolamento do restante do país e as dificuldades do meio agreste, constituíram-se os caminhos do sertão de difícil acesso. Entre secas devastadoras e carência de recursos para a sobrevivência, o esvaziamento populacional parecia inevitável. Contudo, aqueles que dispunham de algum recurso que fosse suficiente para a produção dos meios de vida, criaram verdadeiros nichos civilizatórios, onde mantinham acesa uma sociedade informada quanto aos distantes acontecimentos do país e deles tomarem partido.

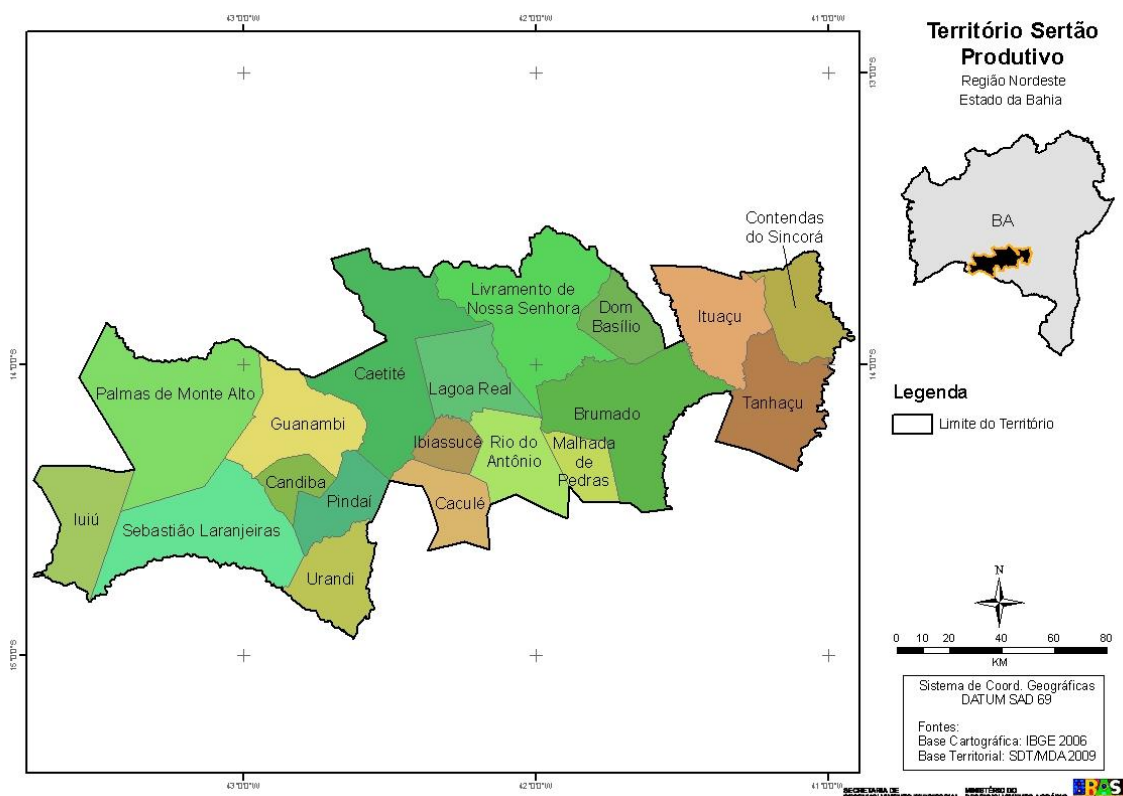
Desse modo, o território teve como característica, a desigualdade nos aspectos econômicos, político, cultural e social, uma vez que desde sua origem congregado a essas “ilhas de civilidade”, havia uma parte majoritária da população formada de analfabetos e sertanejos desprovidos de recursos e castigados pelas estiagens. As chuvas escassas e irregulares fizeram do sertanejo um migrante fugitivo do flagelo da seca. A perda da plantação e do rebanho, além da ausência de perspectivas, fez surgir um tipo característico dessa região – o “sampauleiro”, que pode ser definido como aquele indivíduo que deixava o local de origem para procurar, em terras de São Paulo, melhores condições de trabalho e de sobrevivência. Esse ser social caracterizava-se pelo constante ir-e-vir, tornando-se um elo entre o Centro-Sul e as comunidades sertanejas. Era o subordinado que, embora possuísse a propriedade da terra, não dispunha de recursos para torná-la produtiva; era o expropriado; o antigo agregado; a vítima da seca inclemente ou dos desmandos do coronel; o filho rejeitado ou rebelde; o fugitivo da lei ou da rígida moral sertaneja; os endividados; a moça violentada; a mãe solteira; o aventureiro; o jagunço sem chefe. O sampauleiro era também um desbravador e, de certo modo, um modernizador da comunidade do alto sertão.

Contemporaneamente, o vulto do remoto sampauleiro é comparado ao dos trabalhadores do corte de cana-de-açúcar que sazonalmente migram para os estados de São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais em busca de trabalho. Um contingente elevado de jovens moradores da Zona Rural e Urbana, bem como adultos do sexo masculino na grande maioria, habitantes de todos os municípios que integram o Sertão Produtivo despovoam as terras do sertão. As duras condições de trabalho, moradia e alimentação nas áreas de colheita da

cana não afugentam esses sertanejos despossuídos de qualificação profissional e de trabalho.

As peculiaridades e decorrências sócio-econômicas e culturais deste movimento migratório necessitam ser analisadas em sua plenitude. Atualmente o processo de despovoamento do campo ainda é crescente, mesmo com o progresso das condições de infra-estrutura implementadas na zona agreste dos municípios, através de programas sociais (eletrificação, encanamento de água, incentivo agrícola, dentre outros.). Imagina-se que certos aspectos culturais são condescendentes nessa dinâmica. Assim, a região mantém a descrição típica do método de colonização delineado anteriormente. As condições sócio-ambientais permanecem como característica regional e os presentes indicadores sócio-econômicos evidenciam uma região cuja população detém um baixo nível de escolaridade, altos índices de analfabetismo, acanhados rendimento salariais e pouco acesso à cultura e informação. Tudo isso agravados pelas mesmas condições climáticas de outrora: as secas prolongadas.

O Território Sertão Produtivo



Como anteriormente mencionado, o Território Sertão Produtivo é formado por dezenove municípios, sendo eles: Caetité (município sede), Guanambi, Palmas de Monte Alto, Iuiú, Candiba, Pindaí, Urandi, Sebastião Laranjeiras, Ibiassucê, Caculé, Rio do Antonio, Malhada de Pedras, Brumado, Tanhaçu, Ituaçu, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora e Lagoa Real, com o PIB de (milhões), R\$ 1.840,28 em 2007.

Na crônica dos antigos viajantes era conhecido como Alto Sertão baiano, extensão de caatinga que ia de Vitória da Conquista ao Rio São Francisco, da Chapada Diamantina até as fronteiras de Minas Gerais. Terra de famílias aristocráticas, aventureiros, ciganos, índios, garimpeiros, escravos e inconfidentes em fuga do estado vizinho. Distante do tempo das sinhás e dos coronéis, essa região, o Território Sertão Produtivo, situa-se no mapa econômico da Bahia como a zona de maior concentração de minérios do estado, a exemplo da exploração de urânio, ferro, Magnesita, Manganês e talco. Esse mercado gera milhares de empregos, diretos e indiretos, nos próximos dois anos devem ser multiplicados em função dos investimentos que vem sendo feitos na região.

O Território se enquadra entre as coordenadas geográficas 40°52'/43°40' de Longitude Oeste e 13°40'/15°00' de Latitude Sul, limitando-se ao norte com a região da Chapada Diamantina, ao leste com a região Sudoeste, ao sul com a região da Serra Geral e com o estado de Minas Gerais e a oeste com a região do Médio São Francisco.

De uma maneira geral, dados relacionados aos aspectos físicos do meio ambiente, das Regiões da Bahia, estão fundamentados em estudos desenvolvidos por vários órgãos, no âmbito estadual e federal, publicados na forma de textos e mapas, tratando dos principais elementos que compõem o cenário natural. As Unidades Geoambientais (UGs) foram concebidas a partir dos limites geomorfológicos compilados, que se constituem na referência cartográfica que melhor expressa e explica a conformação da paisagem, resultante dos vários processos de modelagem que atuaram e que continuam em andamento na Região. Outros aspectos naturais importantes – pedológicos, geológicos, fitoecológicos, formas de uso da terra e clima – também foram abordados, sumariamente, para complementar a caracterização, no sentido de

facilitar a compreensão do ambiente físico da Região, em uma abordagem integrada que expressa, também, a forma como este espaço foi ocupado e as repercussões decorrentes das ações antrópicas.

Indicadores Territoriais

| | Bahia | Sertão Produtivo - BA | (%) |
|------------------------------------|------------|-----------------------|-------|
| Municípios | 417 | 19 | 4,56 |
| Área | 571.502,30 | 23.631,00 | 4,13 |
| População | 13.070.250 | 421.076 | 3,22 |
| População Rural | 4.297.902 | 216.461 | 5,04 |
| Pescadores | 36.851 | 49 | 0,13 |
| Agricultores Familiares | 623.130 | 41.574 | 6,67 |
| Famílias Assentadas | 38.429 | 60 | 0,16 |
| Demanda Social | 684.753 | 41.672 | 6,09 |
| Bolsa Família | 2.146.788 | 73.376 | 3,42 |
| Quilombolas | 208 | 95 | 45,67 |
| Terras Indígenas | 21 | 13 | 61,90 |
| Número de Municípios Dinâmicos(*) | 76 | 3 | 3,95 |
| Número de Municípios Estagnados(*) | 285 | 16 | 5,61 |

(*) **Desigualdade Regional:** cruzamento das variáveis "rendimento domiciliar médio" e "crescimento do PIB per capita". **Fonte de Dados:** Ministério da Integração Nacional, 2005.

Aspectos Geoambientais

O clima do território Sertão Produtivo é seco, sub-úmido e semi-árido, com chuvas que se estendem entre os meses de novembro a janeiro. A pluviosidade anual tem os subseqüentes indicadores: média 772 mm, máxima 1.243mm e mínima 356 mm. A temperatura média anual atinge 24,0 °C, alcançando máxima de 45,0°C e mínima de 16,1 °C.

O Território se enquadra entre as coordenadas geográficas 40°52'/43°40' de Longitude Oeste e 13°40'/15°00' de Latitude Sul, limitando-se ao norte com a região da Sertão Produtivo, ao leste com a região Sudoeste, ao

sul com a região da Serra Geral e com o estado de Minas Gerais e a oeste com a região do Médio São Francisco.

Dentre os estudos desenvolvidos para a região, destacam-se os levantamentos de recursos naturais realizados pelo Projeto RADAMBRASIL (1981 e 1982), que foram adotados como os principais subsídios referenciais para a caracterização e definição dos aspectos ambientais regionais, pelo fato de cobrirem toda a extensão do território e por apresentarem uma abordagem multitemática. As Unidades Geoambientais (UGs) foram concebidas a partir dos limites geomorfológicos compilados, que se constituem na referência cartográfica que melhor expressa e explica a conformação da paisagem, resultante dos vários processos de modelagem que atuaram e que continuam em andamento na Região. Outros aspectos naturais importantes – pedológicos, geológicos, fitoecológicos, formas de uso da terra e clima – também foram abordados, sumariamente, para complementar a caracterização, no sentido de facilitar a compreensão do ambiente físico da Região, em uma abordagem integrada que expressa, também, a forma como este espaço foi ocupado e as repercussões decorrentes das ações antrópicas.

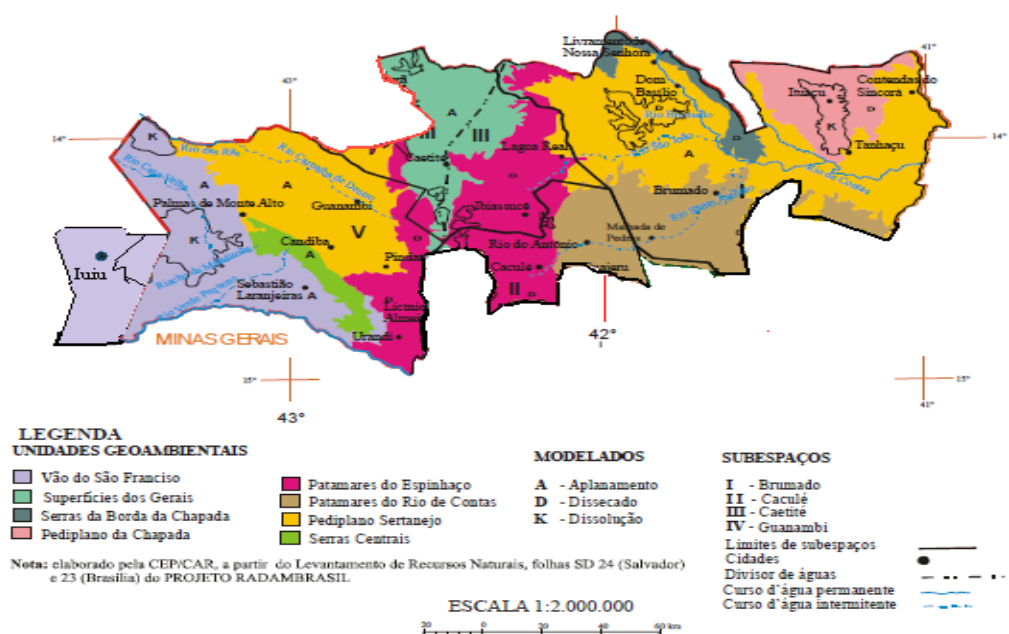


O Território do Sertão Produtivo se encontra dentro da Serra Geral que é composta por rochas vulcânicas básicas (basaltos) e intermediárias (riodacitos) apresentando intercalações de arenitos finos, as pesquisas mineralógicas concluíram pela existência de extensa jazida ferrífera, cuja exploração econômica veio a dar-se a partir de 2007. Além do ferro, a região produz mármore, granitos diversos, pedra-giz (Brumado), ametistas e urânio, sendo a mina situada em Caetité a principal na produção deste mineral, no Brasil. Configura-se como se fosse um elemento de ligação entre a Chapada Diamantina e a Serra do Espinhaço, o que daria as três a provável origem orográfica comum, formando uma mesma cordilheira na origem remota.

Serra Geral é uma das divisões administrativas do Estado da Bahia. As principais cidades localizadas na Serra Geral são Guanambi e Brumado. Além destas, tem-se: Caetité, Caculé, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ibiassucê, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras e Palmas de Monte Alto. Seus municípios, na quase totalidade emancipados do território original da Vila Nova do Príncipe e Santana do Caetité, perfazem uma extensão territorial 32.354,6 km², ou seja, 5,7% do território baiano.

Complementarmente, para uma melhor visualização espacial do cenário natural, são apresentadas figuras cartográficas simplificadas, na escala aproximada de 1: 2.000.000, representando as Unidades Geoambientais, a Vegetação e a Tipologia Climática, e a Temperatura Média Anual. Estas figuras foram adaptadas a partir do Perfil Regional da Serra Geral, elaborado pela CAR (2007) e de dados gerais sobre os municípios da Bahia (WIKIPÉDIA, 2009).

MAPA UNIDADES GEOAMBIENTAIS



Fonte: CAR/2006

Unidade Geoambiental Vão do São Francisco

Esta Unidade é limitada, a leste, pelo Planalto do Espinhaço, localmente representado pelas Serra Geral, Serra das Ametistas e Serra das Almas e pelos relevos residuais adjacentes, que constituem o divisor de águas entre as bacias dos rios São Francisco e de Contas. A oeste, o limite da Unidade, se estende até o Planalto do Divisor do São Francisco/Tocantins, fora da Região Econômica. A unidade está inserida no domínio das Depressões pediplanadas formando, em geral, um plano inclinado no sentido do rio São Francisco.

Possui uma altitude média predominante de 450m, apresentando, como modelados resultantes das várias fases de processos de morfogênese, superfícies cáusticas ou planos encobertos. A área é drenada por um subsistema hidrográfico de regime, em geral, intermitente, composto pelo rio Casa Velha e por riachos de menor porte, pertencentes à bacia do rio São Francisco. Ainda na mesma bacia hidrográfica, o riacho Mandiroba se destaca como o subafluente intermitente do rio Verde Pequeno, que atua como limite interestadual entre a Bahia e Minas Gerais. Este rio se dirige, por sua vez, para o rio Verde Grande, passando a compor a sua sub-bacia. No aspecto climático, os dados apontam para uma classe que varia do semi-árido, de caráter atenuado, ao tipo seco subúmido, com uma pluviosidade média anual na faixa de 700 mm a 800 mm, a qual, nas proximidades de Sebastião Laranjeiras e Urandi, atinge mais de 800 mm anuais. A temperatura média anual é inversamente proporcional à altitude e varia de 22°C a 23°C, influenciando na elevada evapotranspiração potencial (EP) que provoca déficits hídricos no solo, na maioria dos meses do ano, embora seja mais amena nas áreas de altitude mais altas. No entanto, a característica mais importante do clima regional é a irregularidade inter anual das precipitações pluviométricas, com oscilações que interferem bastante na atividade agropecuária, condicionando a produção de sequeiro.

Quanto aos aspectos geológicos, esta área é formada pela predominância das rochas calcárias do Grupo Bambuí, particularmente pelo Subgrupo Paraopebas e, em menor proporção, por coberturas detríticas do Tércio-Quaternário. A litológica dessas rochas determinou as características

químicas e físicas dos solos, influenciando, no primeiro caso, para sua maior fertilidade natural e, no segundo, para uma menor fertilidade. Ainda nesta Unidade, aflora para conglomerados da Formação Jequitaí, de origem sedimentar, formados por fragmentos de rochas de vários tamanhos.

Destacam-se ainda, nesta Unidade, superfícies com duas feições diferentes, sendo o modelado de aplanamento a dominante. Trata-se de uma superfície parcialmente conservada por coberturas detríticas arenosas, cuja declividade é inferior a 5%. Os principais processos em andamento são a erosão laminar e a lixiviação dos materiais finos. Esta cobertura se constitui no próprio material originário dos solos dominantes (latossolos) de textura média e argilosa, predominantemente ácidos e com alta saturação de alumínio, prejudicial ao desenvolvimento de grande parte das culturas.

Ocorrem ainda outros tipos associados, com uma fertilidade natural média e alta (cambissolos e, de uma forma geral, latossolos vermelho escuro). Em todos os casos, as características físicas favoráveis, associadas ao relevo plano, contribuem, naturalmente, para uma melhor estabilidade estrutural do meio, o que minimiza o potencial erosivo. No entanto, o uso e o manejo inadequados têm provocado, de uma forma geral, perdas e compactação do solo em vários graus, além da diminuição da fertilidade natural e da retenção da água, comprometendo, inclusive, o desempenho da produção agrícola. A maior ocupação da terra, nesta parte da Unidade, é atribuída à atividade pecuária semi-intensiva e intensiva (em menor proporção) e à lavoura de algodão, ocorrendo, também, culturas de subsistência entre os pequenos produtores, com baixo rendimento físico.

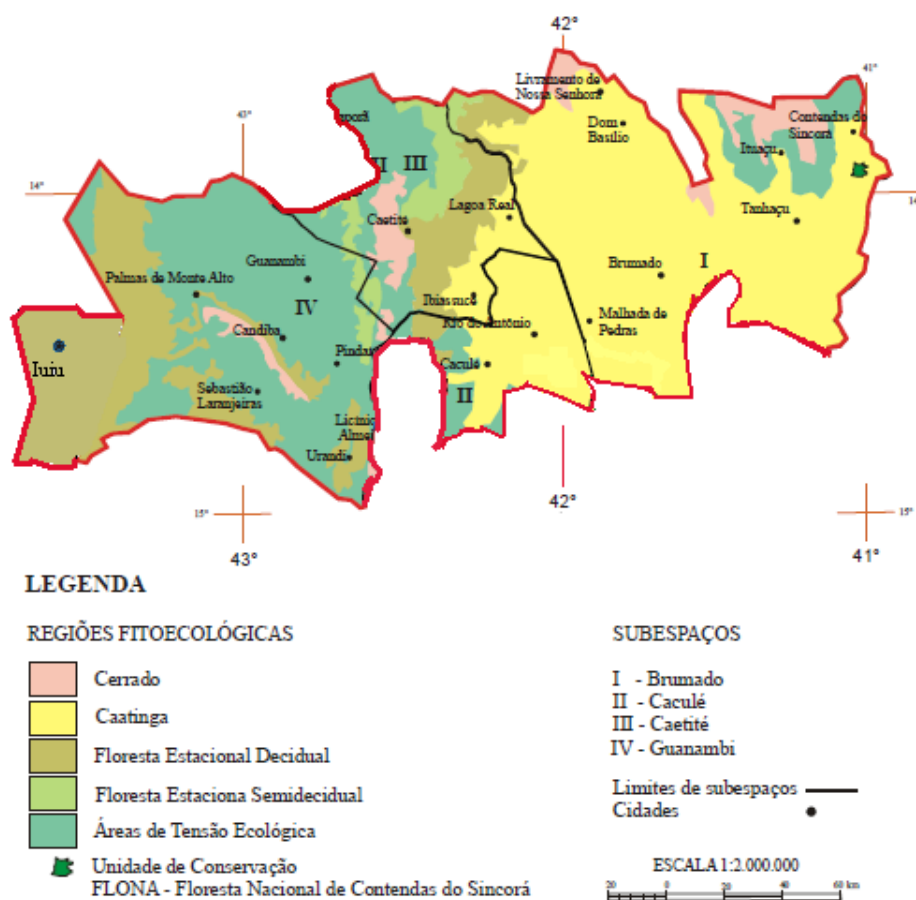
A outra superfície é originada por processos geomorfológicos que atuam na rocha calcária, elaborando feições típicas pela dissolução química dessa rocha, o que, localmente, gera um estado de instabilidade estrutural no meio ambiente, a longo prazo. É uma extensão do denominado Vale do Iuiú, dando continuidade ao relevo plano e aos solos medianamente evoluídos (cambissolos), a maioria com uma profundidade inferior a um metro e meio, mas com condições físicas gerais favoráveis. Do ponto de vista químico, há uma grande disponibilidade de nutrientes para as plantas, diminuindo muito a necessidade de adubação inorgânica, característica que, aliada à textura argilosa, põe estes solos entre os mais férteis do Estado, embora possam estar

associados, freqüentemente, a outros tipos menos profundos, de menor potencial agrícola. Esta parte da Unidade é explorada, preferencialmente com uma pecuária bovina de melhor padrão de qualidade por médios e grandes proprietários, e com plantios de algodão, que, novamente se encontram em expansão, além das culturas de subsistência, pelos pequenos produtores.

O inadequado manejo do solo e as práticas agrícolas não apropriadas, no processo de ocupação, vêm provocando perdas de solo e compactação, bem como, o recrudescimento do ataque de pragas, que ampliam as dificuldades da atividade agropecuária, principalmente dos pequenos produtores, que têm na tração animal a forma predominante de preparo do solo. Por outro lado, a atividade algodoeira, aqui praticada com mais intensidade, exige, por si só, o uso intensivo de agroquímicos para combater as pragas e as doenças, causando impactos negativos, embora possua também um importante papel na absorção da mão-de-obra.

A cobertura vegetal reflete estas condições climáticas ao se inserir nas regiões fitoecológicas de transição, na forma de tensão ecológica (contato caatinga-floresta decidual na forma de ecotono) ou pela ocorrência de floresta estacional decidual, de caráter submontano, estando associada às áreas de solos mais férteis e mais argilosos. Em ambos os casos, a vegetação se encontra bastante degradada, exceto em pequenos trechos, apesar de ainda sofrer forte pressão pelo consumo energético da madeira.

MAPA DA VEGETAÇÃO



Fonte: CAR/2006

O potencial agropecuário da Unidade está condicionado ao solo dominante, que necessita de insumos, para promover a correção e o equilíbrio nutricional da terra, e do manejo adequado, do solo e da água. A área de calcário, entretanto, apresenta um maior potencial para a exploração agropecuária, sobretudo pela qualidade do solo. As baixas declividades existentes favorecem a introdução da mecanização nas várias etapas do ciclo das lavouras, com um elevado desempenho da máquina agrícola e ampliando as possibilidades de aumento da produtividade.

Estudos realizados pela CODEVASF apontaram uma área potencial para irrigação de 88.000 ha, em todo o Vale do Ijuí, envolvendo parte do município de Sebastião Laranjeiras, com implantação inicial de 30.306 ha, em três etapas. O projeto terá grande repercussão na Região não só pela geração de empregos como pela dinamização da economia regional.

A distribuição espacial da UG, no Território Sertão Produtivo, está limitada à área de maior influência do rio São Francisco, envolvendo grande parte dos municípios de Iuiú, Palmas de Monte Alto e Sebastião Laranjeiras e menor parte do município de Urandi.

Unidade Geoambiental Pediplano Sertanejo

Esta Unidade se estende em dois compartimentos distintos na Região, sendo um na bacia do rio de Contas, circundado por serras, planaltos e patamares, e o outro na sub-bacia do rio das Rãs, afluente do rio São Francisco, fazendo parte do domínio das depressões pediplanadas (Depressão Sertaneja), no embasamento cristalino.

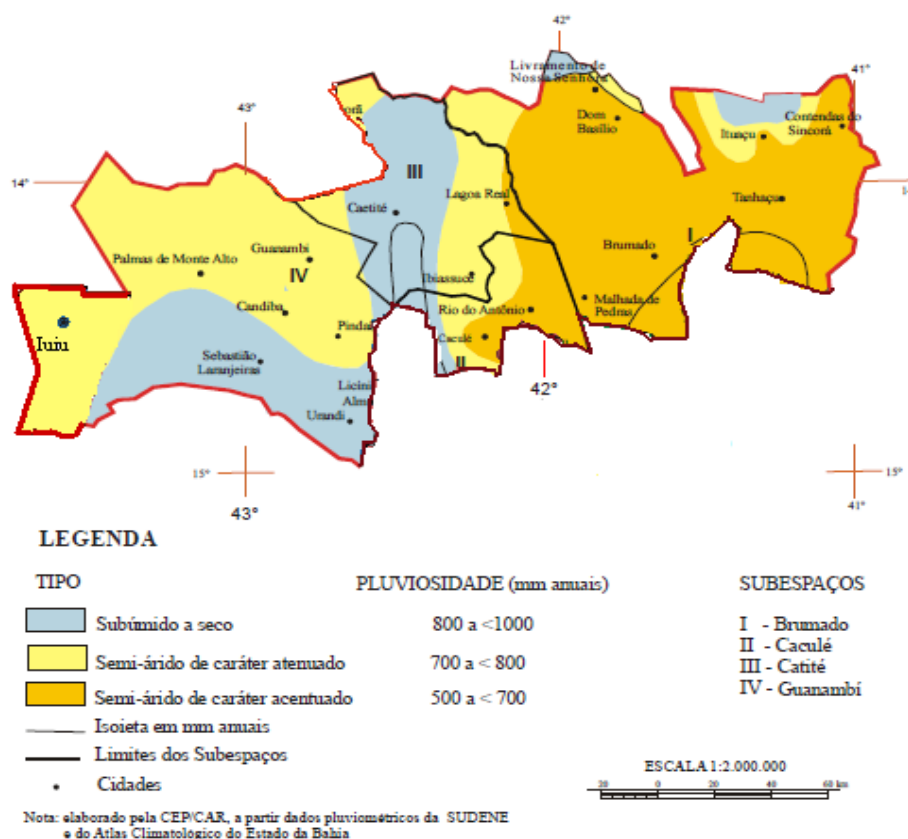
As superfícies aplanadas são predominantes constituindo-se, em geral, de planos inclinados no sentido da rede de drenagem, com uma altitude entre 200m e 500m. Apresentam, aleatoriamente, pequenas depressões circulares (pseudocársticas), conhecidas como lagoas, acumuladoras de água no período das chuvas que são utilizadas como fonte de abastecimento do gado. A ocorrência de elevações de rochas (*inselbergs*) mais resistentes quebra a monotonia da paisagem plana e completa o aspecto geral da Unidade. O relevo plano comanda o escoamento superficial difuso que favorece a prevalência da erosão laminar (baixa taxa erosiva), o qual, quando concentrado, geralmente nas áreas mais dissecadas - apenas um pequeno trecho na bacia do rio de Contas- adquire maior poder de transporte do material, carreando quantidades importantes de sedimentos.

O compartimento situado na bacia do rio de Contas é banhado pelo rio Brumado, de regime permanente, pelos rios Santo Antonio, São João e Gavião (limite leste), de regimes temporários, estando submetido, climaticamente, às condições as mais secas de toda a Região, enquadrada como do tipo semi-árido de caráter acentuado⁶. A distribuição das chuvas é irregular inter anualmente, com uma pluviosidade inferior a 700 mm anuais, e, apresentando, inclusive, setores com valores em torno de 500 mm.

A temperatura média é, também, a mais elevada de toda a Região, variando entre 22°C e 24°C anuais, em virtude de predominar, neste compartimento, altitudes menores, influenciando na elevada evapotranspiração

potencial, que provoca os maiores déficits hídrico da Região. Esta situação interfere bastante no arranjo produtivo, condicionando a produção agropecuária, muito vulnerável às oscilações climáticas devido ao baixo nível tecnológico adotado pela maioria dos produtores.

MAPA TIPOLOGIA CLIMÁTICA



Fonte: CAR/2006

O tipo de vegetação se enquadra na região fitoecológica de caatinga, de porte arbóreo aberto, com feições mais densas em alguns locais mais favoráveis. Atualmente, a cobertura, está completamente descaracterizada, raleada ou mesmo suprimida pelo corte seletivo das espécies de interesse econômico e pela ocupação da agropecuária, além da utilização da massa vegetal como fonte de energia, principalmente na atividade siderúrgica. Nesta área, foi criada a Unidade de Conservação Floresta Nacional de Contendas do Sincorá – FLONA, com 11.034 ha, em estágio de regeneração médio, administrada pelo IBAMA e que representa a única UC, nesta categoria, do Bioma Caatinga na Bahia.

Quanto ao aspecto geológico, a Unidade se caracteriza, neste setor, pela: predominância do Complexo Caraíba-Paramirim, terreno muito antigo, compondo o embasamento cristalino, de litológica bastante heterogênea, onde dominam os gnaisses, com ocorrências de talco, amianto e quartzo; pelo Complexo de Brumado, formado por mármore magnésitos, ferro, magnesita, talco e manganês; e por outros grupos de rochas menos representativas, como granitóides e metaultrabásicas. Ocorrem, além desses, de forma isolada, sedimentos arenosos mais recentes, como as Coberturas Detríticas.

As classes de solos que ocorrem com mais frequência são o latossolo de baixa fertilidade natural, o podzólico (argisolo) de fertilidade média, nas áreas de relevo mais movimentado e por isso, com maior susceptibilidade à erosão, e o planossolo, situado próximo aos eixos de drenagem, com características químicas e físicas desfavoráveis para a maioria das lavouras, pela menor retenção de água e pela tendência à salinização e compactação.

A utilização mais comum desses solos é com a pecuária extensiva, que apresenta respostas diferenciadas em função das suas características. Também as culturas de subsistência fazem parte do sistema de produção, além do algodão, com baixo nível tecnológico, utilizado como cultivo estratégico para contornar as adversidades climáticas. O mesmo comportamento é adotado na pecuária, através do plantio de palmas, embora esta prática não esteja ainda devidamente disseminada entre os produtores.

O outro compartimento da Unidade está inserido na bacia do rio São Francisco (área de influência de Guanambi), onde se destaca a sub-bacias do rio das Rãs, com o rio Carnaíba de Dentro, como principal afluente, de regime intermitente, e que tem o trecho superior do seu curso barrado para formar o açude Ceraíma, já no limite com a Unidade Geoambiental Patamares do Espinhaço. Neste local foi implantado um perímetro de irrigação pela CODEVASF, para a produção de fruteiras e de outros produtos agrícolas.

O clima, apesar de semi-árido, é menos severo que no setor da bacia do rio de Contas, apresentando pluviosidade acima de 700 mm anuais, embora persista a irregularidade inter anual das chuvas, importante condicionador da atividade agrícola de sequeiro. As temperaturas médias variam entre 22°C e 23°C, refletindo na evapotranspiração potencial ainda elevada, com significativos déficits hídricos. Como reflexo destas condições climáticas de

semi-aridez moderada, a vegetação exibe feições compatíveis com as das regiões fitoecológicas de transição, com áreas de tensão ecológica, na forma de contato entre a caatinga e a floresta decidual, mas que se encontra, em grande parte, degradada. Há uma forte pressão das atividades agropecuária, industrial e agroindustrial e de usos madeireiros diversos.

Neste setor, quanto ao aspecto geológico, domina o Complexo de Guanambi, formado por uma gama de rochas antigas, onde se destaca o sienito, rocha semelhante ao granito. A exposição deste Complexo é o resultado de um vigoroso processo de aplanamento que esta área sofreu, mais intenso nas proximidades da rede de drenagem. Ocorrem ainda, embora de forma esporádica, as Coberturas Detríticas arenosas de idade recente.

A heterogeneidade geológica concorre, por sua vez, para a diversidade de solos, onde a classe mais freqüente é a do podzólico, com uma fertilidade natural que varia de baixa (argissolos) a média (luvisolos), seguidos do planossolo solódico e do latossolo, que ocorrem em associações com outros tipos. Destes, o segundo é o que apresenta maiores restrições, já referidas anteriormente, para uso com lavouras. A sua ocorrência como um importante componente nas manchas do podzólico e do latossolo, amplia as dificuldades de manejo, principalmente, quando são explorados por pequenos produtores. Em manchas isoladas, ocorrem ainda solos rasos (neossolos litólicos) em relevos bastante movimentados, e, portanto, muito susceptível à erosão. Normalmente estão associado a afloramentos rochosos, o que aumenta bastante as limitações para o uso agropecuário.

A utilização mais comum dos solos deste setor é com a pecuária extensiva, em pastagens muitas vezes degradadas, e com cultivos de algodão e de subsistência. Em todos os casos o rendimento é baixo, predominando na atividade a pequena produção.

Espacialmente, esta é a Unidade que ocupa, individualmente, a maior parte do Território Sertão Produtivo, ocupando, aproximadamente, os municípios de Tanhaçu (80%), Contendas do Sincorá (80%), Ituaçu (15%), Brumado (30%), Lagoa Real (5%), Dom Basílio (85%), Livramento de Nossa Senhora (80%) e Rio do Antônio (2%), na bacia do rio de Contas. Também cobre cerca de 95% de Guanambi e de Candiba, 60% de Pindaí, 30% de Palmas de Monte Alto e 5% de Caetité, na bacia do rio São Francisco.

Unidade Geoambiental Patamares do Espinhaço

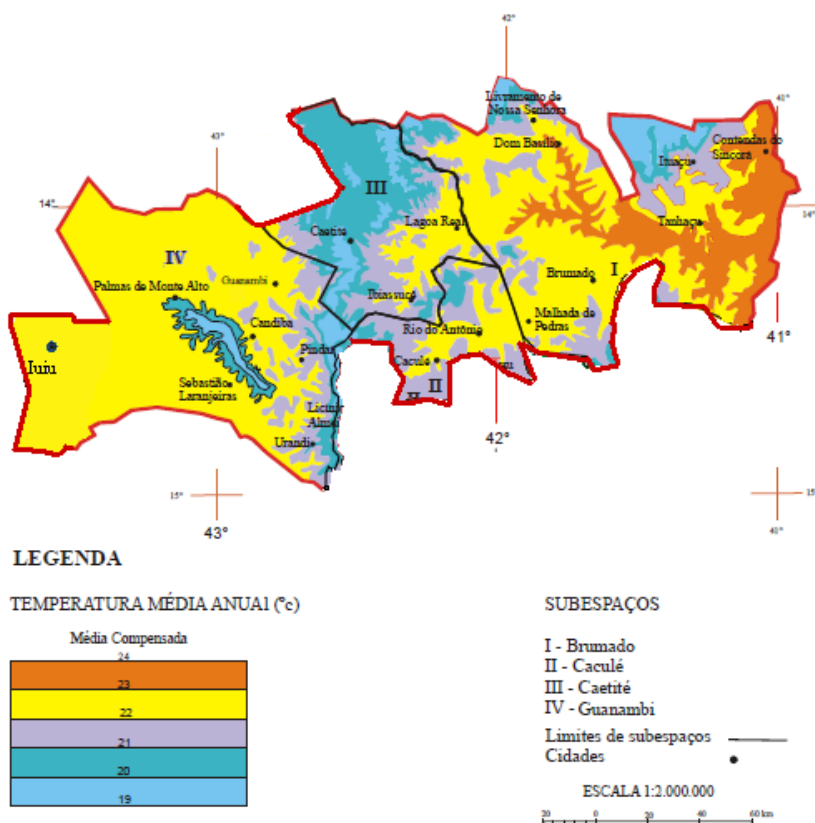
Situada nas bordas leste e oeste do Planalto do Espinhaço, este grande conjunto de elevações, que se estendem no sentido norte-sul, de Minas Gerais à Bahia, funciona como um divisor de águas entre o rio São Francisco e as bacias do centro leste do Estado, e constituindo-se num verdadeiro degrau, com uma altitude entre 700m e 900m. Este posicionamento, em ambos os lados do planalto, insere a Unidade na bacia do São Francisco (borda ocidental) e na bacia do rio de Contas (borda oriental). Trata-se de uma área de feição predominantemente dissecada, com relevo ondulado ou forte ondulado e, por isso, apresenta grau de vulnerabilidade à erosão moderado a forte, podendo desenvolver processos de erosão laminar ou em sulco, potencializado pela supressão da cobertura vegetal. As áreas de feições aplanadas, em menor proporção, concentradas na borda oriental, devido ao relevo menos movimentado, têm susceptibilidade menor para o desenvolvimento desses processos.

Condicionada pelo clima e solo, a vegetação apresenta feições diferenciadas nos dois setores desta Unidade. No setor oriental, predominam as Áreas de Tensão Ecológica, compostas de floresta estacional decidual e de caatinga arbórea e arbustiva, ou pela mistura, em menor proporção, de cerrado e caatinga ao sul da Unidade. No norte deste setor, na faixa paralela a serra, ocorre a floresta estacional decidual de caráter montano. Já no setor ocidental, a qualidade do componente solo responde pela vegetação de floresta estacional semidecidual, mais exuberante, em aproximadamente 50% da área, ocorrendo, também a mistura de floresta decidual e caatinga ou, na parte sul, a floresta decidual Montana

O posicionamento geográfico da Unidade, também interfere nas condições climáticas, ou seja, quanto mais próximo da serra, maior a umidade, efeito orográfico. Desta forma, o clima varia do semi-árido, de caráter atenuado, ao seco subúmido, com uma pluviosidade acima de 700 mm anuais. Estes valores médios, face às características regionais, sofrem significativas oscilações espaciais e inter anuais, de efeito mais acentuado no tipo semi-árido. A temperatura, como guarda uma estreita correlação inversamente

proporcional à altitude, varia, anualmente, de 20°C a 22°C, predominando o caráter mesotérmico, ou seja, ambientes com temperaturas mais amenas. O efeito conjugado destes atributos com o solo define um balanço hídrico menos deficitário que na Unidade Pediplano Sertanejo, pois envolve um menor período de saldo hídrico negativo.

MAPA DA TEMPERATURA



Fonte: CAR/2006

A ocupação, no entanto, descaracterizou ou suprimiu completamente a vegetação original de toda a Unidade Geoambiental, existindo apenas ilhas isoladas em fase avançada de regeneração.

Geologicamente, esta Unidade é também muito heterogênea, sendo composta: pelo Complexo Caraíba/Paramirim, o dominante na área; pelo Granitóide São Timóteo, na parte norte, onde se concentram as jazidas de urânio e a mina das Indústrias Nucleares do Brasil – INB, em plena exploração; pelo Complexo de Brumado; e por Coberturas Detríticas, todos na borda oriental. O setor oposto é mais homogêneo, dominado pelo Complexo Santa Isabel, em cuja litológica se destacam os gnaisses e os migmatitos, rochas que

apresentam ocorrência de manganês, cobre, níquel, ferro, talco, amianto e vermiculita. Ocorre ainda em bem menor proporção o Complexo de Urandi, em torno da cidade do mesmo nome, formado por uma seqüência ferrífera, mármore, quartzos, manganês e rochas ultrabásicas. Especificamente no município de Caetité, foi identificada uma reserva de ferro com um volume estimado, preliminarmente, de 4 bilhões de toneladas (A TARDE, 2005).

Quanto aos solos, há uma variação na sua distribuição na paisagem, com uma maior ocorrência de latossolos de baixa a média fertilidade no setor da borda oriental, ocupando os relevos menos movimentados, enquanto, nas áreas com incisões mais acentuadas, ocorrem podzólico (luvisolo) e cambissolo de melhor fertilidade, embora apresentem como limitação fases pedregosas, sendo altamente susceptíveis à erosão. No setor ocidental, a predominância é de podzólico/cambissolo, com fertilidade de média a alta, porém, o relevo, nesta área, tem declividades maiores, aumentando o potencial de erosão.

O uso das terras é, predominantemente, com a pecuária bovina extensiva e com cultivos de subsistência, sendo o setor ocidental da Unidade o que apresenta melhor desempenho. No trato da terra, poucas tecnologias modernas são adotadas, prevalecendo ainda práticas com pouco impacto no incremento da produção, como a tração animal, a queimada, a não utilização de raças mais produtivas e de variedades de culturas pouco ajustadas às condições locais. No conjunto, esta forma de apropriação da terra, principalmente nas áreas naturalmente vulneráveis, resulta em perdas do solo por erosão de vários tipos e graus, em compactação e, conseqüentemente, em menor retenção d'água no ambiente, ampliando os efeitos negativos das estiagens.

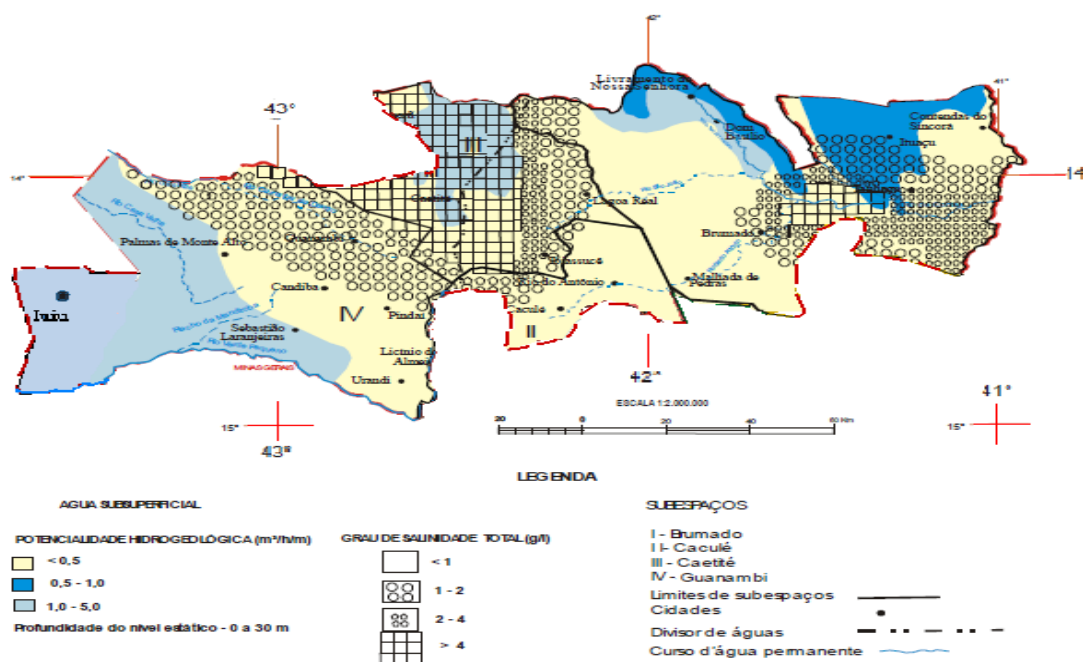
Vale destacar, nesta UG, a existência do Projeto de Irrigação de Estreito na fronteira com o Estado de Minas Gerais, onde são cultivadas fruteiras, destacando-se a banana e o coco, dentre outras.

Esta Unidade abrange 100% dos territórios de Caculé e Ibiassucê, e, aproximadamente, 70% de Lagoa Real, 10% de Rio do Antônio, 60% de Urandi e de Pindaí, 10% de Caetité e 4% de Livramento de Nossa Senhora.

Unidade Geoambiental Patamares do Rio de Contas

Situa-se no trecho médio da bacia do rio de Contas, possuindo uma altitude que varia de 400 a 800m. Constitui-se, na paisagem, num verdadeiro degrau em posição intermediária, entre a Depressão Sertaneja e as áreas mais elevadas que antecedem o Planalto do Espinhaço. Corresponde às superfícies dissecadas da Depressão Pediplanada, compreendendo colinas e lombadas relativamente amplas, de topos abaulados ou planos e vertentes que apresentam rampas de fraca declividade. Com estas características, o relevo se apresenta, em geral, pouco movimentado, direcionando o escoamento superficial na forma concentrada, que, mesmo intermitente, promove o aprofundamento dos vales, enquanto nas vertentes o processo é difuso, carreando, lentamente, material fino. Todavia, em ambos os casos, quando a cobertura vegetal é suprimida, o processo atua com maior vigor e volume.

MAPA RECURSOS HÍDRICOS



Nota: Adaptado do Mapa Hidrogeológico Estado da Bahia/CEPLAB/SEPLAN/TEC, 1980.

Fonte: CAR/2006

O clima é classificado como semi-árido, de caráter acentuado, onde a pluviosidade anual é inferior a 700 mm, sendo que, em alguns setores, nos municípios de Brumado e Tanhaçu, próximo à divisa com o município de Aracatu, atinge valores em torno de 500 mm. Somada à irregularidade inter anual das precipitações, a possibilidade e a frequência da escassez da água, neste setor, são maiores que nos demais. Quanto à temperatura, a média anual varia de 21°C a 23°C numa correlação inversamente proporcional à altitude, amenizando a evapotranspiração potencial, ainda assim elevada, resultando em altos déficits hídricos.

A cobertura vegetal reflete a situação climática e se enquadra na região fitoecológica das caatingas de porte arbóreo e arbustivo. Embora bastante degradada, a maioria desta cobertura se encontra num estágio inicial de regeneração quando não incorporada ao processo produtivo.

A situação geológica desta Unidade Geoambiental é bastante heterogênea, sendo composta, predominantemente, por rochas antigas do Complexo Caraíba-Paramirim, já referidas anteriormente, e, em menor proporção, por granitóides, pelo Complexo de Brumado, por rochas ultrabásicas onde há a ocorrência de níquel, pela Formação Rio Gavião e por Coberturas Detríticas de idade mais recente.

Os solos dominantes são os latossolos de baixa fertilidade natural, mas com características físicas favoráveis à atividade agrícola, muitas vezes associados a outros de melhor fertilidade natural. No entanto, entre Aracatu e Brumado, há uma ocorrência significativa de classes (latossolos vermelho escuro), com alta fertilidade natural e com ótimas condições físicas para o desenvolvimento das plantas. Ocorre ainda o podzólico (luvisolo) de fertilidade média, mas com maior susceptibilidade à erosão, principalmente por se localizar nas áreas de relevo movimentado.

Quanto ao uso do solo, a pecuária bovina extensiva é a principal atividade, sendo que os pequenos produtores também praticam a agricultura de subsistência. Em ambos os casos, a pouca adoção de tecnologias mais modernas torna esta atividade altamente vulnerável às instabilidades climáticas, de forma mais aguda no setor mais seco, onde o rebanho de caprino/ovino é significativo e ajustado a estas condições. Observam-se

também processos de degradação do solo em virtude das práticas inadequadas de manejo, que interferem bastante no rendimento físico da terra.

A distribuição desta Unidade nos municípios do Território Sertão Produtivo abrange 100% de Malhada de Pedras, 88% de Rio do Antônio, 60% de Brumado e 12% de Tanhaçu.

Unidade Geoambiental dos Gerais

Esta Unidade que integra a Região do Planalto do Espinhaço é estrutura sedimentar situada na posição mais elevada entre todas as Unidades Geoambientais. Corresponde ao topo da Serra do Espinhaço, onde o modelado de aplanamento predominante apresenta uma topografia uniforme, com uma altitude que varia de 900m a 1.230m, interrompida, algumas vezes, por vales da rede de drenagem que aí nascem como o do rio Santo Onofre. Esta UG avança, estreitando-se no sentido norte-sul, para Minas Gerais, com escarpas ou ressaltos nos limites com os patamares. O escoamento superficial é difuso nos topos, facilitando a infiltração da água, embora, nos vales e nas áreas de modelado dissecado e de borda, seja concentrado e com maior poder de erosão.

O clima é o mais ameno de toda a Região, sendo classificado como subúmido a seco, com uma pluviosidade, beneficiada pelo relevo (chuvas orográficas), entre 800 mm e 1.000mm anuais e com médias de temperatura entre 19°C e 21°C, que, nos meses de inverno, atinge as mais baixas de todas as Unidades Geoambientais, evidenciando o caráter mesotérmico reinante, com ocorrências, inclusive, de média das mínimas inferior a 15°C. Como consequência, a evapotranspiração é relativamente baixa, provocando déficits hídricos de graus fracos a moderados.

A vegetação reflete estas condições especiais, através da maior concentração individual, nesta Unidade, do cerrado na forma de campos de altitude, conjuntos gramíneo-lenhosos ou contatos de cerrado arbóreo com floresta estacional, mancha predominante. Há também uma ocorrência significativa de formações de floresta estacional semidecidual, ou seja, mais úmida, de caráter montano, no norte da Unidade, em torno do povoado de Maniaçu.

Geologicamente, esta Unidade é constituída, em grande parte, pelas Coberturas Detríticas, relacionadas a um ciclo de erosão anterior àquele que originou os Planaltos dos Gerais. Em menor proporção, mas com maior valor econômico, ocorre o Grupo Santo Onofre, subdividido pelas formações Canatiba, Pajeú e Sítio Novo, onde predominam quartzitos de variada composição mineralógica e granulométrica, além de arenitos diversos. É neste grupo que, já há algum tempo, vêm sendo exploradas ametistas, de forma mais intensa nos garimpos de Caetité (no distrito de Brejinhos das Ametistas). A exploração se concentra em cascalhos grosseiros de quartzo leitoso e quartzito, através de trincheiras e túneis, obtendo-se uma ametista de boa coloração (roxa mais forte) ou o “lambréu” (ametista pouco corada), que é submetido a altas temperaturas em fornos rústicos, para adquirir a coloração amarela de citrino (falso topázio), de melhor valor de mercado. A forma artesanal de exploração e beneficiamento adotada, nesta desta atividade, vem causando um grande impacto ambiental.

Outras ocorrências de grande valor econômico são os depósitos manganíferos, alguns em exploração, que se localizam em Caetité e no vizinho município de Igaporã, nas Fazendas Angico, Cerquinha, Guariba e Mina do Cedro. Complementa ainda a caracterização desta Unidade a presença do Complexo Caraíba/Paramirim, apenas nas proximidades de Maniaçu.

Muito vinculados ao relevo e à geologia, os latossolos de baixa fertilidade natural, muitas vezes com alto teor de alumínio trocável, são os solos predominantes nas áreas de coberturas pouco movimentadas. As suas características químicas, principalmente a acidez elevada e a presença do alumínio, condicionam a vegetação de cerrado. Ocorrem ainda, nesta parte, manchas de areia quartzosa (neossolo quartzarênico). Nas áreas mais dissecadas, cujo relevo é muito movimentado, predominam os solos rasos (neossolos litólicos), às vezes cascalhentos, bastante ácidos, associados a afloramentos de rochas.

Predominam, nesta Unidade, a pecuária extensiva de muito baixo desempenho econômico, principalmente no norte, e pequenas explorações nos vales, com culturas de subsistência, embora sejam encontradas, também, áreas sem aproveitamento agropecuário. Face às limitações dos solos, um

contingente substancial de trabalhadores rurais se dedica à mineração artesanal.

Esta UG ocupa cerca de 85% do território de Caetité, 15% de Lagoa Real, 4% de Livramento de Nossa Senhora e 3% de Pindaí.

Unidade Geoambiental Serras Centrais

A Unidade Serras Gerais faz parte do grande Planalto do Espinhaço, compondo três serras descontínuas em Minas Gerais e na Bahia, onde é representado pela serra de Monte Alto. Destaca-se, na paisagem plana das Unidades, Vão do São Francisco e Pediplano Sertanejo, atuando como limite municipal entre Sebastião Laranjeiras, Guanambi, Candiba, Pindaí e Palmas de Monte Alto.

Possui um aspecto alinhado com o sentido geral noroeste-sudeste e um topo plano, com uma pequena inclinação (monoclinal) para o sudoeste. No sentido contrário apresenta uma escarpa abrupta, situando a sua altitude entre 950m e 1.260 m. Várias nascentes como a do rio Casa Velha e as dos riachos Mandiroba e Aguapé se originam nesta Unidade.

O clima recebe uma forte influência da forma e da exposição do relevo em relação aos ventos, favorecendo a ocorrência de chuvas orográficas. Desta forma, ocorre o tipo climático seco a subúmido, de condições mais amena, refletida na precipitação entre 800 mm e 1.000mm e na temperatura média entre 19º C e 21º C, que contribui para o caráter mesotérmico reinante, principalmente nas partes mais elevadas com médias compensadas anuais entre 19ºC e 21ºC e mínimas bem mais baixas nos meses de inverno.

A vegetação, condicionada por esta situação, se apresenta como cerrado arbóreo aberto ou como floresta decidual na parte mais seca, ambas já descaracterizadas, mas existindo pontos isolados com vegetação ainda preservada.

Quanto aos aspectos geológicos, predomina a Formação Palmas de Monte Alto, pertencente ao Grupo Santo Onofre, constituída por quartzitos diversos, siltitos e arenitos. Neste grupo, verificam-se importantes ocorrências de manganês nas cercanias das Fazendas Lagoinhas e Cipó, e de cristal de rocha. Em menor proporção, na borda ocidental da serra, ocorre a Formação

Jequitaí, composta por conglomerados constituídos por quartzitos e por fragmentos de rochas de mineralogia variada, unidos por cimentos diversos. Manchas isoladas de rochas básicas também aparecem ao sul da Unidade.

Predominam os solos rasos (neossolos litólicos) de baixa fertilidade natural, associados a afloramentos rochosos nas áreas mais movimentadas, e, em segundo lugar, ocorrem o latossolo em relevo plano, de fertilidade muito baixa pelo alto teor de alumínio trocável. Manchas de cambissolos cascalhentos na baixa encosta podem, também, ser encontradas nesta Unidade. O uso da terra se faz, basicamente, através de uma pecuária bastante incipiente, dada as limitadas possibilidades de aproveitamento do solo.

Esta UG ocupa, aproximadamente, 15% do território de Urandi, 10% de Sebastião Laranjeiras e 3% de Palmas de Monte Alto.

Unidade Geoambiental Serras da Borda da Chapada

Trata-se de um conjunto de serras que compõem os planaltos meridionais da parte ocidental do Sertão Produtivo. A UG avança como uma cunha de sentido norte-sul entre o Rio Brumado e o Rio de Contas, sendo representadas pela Serra de Rio de Contas, que possui altitudes, as mais elevadas entre todas as Unidades Geoambientais, variando de 500m a 1.265m, com o predomínio daquelas acima de 1.000m. Fora da área a UG, nos municípios de Piatã e de Rio de Contas, registra os pontos culminantes do Estado, nos picos do Barbado (2.033m) e das Almas (1.958m).

Este conjunto, de relevo montanhoso, de desnivelamento abrupto, com alguns trechos bem escarpados, foi esculpido em rochas duras metamórficas diversas e em quartzitos. Conformam um modelado dissecado, onde o escoamento superficial, difuso e concentrado, de ação vigorosa, escava sulcos e ravinas nas encostas que finalizam em amplos cones de dejeção, já na Unidade Pediplano Sertanejo, caracterizando um ambiente de grande instabilidade, ou seja, altamente susceptível à erosão. O rio Brumado, de regime permanente e afluente da margem direita do Rio de Contas, desce em pequenas quedas e cachoeiras recebendo ao longo do curso contribuições de vários riachos intermitentes, que nascem como o próprio, nesta Unidade.

O clima, como em todas as unidades serranas, sofre forte influência da situação geográfica, variando de semi-árido atenuado ao subúmido seco (ao norte), e apresenta uma pluviosidade entre 700 mm e 900 mm anuais e uma precipitação irregular concentrada na primavera/verão. A média das temperaturas revela esta influência pela predominância do caráter mesotérmico, cujos valores médios anuais se situam entre 20°C e 22°C, determinando uma menor evapotranspiração potencial.

A vegetação é composta de cerrado arbóreo aberto e de refúgio ecológico montano, ou seja, de comunidades relíquias, desenvolvidas sobre solos rasos e afloramentos rochosos de composição florística variada, normalmente de porte raquítico e com folhas duras, nas partes mais elevadas. São observadas áreas de tensão ecológica, representadas pelos contatos entre a caatinga e a floresta estacional, principalmente, nas partes mais baixas. A ação antrópica tem pressionado estas áreas.

Sob o aspecto geológico, esta Unidade é composta, de forma dominante, pela Formação Seabra, constituída por rochas granitóides, além dos Complexos de Brumado e de Caraíbas/Paramirim.

Os solos rasos (neossolos litólicos) são dominantes e ocorrem em associação com afloramentos de rochas em grande parte da Unidade. Apresentam grandes limitações agrônômicas de ordem física e química para atividade agropecuária. Em menores proporções dominam, na parte sul, os podzólicos (luvisolos) com melhor fertilidade natural, porém, como são encontrados em relevo movimentado, possui grande propensão para o desenvolvimento de processos de erosão.

Poucas são as possibilidades de uso agrícola da Unidade, embora sejam observados pequenos roçados e uma pecuária incipiente. No entanto, esta UG se destaca como área potencial para o desenvolvimento do turismo, haja vista a sua beleza cênica (destacando-se as cachoeiras e quedas d'águas) e o clima ameno.

A Unidade cobre, aproximadamente, 10% de Brumado, 15% de Dom Basílio e 10 % de Livramento de Nossa Senhora.

Unidade Geoambiental Pediplano da Chapada

Corresponde aos planaltos e relevos residuais do Pediplano Central da Região do Sertão Produtivo, destacando-se pelo seu modelado dissecado, representado por pequenas serras como a da Canabrava, do Sincorá, das Grotas, da Cabeça Inchada e do Cipó, com altitudes que não ultrapassam a 1.000 m. Apresenta uma depressão, no seu interior, esculpida em rocha calcária, caracterizando o modelado de dissolução, que tem, como maior exemplo, a Gruta da Mangabeira (3 km de extensão) em Ituaçu, resultado do processo de modelagem. O escoamento superficial, difuso e concentrado em grande parte da Unidade, cria um ambiente instável, embora na depressão o escoamento seja, praticamente, subterrâneo. A rede de drenagem é composta pelos rios Ourives e Mato Grosso, afluentes intermitentes da margem direita, do rio de Contas.

O clima, em função do relevo, varia de semi-árido (na modalidade acentuada e atenuada), nas áreas mais baixas, até o seco subúmido no norte da Unidade. A precipitação pluviométrica é irregular e cresce do sul para o norte, com um volume de chuvas entre 600 mm e 900 mm anuais. A temperatura, por sua vez, diminui com a altitude, variando entre 19°C e 22°C e influenciando, diretamente, na evapotranspiração potencial.

A vegetação, condicionada pelo clima e pelo solo, apresenta formações heterogêneas, como a caatinga, o cerrado e as misturas da floresta estacional-caatinga ou do cerrado-caatinga, em qualquer dos casos já “antropizada”.

Sob o ponto de vista geológico, trata-se de uma área diversificada, composta pela Formação Seabra (dominante), pelos arenitos da Formação Tombador e, em menor proporção, por calcários da Formação Bambuí, de interesse para a produção de cimento ou para uso agrícola, por conglomerados diversos da Formação Bebedouro e por Depósitos Fluviais arenosos recentes.

Nos relevos mais movimentados, ocorrem solos rasos (neossolos litólicos) e podzólicos (luvisolos), com grande potencial para o desenvolvimento de importantes processos de erosão, enquanto que, na depressão, predomina o latossolo, com melhores condições de aproveitamento agrônomo, além de apresentar maior resistência à erosão. O uso desta

Unidade se faz com a pecuária e com os cultivos de subsistência, embora, nas áreas de temperaturas mais amenas, planta-se café com boa produtividade, sendo, praticamente, uma continuidade do pólo cafeeiro de Barra da Estiva.

Cerca de 85% do município de Ituaçu, 20% de Contendas do Sincorá e 8% de Tanhaçu estão inseridas nesta UG.

Unidade Geoambiental Passivo Ambiental

Na abordagem das atividades antrópicas no meio natural o homem deve ser visto como parte integrante desse complexo sistema. Desempenha uma importante função neste meio, dada a sua capacidade de reconhecer, entender e modificar as relações e as interações dos meios bióticos e abióticos, o que amplia a sua responsabilidade ambiental, mais do que dos demais integrantes do meio natural. O seu papel ganha força, mais ainda, devido a que suas ações interferem, grandemente, na funcionalidade do sistema natural que pode ou não manter o seu equilíbrio após a intervenção do homem.

A capacidade do homem em modificar ambientes provoca distúrbios nos sistemas naturais, ao tempo em que põe em destaque o nível e a forma do seu relacionamento com o meio natural, evidenciando diversos conflitos na apropriação dos recursos ambientais. Um dos mais importantes é o antagonismo, preservação/conservação *versus* consumo (o dilema da definição do limite real), que, via de regra, entra em choque com princípios fundamentais, como os da precaução/prevenção, conduzindo a desequilíbrios ecológicos em vários níveis, além de comprometer a qualidade dos serviços prestados pelos ecossistemas. Neste contexto de contradições nasce às paisagens artificiais - conformação de espaços urbano e rural – muitas vezes desordenadamente, onde se concentram importantes fontes de poluição, práticas e comportamentos inadequados além de se constituir em centro (urbano) de tomadas de decisões (políticas públicas) que não se coadunam com os princípios da sustentabilidade ambiental plena.

Na Região, a interação homem/natureza resultou na configuração atual de espaços (dominantemente artificiais), que, apesar de assumir identidade geoeconômica e social própria, a intensidade da sua dinâmica ainda está submetida, compulsoriamente, a fatores externos, como novas tecnologias

ou, principalmente, a apelos de mercado, especificamente aqueles demandados pelas corporações transnacionais, ampliados pelos mercados emergentes (maior inserção de consumidores marginais, ao mercado de consumo), além de outras demandas de origem doméstica.

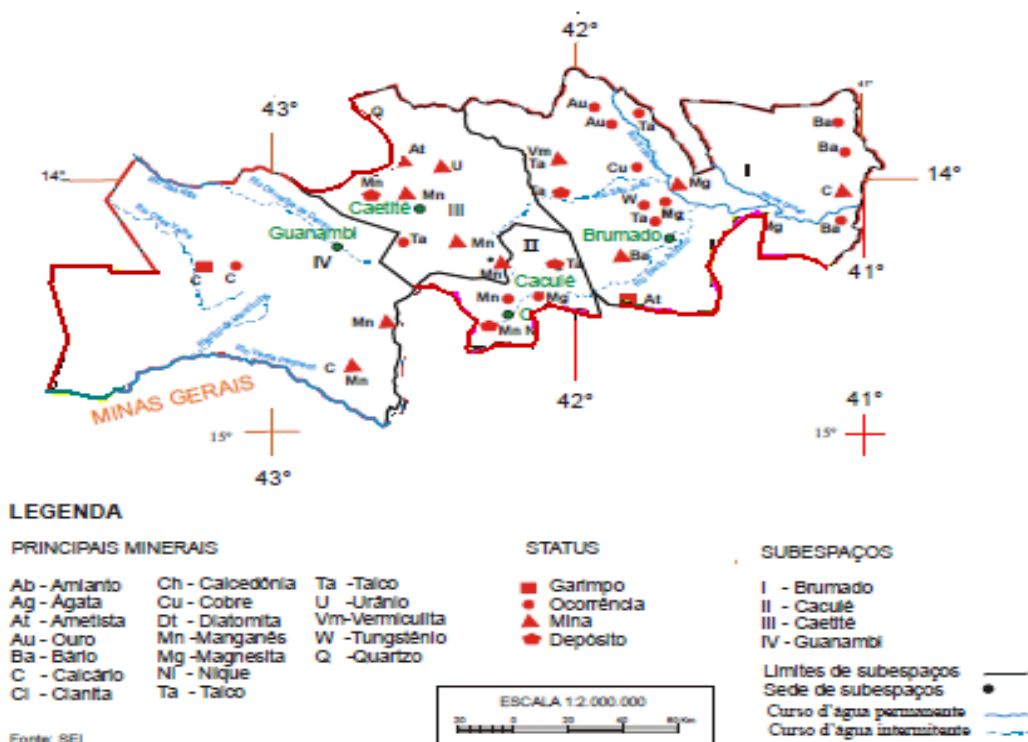
Esta influência externa, que interfere e condiciona as atividades dos espaços urbanos e rurais, tem-se manifestado na Região, através da ampliação das áreas agrícolas ou da intensificação da exploração de determinados produtos (vegetal ou animal), e através do aumento da produção mineral para os diversos fins (energéticos, como insumos industriais, na construção civil, ornamental, etc.), resultando num expressivo passivo ambiental, nas mais variadas formas de agressão à natureza. Há, ainda, uma diminuição da qualidade de vida da população local pela perda de bens, como consequência do consumo (muitas vezes supérfluo) de determinadas parcelas das populações extra-regionais, que, apesar de se beneficiarem dos recursos ambientais alheios, não compartilham do ônus (degradação) advindo da sua apropriação. Desta forma, não existe mais, praticamente, um ecossistema inexplorado na Região. A biodiversidade está comprometida, inclusive, com a diminuição da capacidade regional de seqüestro de carbono (o desmatamento desenfreado é o principal responsável) em franco andamento, inclusive, comprometendo parte dos recursos hídricos.

As principais atividades econômicas desenvolvidas são responsáveis, em boa medida, pelo atual quadro ambiental, destacando-se a produção do carvão vegetal, em grande parte irregular, que serve de insumo energético a siderúrgicas nacionais, atendendo ao mercado externo de aço no setor industrial, em volumes cada vez maiores, face ao crescimento econômico do mercado internacional. Esta cadeia produtiva impactante envolve parte dos pequenos produtores na atividade carvoeira, tida por muitos deles como mais rentável.

Outras atividades também revelam este vínculo em maior ou menor grau, como o setor de mineração de gemas, urânio, magnesita, talco, manganês, calcário, argila (cerâmica) e pedras ornamentais, que, no processo de extração, movimentam grandes volumes de material, provocando impactos importantes, principalmente quando a atividade é clandestina ou quando não se observa o Código de Mineração. Especificamente, a exploração de urânio

se constitui num risco potencial de contaminação das águas superficiais, ampliado pelo aumento do consumo desse combustível nas usinas de energia nuclear, o que vai exigir, no futuro, a exploração de mais jazidas, com o conseqüente impacto ambiental nos municípios de Caetité e Lagoa Real. Além disso, o transporte do concentrado, apesar do seu baixo nível de radiação, exige cuidados especiais.

MAPA DOS MINERAIS DO TERRITÓRIO



Fonte: CAR/2006

Além disso, a extração de argila (a Região tem uma importante concentração de unidades de produção de cerâmicas) vem causando graves danos nas margens e leitos dos rios, como o aumento da turbidez da água, do assoreamento, interferências na vazão, afetando principalmente no Rio das Antas, afluente do rio São João, na sub-bacia do rio Brumado, pela forma inadequada como vem sendo processada. Em outro afluente menor deste mesmo rio, a exploração de manganês vem promovendo, também, impactos significativos, através da contaminação da água, com sérios prejuízos para a saúde da população local, estendendo este problema até os usuários situados

a jusante. A exploração de argila também vem causando sérios danos nas margens e leito do rio Carnaíba de Dentro, próximo à cidade de Guanambi e dentro do Perímetro Irrigado de Ceraíma, onde a falta de água no Açude, obrigou uma suspensão temporária da irrigação estimulando a venda de argila para as Cerâmicas de Guanambi, e região, por parte de alguns irrigantes, em busca de receitas.

Outras explorações, como a de ametista e de outras pedras semipreciosas, estão sendo conduzidas de forma rudimentar, com impactos pontuais, como a abertura de crateras e a destinação inadequada dos rejeitos, oferecendo, assim, fortes riscos de acidentes por desmoronamentos, corrimento de terra ou mesmo inundação, com a perfuração de lençóis freáticos. Também, a atividade de extração de granitos em áreas de nascentes (município de Ibiassucê) tem provocado o mesmo efeito, com, inclusive, formação de pequeno lagos. Há ainda garimpos abandonados de ouro e cristal de rocha que ao lado dos exemplos anteriores, se constituem importantes passivos ambientais, ainda a descoberto. De fato, são raros os casos de elaboração e implantação de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRADES, exigência dos órgãos ambientais, que minimizam os efeitos das atividades impactantes.

Das atividades não-minerais, a agropecuária também tem sua parcela de participação no passivo ambiental, ao adotar, comumente, práticas, manejos e tecnologias que não se ajustam às características de cada ambiente, seja por desconhecimento, seja pela necessidade de obter maior lucro com baixo custo. Este comportamento torna a atividade altamente vulnerável às irregularidades climáticas, que atinge níveis críticos em determinados setores das Unidades Geoambientais Pediplano Sertanejo e Patamares do Rio de Contas (Região de Brumado), pondo a descoberto, exceto em raríssimos casos, as deficiências das estruturas de apoio e fomento à atividade agrícola, bem como a de suporte à convivência com a seca. Como maior exemplo, pode-se citar a bovinocultura, onde se observa degradação da pastagem em vários graus, e a ovinocaprino cultura devido ao sob pastejo. Esta situação assume um caráter mais grave na bacia do Rio de Contas, nas UG referidas anteriormente, devido à formação de processo de desertificação em determinados locais (áreas de

semi-aridez acentuada), a freqüentes insucessos nas colheitas e surgimento e recrudescimento de pragas e doenças.

Na agricultura, o uso de agroquímicos, pelos pequenos produtores, principalmente, na lavoura de algodão, na maioria das vezes, não é realizado com orientação técnica, sendo o produto adquirido sem o receituário agrônômico, seguindo-se a orientação do vendedor, o que resulta em sub ou superdimensionamento da dosagem e das aplicações, ou mesmo a utilização de um produto não adequado. Entre os grandes e médios produtores, apesar de via de regra, seguir a orientação técnica, a recomendação do pacote tecnológico para esta cultura exige a aplicação de variados produtos, que, mesmo em dosagens e métodos mais racionais (a pesquisa tem conseguido diminuir o volume e o número de aplicações), se constitui em um sério risco de contaminação ambiental aos recursos hídricos, dado o seu efeito cumulativo.

Convém lembrar que a Região já teve grandes áreas plantadas com algodão, desconhecendo-se os efeitos residuais dos agrotóxicos aplicados, inclusive, via pulverização aérea, ao longo do tempo. Notadamente, na saúde dos trabalhadores rurais, que, via de regra, não usam os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, e também, da população rural, indiretamente atingida, ao consumir água dos mananciais contaminados. Além do mais, a destinação dos recipientes (embalagens), na maioria das vezes, não é realizada adequadamente, apesar da existência de Centrais de Recolhimento em Vitória da Conquista e Bom Jesus da Lapa. Ademais são raras as campanhas de conscientização sobre a importância dos cuidados que devem ser tomados no uso, destinação e aplicação correta dos agroquímicos.

Por outro lado, na maioria das áreas de irrigação, o manejo de solo e água e/ou os sistemas ineficientes utilizados são responsáveis por vários problemas. Destacam-se a esterilização da terra pela salinização (no Perímetro de Irrigação de Ceraíma) e o uso perdulário ou a má distribuição da água, que tem gerado, em alguns casos, sérios conflitos (sub-bacia do rio Brumado) entre perímetros públicos *versus* privados em ampliação. Este último problema revela, claramente, a ausência de uma gestão hídrica da bacia hidrográfica por parte dos usuários, através de uma instância decisória para o planejamento do uso mais adequado da bacia como um todo. Além disso, a utilização intensiva

de agrotóxicos, inerente a esta modalidade de exploração, também torna esta área, numa importante fonte de contaminação ambiental potencial.

As condições ambientais atuais são o reflexo da ineficiência das estruturas de proteção ambiental e de gestão equivocada, demonstrando que as instituições não vêm cumprindo a contento o seu papel de proteção e implementação dos princípios que embasam a sustentabilidade ambiental. De fato, o estado da arte ambiental da Região, atualmente, não é compatível com os princípios do desenvolvimento sustentável e denuncia, veementemente, a inadequação das políticas implementadas até então, ou mesmo o tratamento em segundo plano dado a questão ambiental.

No intuito de alterar este quadro, o Governo do Estado tem promovido ações a exemplo da Operação Carvão. Em princípio repressiva, embora, posteriormente, tenha cunho educativo, esta iniciativa se articula com vários órgãos, inclusive federais, para inibir a produção de carvão na Região. A questão, no entanto, é muito complexa, pois envolve uma cadeia produtiva, que tem origem, principalmente, na demanda energética da biomassa, importante insumo de complexos siderúrgicos extra-regionais ou mesmo das cerâmicas regionais que oferecem preços tentadores pelo produto, desviando os produtores das atividades agropecuárias menos rendosas.

Como consequência, grandes áreas de vegetação, inclusive matas em estágio avançado de regeneração, estão sendo devastadas, alimentando milhares de fornos, a maioria rudimentares - com baixa eficiência de produção X rendimento e maior emissão de carbono - diminuindo a biodiversidade regional. Por outro lado, a atividade se desenvolve num contexto socioambiental bastante adverso, no qual os trabalhadores são vítimas de doenças pulmonares, entre outras, além de manterem relações trabalhistas precárias e, não raro, a utilização de mão-de-obra infante-juvenil.

Aspectos Demográficos

A população do Território Sertão Produtivo nos 2007, era de 124.076 habitantes. Entre os anos de 2000 e 2007 sua taxa de crescimento demográfico foi de 3,08%, municípios como Contendas do Sincorá (-9,55%), Ibiassucê (-25,89%), Malhada das Pedras (-9,57%), Pindai (-1,21%), Tanhaçu

(-2,26%) e Urandi (-1,58%) tiveram o crescimento populacional neste mesmo período negativo, encontra partida as municípios de Sebastião Laranjeira e Livramento de Brumado foram os dois únicos municípios que cresceram mais de 10% no período de 2000 a 2007. O crescimento anualmente ficou em cerca de 0,44%, valor bem inferior às taxas de crescimento do Estado e do Brasil. Dado que a taxa de crescimento demográfico do Território Sertão Produtivo foi inferior às referidas taxas do Brasil e da Bahia, sua densidade demográfica no ano 2007 (17,82 hab/km²) ainda era considerada baixa. Os dados acima mostra que houve em alguns municípios uma grande migração da população para outras regiões ou aos grandes centros urbanos.

TABELA DA POPULAÇÃO

| Município | População Total | Rural | | Urbana | | População Ponderada(1) | Área(Km ²) | Densidade Demográfica |
|-----------------------------|-----------------|-------------|-------|-------------|-------|------------------------|------------------------|-----------------------|
| | | Nº absoluto | % | Nº absoluto | % | | | |
| Brumado | 61.670 | 20.960 | 33,99 | 40.710 | 66,01 | 61.670 | 2.174,5 | 28,36 |
| Caculé | 20.339 | 8.808 | 43,31 | 11.531 | 56,69 | 20.339 | 688,3 | 29,55 |
| Caetité | 45.090 | 21.631 | 47,97 | 23.459 | 52,03 | 45.090 | 2.366,4 | 19,05 |
| Candiba | 12.124 | 5.965 | 49,20 | 6.159 | 50,80 | 12.124 | 399,4 | 30,36 |
| Contendas do Sincorá | 4.264 | 1.933 | 45,33 | 2.331 | 54,67 | 4.264 | 865,3 | 4,93 |
| Dom Basílio | 10.427 | 8.906 | 85,41 | 1.521 | 14,59 | 10.427 | 655,4 | 15,91 |
| Guanambi | 71.728 | 17.725 | 24,71 | 54.003 | 75,29 | 71.728 | 1.264,5 | 56,72 |
| Ibiassucê | 12.828 | 8.791 | 68,53 | 4.037 | 31,47 | 12.828 | 383,5 | 33,45 |
| Ituaçu | 17.268 | 12.839 | 74,35 | 4.429 | 25,65 | 17.268 | 1.220,6 | 14,15 |
| Iuiú | 10.489 | 5.918 | 56,42 | 4.571 | 43,58 | 10.489 | 1.099,5 | 9,54 |
| Lagoa Real | 12.765 | 10.759 | 84,29 | 2.006 | 15,71 | 12.765 | 1.003,2 | 12,72 |
| Livramento de Nossa Senhora | 38.025 | 21.301 | 56,02 | 16.724 | 43,98 | 38.025 | 2.275,5 | 16,71 |
| Malhada de Pedras | 8.426 | 6.078 | 72,13 | 2.348 | 27,87 | 8.426 | 481,1 | 17,51 |
| Palmas de Monte Alto | 20.099 | 13.442 | 66,88 | 6.657 | 33,12 | 20.099 | 2.787,6 | 7,21 |
| Pindaí | 15.494 | 11.863 | 76,57 | 3.631 | 23,43 | 15.494 | 718,1 | 21,58 |
| Rio do Antônio | 14.637 | 9.525 | 65,07 | 5.112 | 34,93 | 14.637 | 990,6 | 14,78 |
| Sebastião Laranjeiras | 9.283 | 5.644 | 60,80 | 3.639 | 39,20 | 9.283 | 2.011,4 | 4,62 |
| Tanhaçu | 20.044 | 13.027 | 64,99 | 7.017 | 35,01 | 20.044 | 1.346,7 | 14,88 |
| Urandi | 16.076 | 11.346 | 70,58 | 4.730 | 29,42 | 16.076 | 899,4 | 17,87 |

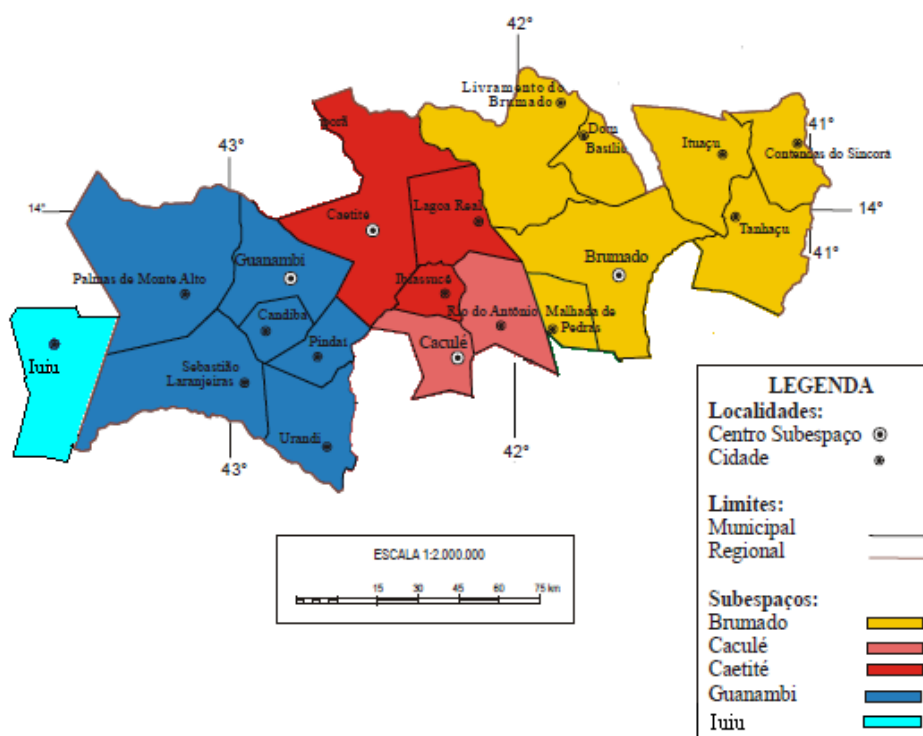
| | | | | | | | | |
|-------------------------|----------------|----------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|-----------------|--------------|
| Total Território | 421.076 | 216.461 | 51,4 1 | 204.615 | 48,5 9 | 421.076 | 23.631,0 | 17,82 |
|-------------------------|----------------|----------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|-----------------|--------------|

Fonte: IBGE 2007.

Nota: (1) Para os municípios com densidade populacional maior que 80 hab/km² e população maior que 200 mil habitantes, a população ponderada corresponde à população rural do município em questão.

É importante observar que, embora a Região tenha apresentado um aumento de 12.980 pessoas no período 2000-2007, o comportamento da população do Território se caracterizou por um ritmo de crescimento declinante, tendo inclusive apresentado, nas duas últimas décadas do referido período, a mais baixa taxa de crescimento entre todas as regiões econômicas do Estado.

MAPA DOS SUBESPAÇOS REGIONAIS



Fonte: CAR/2006

Analisando-se as populações municipais em 2007, observa-se que Guanambi e Brumado possuem populações maiores que 50.000 habitantes, respectivamente 76.230 e 62.381 pessoas. Entre os demais municípios da Região, apenas Contendas do Sincorá registrava população menor que 5.000

habitantes, em 2007. Já em Malhada da Pedras e Ibiassucê havia população entre 5.000 a 10.000 habitantes. Assim, pode-se afirmar que a grande maioria dos municípios do Território, não dispõe de estruturas urbanas dotadas de certo grau de complexidade, sendo incapazes, portanto, de oferecer adequada rede de serviços à população e, também, de exercer uma força de atração significativa sob outras aglomerações populacionais localizadas na própria Região e no seu entorno.

TABELA – Variação populacional

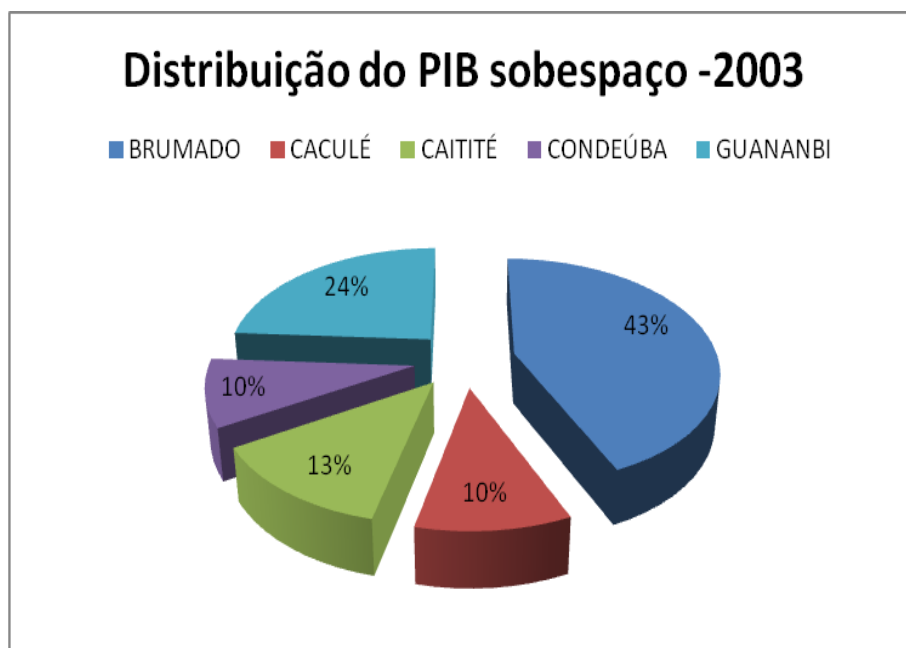
| Município | População 2000 | População 2007 | Variação População (2000 - 2007) |
|------------------------------------|----------------|----------------|----------------------------------|
| Brumado | 61.670 | 62.381 | 1,15 |
| Caculé | 20.339 | 21.847 | 7,41 |
| Caetité | 45.090 | 46.192 | 2,44 |
| Candiba | 12.124 | 12.352 | 1,88 |
| Contendas do Sincorá | 4.264 | 3.857 | -9,55 |
| Dom Basílio | 10.427 | 11.087 | 6,33 |
| Guanambi | 71.728 | 76.230 | 6,28 |
| Ibiassucê | 12.828 | 9.507 | -25,89 |
| Ituaçu | 17.268 | 17.939 | 3,89 |
| Iuiú | 10.489 | 11.469 | 9,34 |
| Lagoa Real | 12.765 | 13.795 | 8,07 |
| Livramento de Nossa Senhora | 38.025 | 42.146 | 10,84 |
| Malhada de Pedras | 8.426 | 7.620 | -9,57 |
| Palmas de Monte Alto | 20.099 | 21.107 | 5,02 |
| Pindaí | 15.494 | 15.306 | -1,21 |
| Rio do Antônio | 14.637 | 15.096 | 3,14 |
| Sebastião Laranjeiras | 9.283 | 10.712 | 15,39 |
| Tanhaçu | 20.044 | 19.591 | -2,26 |
| Urandi | 16.076 | 15.822 | -1,58 |
| Total Território | 421.076 | 434.056 | 3,08 |

FONTE: SEI/2010

Aspectos Econômicos

O Produto Interno Bruto – PIB alcançou no ano 2007 um valor correspondente a R\$ 1.356,41 milhões, representando 2,0% do PIB estadual. No período de 1999 a 2003, o PIB regional apresentou uma taxa de crescimento muito baixo, isto é, 0,23%, valor bem inferior à taxa verificada no âmbito do Estado (1,20%). Atribui-se, como fator determinante deste baixo resultado do PIB regional, a redução das atividades industriais e de serviços

nos subespaços Caculé, Caetité e Guanambi, os quais apresentaram taxas negativas. É importante assinalar que entre os subespaços, somente Brumado apresentou taxa de crescimento positiva, correspondente a 3,9%, (vale dizer que neste subespaço apenas os municípios de Dom Basílio e Maetinga apresentaram taxa de crescimento negativa).



FONTE: CAR/2007

No ano de 2003, os setores agropecuários e industriais apresentaram uma participação na formação do PIB regional bem diferente da observada para o Estado. Enquanto no Estado o setor industrial (39,6%) detinha uma participação superior ao setor agropecuário (9,4%), na Região, praticamente, não existia diferença significativa entre estes dois setores uma vez que o setor agropecuário participava com 21,4% e o setor industrial com 23,4%. Entre os subespaços, os maiores destaques são para o setor industrial de Brumado com 31,7%, o setor de serviços em Guanambi, com 64,2% e Caculé com 61,2%. Entre os subespaços, Brumado foi o mais importante em termos de geração do PIB. Em 1999, com um valor equivalente a R\$ 504,98 milhões, este subespaço deteve uma participação equivalente a 43,4% do PIB de Serra Geral. Na segunda posição, situou-se o subespaço Guanambi, com uma participação de quase $\frac{1}{4}$ do PIB regional (24,0%) e, em seguida, os subespaços Caetité (12,9%), Caculé (10,2%) e Condeúba (9,5%).

No ano 2003, os municípios detentores dos maiores valores do PIB foram Brumado, Guanambi, Livramento de Nossa Senhora e Caetité. Estes quatro municípios representavam, aproximadamente, 52,3% do PIB regional. O município de Brumado, com 22,6%, se destaca por possuir algumas indústrias de mineração de porte considerável (Magnesita, IBAR e Xilolite), com produtos de grande valor agregado. Guanambi, com 13,6%, se sobressai como centro de produção agropecuária e de serviços regionais. Enquanto o município de Livramento de Nossa Senhora, com 8,6%, têm na fruticultura irrigada a sua principal atividade econômica, o município de Caetité representa 7,6% do PIB da Região, devido às atividades de serviços, mineração e cerâmica.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES ECONÔMICOS NA FORMAÇÃO DO PIB

SEGUNDO OS SUBESPAÇOS 2003

| Subespaços | Agrop. | Ind. | Serv. | Total | Agrop. | Ind. | Serv. | Total |
|------------|--------|------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|
| Brumado | 21,0 | 31,7 | 47,3 | 100,0 | 42,6 | 58,8 | 37,1 | 43,4 |
| Caculé | 22,9 | 15,9 | 61,2 | 100,0 | 10,9 | 6,9 | 11,4 | 10,2 |
| Caetité | 22,9 | 17,5 | 59,6 | 100,0 | 13,8 | 9,6 | 13,9 | 12,9 |
| Condeúba | 24,5 | 19,3 | 56,2 | 100,0 | 10,9 | 7,9 | 9,7 | 9,5 |
| Guanambi | 19,4 | 16,4 | 64,2 | 100,0 | 21,8 | 16,8 | 27,9 | 24,0 |
| | | | | | | | | |
| Região | 21,4 | 23,4 | 55,2 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Estado | 9,4 | 39,6 | 51,0 | 100,0 | - | - | - | - |

Fonte: www.sei.ba.gov.br

Aspectos da Estrutura Agrária

No decorrer do século XVIII, a cidade de Caetité passou a assumir a liderança do processo de crescimento regional, determinada por uma conjunção de fatores favoráveis, que incluíam uma base agrícola produtiva, uma privilegiada localização como rota entre as diversas cidades e a existência

de um comércio de pedras preciosas, oriundas da Chapada Diamantina. Esta cidade se tornou um centro prestador de serviços, sobretudo pela implantação, anos mais tarde, de um núcleo de geração e transmissão de conhecimentos eruditos, fato que a distinguiu não apenas como referência regional, senão estadual. A expansão econômica da cidade de Caetité proporcionou um aumento da sua população e gerou as condições que influenciaram, pela sua proximidade, a ocupação das terras de maior fertilidade do atual município de Guanambi, inclusive do Vale do Iuiú. A partir da pecuária extensiva e, mais tarde, do cultivo do algodão, esta área apresentou também um acentuado crescimento, inclusive populacional.

A cultura do algodão assumiu, ao longo da história, um importante papel no desenvolvimento regional, transformando-se na sua mais importante exploração agrícola, haja vista as características de adaptação desta lavoura às condições climáticas, à demanda crescente do produto, à possibilidade de sua exploração nas mais diversas propriedades rurais, o fato de se constituir num produto voltado, essencialmente, para o mercado e, ainda, por representar uma renda extra para os pequenos agricultores. Durante um longo período, esta Região se destacou como cotonicultura, sobressaindo-se dentre as demais do Estado. No início do século XX (1912), o processamento industrial do algodão experimentou um considerável avanço tecnológico em razão da inauguração da primeira usina de beneficiamento, movida à força motriz, com um melhor aproveitamento dos resíduos, tais como a fabricação de óleo, de torta e sabão, a partir do caroço. A prensagem do algodão em pluma em larga escala de forma industrial possibilitou o crescimento da demanda por algodão em caroço, numa conjuntura favorável dos mercados interno – início do processo da industrialização e a crescente urbanização brasileira – e externo, com a Guerra Mundial de 1945. A cotonicultura atravessou um dos seus ciclos de prosperidade, estimulando a produção em outros municípios da Região, a exemplo de Brumado, Livramento de Nossa Senhora, Sebastião Laranjeiras e Urandi.

Em torno da década de 70, consolida-se Guanambi como pólo regional, graças à expansão da cotonicultura, apoiada por um forte programa governamental, que apresentava, no crédito rural, uma das suas mais

importantes formas de intervenção. A ampliação dos financiamentos via crédito de custeio, por faixas de produtividade, bem como de investimentos, possibilitaram a incorporação de novas áreas, inclusive o início da exploração com a utilização intensiva de capital e tecnologia do Vale do Iuiú, além da implantação de um parque industrial de prensagem composto de empresas de médio e grande porte.

Território destaca-se por apresentar um grande potencial produtivo concentrado na agropecuária, fruticultura irrigada e Agricultura Familiar. Apresentam micro-regiões referência na produção de frutas, mandioca, algodão e outros produtos da Agricultura Familiar como: banana, feijão, amendoim, arroz, milho, alho, cebola, maracujá, laranja. Segundo dados da Secretaria de Agricultura e Irrigação do Estado da Bahia, o pólo produtivo da micro-região de Livramento de Nossa Senhora é segundo em produtividade do Estado. Emprega em média 10 mil pessoas nas atividades produtivas.

A articulação entre as políticas pública de acesso a terra, regularização fundiária, geração de renda, licenciamento ambiental, crédito, infra-estruturas produtivas e viárias, são políticas estruturantes do ponto de vista para o desenvolvimento territorial.

TABELA DE TITULAÇÃO DE TERRA DA AGRICULTURA FAMILIAR

| MUNICÍPIO | ÁREA TOTAL (HA) | ÁREA TITULADA (HA) | ATENDIMENTO (%) |
|----------------------|-----------------|--------------------|-----------------|
| BRUMADO | 216.653,2000 | 15.699,4041 | 7,25 |
| CACULE | 68.591,4000 | 3.164,1435 | 4,61 |
| CAETITE | 230.638,2000 | 2.815,3323 | 1,22 |
| CANDIBA | 39.796,5000 | 237,5086 | 0,60 |
| CONTENDAS DO SINCORA | 86.208,5000 | 628,1275 | 0,73 |
| GUANAMBI | 367.123,7000 | 919,7807 | 0,25 |
| IBIASSUCE | 38.247,2000 | 4.682,6283 | 12,24 |
| ITUAÇU | 121.614,9000 | - | - |
| IUIU | | - | - |

| | | | |
|------------------------------|-----------------------|--------------------|--------------|
| | 109.571,5000 | | |
| LAGOA REAL | 99.629,2000 | 6.689,0559 | 6,71 |
| MALHADA DE PEDRAS | 47.939,3000 | 9.198,3175 | 19,19 |
| PALMAS DE MONTE ALTO | 278.941,7000 | 15.021,0807 | 5,39 |
| PINDAI | 71.548,2000 | 111,5970 | 0,16 |
| RIO DO ANTONIO | 98.699,0000 | 10.651,3157 | 10,79 |
| SEBASTIÃO LARANJEIRAS | 200.418,5000 | 4.033,5688 | 2,01 |
| TANHAÇU | 134.179,3000 | 58,1405 | 0,04 |
| URANDI | 89.592,6000 | - | - |
| TOTAL GERAL | 2.299.392,9000 | 73.910,0011 | 3,21% |

FONTE: CDA/2008

A região detém boas infra-estruturas produtivas o que facilitam o beneficiamento da produção, criando condições sustentáveis para a permanência do homem no campo e evitando o êxodo rural. Com a produção em escala da AF é notável a diminuição da migração dos trabalhadores para outros centros do país. O incentivo ao crédito do PRONAF e outros mecanismos disponibilizados pelos governos Municipais, Estadual e Federal coloca o Território como subsídio para o empoderamento sustentável da população.

Entre as décadas de 70 e 80, a Região, face à conjuntura econômica favorável e aos estímulos financeiros governamentais, recebeu expressivos incentivos creditícios, possibilitando a ocupação e a expansão das áreas agricultáveis que se encontravam ainda inexploradas, além de dinamizar as áreas tradicionalmente produtoras. O Vale do Iuiú – com extensas áreas planas e férteis – foi praticamente desbravado nessa época, enquanto Guanambi se tornava uma cidade-pólo, fornecedora de serviços e de apoio à produção, desbancando, por sua vez, a cidade de Caetité, que durante anos, se constituiu no principal centro regional. Esta cidade, desde os anos 50, vinha deixando de ter a importância regional que desfrutava, em favor de Vitória da Conquista, devido à implantação da BR-116. Guanambi, que a partir da década de 70

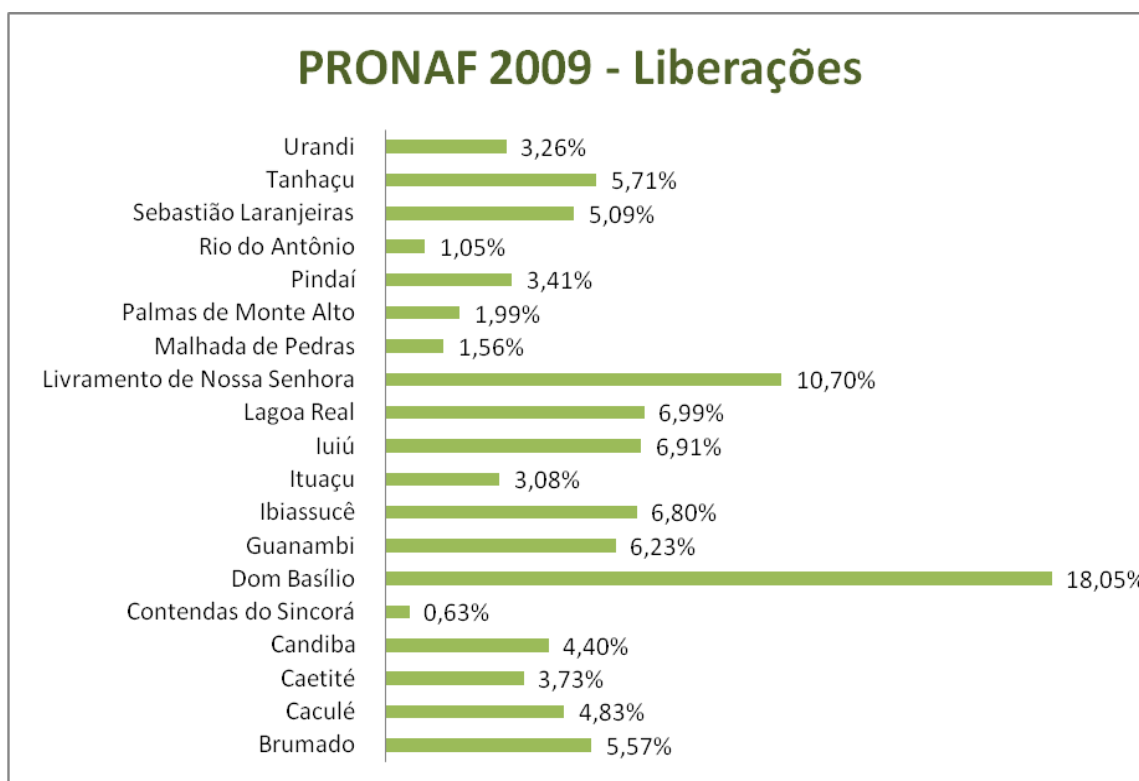
passou a apresentar elevadas taxas de crescimento populacional, se estruturou com os mais variados equipamentos urbanos, tornando-se a mais influente sede de serviços urbanos regionais.

Na agricultura irrigada além do potencial hídrico, os dados revelam também que há condições de se fazer um plantio irrigado por aspersão, com custo zero de energia elétrica. Daí Surgiu, então, o Perímetro Irrigado do Brumado, que hoje soma 3.400 hectares irrigados, dos quais 2.390 estão ocupados com mangas. Cabe destacar, na Região, os projetos de irrigação pública de Ceraíma, Livramento de Nossa Senhora e Estreito. Nestes projetos que estão voltados para a exploração de cultivos alimentares, seus produtores ainda não conseguiram se estabelecer completamente, de modo especial em Livramento de Nossa Senhora, que ao longo do tempo, pelas mais variadas razões, têm abandonado as áreas e repassando-as para outro público. No momento, este projeto se dedica à produção de frutíferas em bases empresariais de manga e maracujá, direcionado para o mercado externo a produção de manga.

O Território possui uma das maiores concentrações de trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura Familiar, incentivados pelo processo de acesso ao crédito, ocupando lugar de destaque no estado da Bahia pela sua produção no regime de sequeiro, das principais culturas da mandiocultura, feijão, macaxeira, cassara, milho, mamona, sorgo, melancia, manga, maracujá, côco da Bahia, cana-de-açúcar.

Essas políticas articuladas e integradas possibilitarão aos agricultores acessarem o PAA — Programa de Aquisição Alimentar de forma integrada com as principais cadeias produtivas definidas no território e o PNAE— Programa Nacional de Alimentação Escolar. Motivando os agricultores e agricultores a produzir de forma profissional dentro de um planejamento, que agreguem valor aos produtos de forma diversificada em quantidade, qualidade e regularidade. Contribui de maneira acentuada para a divulgação dos produtos, dos grupos facilitando o acesso ao mercado local e regional e nacional. O Governo do Estado, desde 2007 tem apoiado os 26 territórios de identidade da Bahia, primeiro os reconheceu como unidades de planejamento, PPA- Participativo, para facilitar a descentralização de políticas públicas depois fizeram convênios

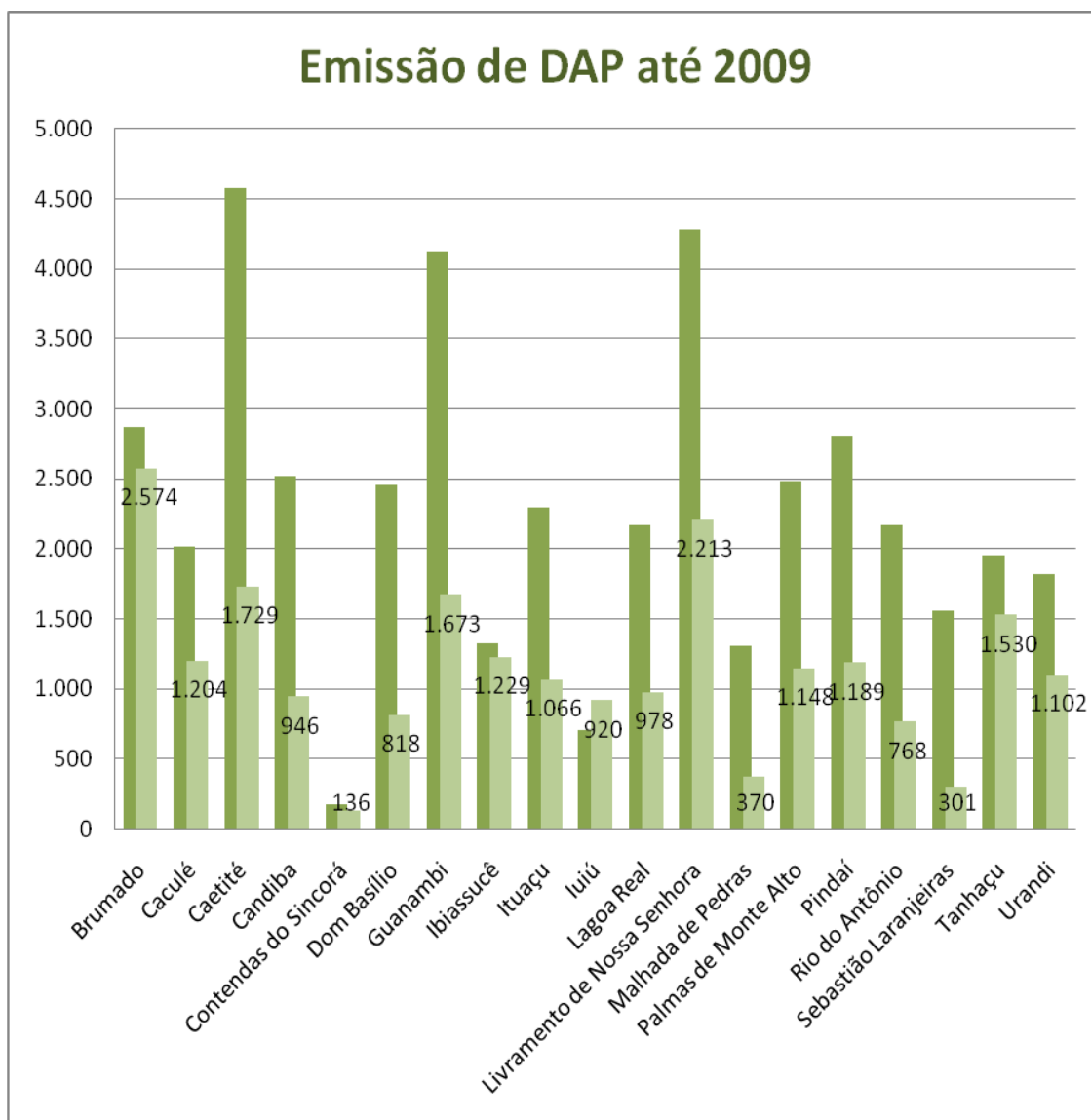
com diversas organizações que atuam na articulação dos Territórios. Todo este esforço está focado na superação da pobreza como principal desafio da sociedade brasileira e para tanto é necessário um novo paradigma resultante de um novo modelo de desenvolvimento, pautado em novas relações entre o Estado e Sociedade. Nesta perspectiva e em consonância com o MDA, este Plano de Desenvolvimento Territorial contempla as quatro principais dimensões dos processos de desenvolvimento que são: a dimensão econômica, a dimensão sociocultural, a dimensão político-institucional e a dimensão ambiental.



Fonte: SUAF/SEAGRI 2010

A análise de acesso ao crédito do PRONAF aponta para um decréscimo expressivo nas contratações no Território do Sertão Produtivo entre os anos de 2007 a 2009. Tal baixa correspondente a 6,94% dos financiamentos estaduais em 2007, que viabilizou 11.106 operações no valor de R\$ 35.844.763,99 em 2007, em contrapartida a uma redução em torno de 8.852 no número de operações, diminuição de 20,29%, ao mesmo tempo em que os valores financiados ficaram em R\$ 25.441.907,00, arrefecimento de 29,02% verificadas

em 2009. As operações que mais se destacaram foram as do município de Dão Basílio, que mesmo sendo um dos menores em área da região e com uma população pequena, se destacou pelo número elevado de liberações de recursos nos três anos consecutivamente. Isso se deve a grande quantidade de fruticultores familiares presente no município.



Fonte: SUAF/SEAGRI 2010

Segundo dados da SUAF/SEAGRI, a soma de emissão de DAP'S – Declaração de Aptidão do PRONAF, alcançou a proporção de 50,19% no em 2009 no Sertão Produtivo, numero este superior ao Estado, que ficou em

34,72% em comparativo ao número de estabelecimentos rurais. Foram emitidas 21.894 DAP's, destacando-se dentro da região, os municípios de Brumado e Ibiassucê que somados respondem por 80% das emissões.

TABELA OPERAÇÃO DO PRONAF

| Municípios Sertão Produtivo | Número de estabel. Agropecuário Unidades | 2007 | | 2008 | | 2009 | |
|-----------------------------|--|----------------|----------------------|---------------|--------------------|---------------|--------------------|
| | | Operações | Valor | Operações | Valor | Operações | Valor |
| Total do Estado | 665.831 | 113.658 | 407.143.908 | 95.038 | 364.259.403 | 87.737 | 366.630.978 |
| Brumado | 2.873 | 751 | 2.862.913,76 | 393 | 1.169.735,45 | 561 | 1.417.310,51 |
| Caculé | 2.021 | 566 | 897.417,16 | 572 | 1.148.672,72 | 500 | 1.227.712,63 |
| Caetité | 4.572 | 568 | 1.050.047,93 | 509 | 1.022.705,68 | 485 | 949.348,57 |
| Candiba | 2.520 | 1.003 | 2.129.589,77 | 881 | 1.978.257,42 | 646 | 1.119.708,35 |
| Contendas do Sincorá | 175 | 21 | 177.179,51 | 135 | 310.529,59 | 100 | 159.235,94 |
| Dom Basílio | 2.460 | 871 | 5.630.789,74 | 1.086 | 6.752.973,58 | 743 | 4.593.281,33 |
| Guanambi | 4.114 | 1.005 | 1.701.555,18 | 972 | 1.936.507,39 | 883 | 1.584.506,71 |
| Ibiassucê | 1.327 | 401 | 785.973,70 | 508 | 1.300.433,24 | 520 | 1.730.164,52 |
| Ituaçu | 2.297 | 456 | 2.541.300,82 | 529 | 2.173.002,29 | 184 | 783.904,51 |
| Iuiú | 704 | 387 | 1.132.419,20 | 410 | 1.337.443,45 | 452 | 1.758.286,82 |
| Lagoa Real | 2.169 | 357 | 1.089.698,53 | 669 | 1.777.579,75 | 533 | 1.779.189,02 |
| Livramento de Nossa Senhora | 4.280 | 1.248 | 5.678.373,19 | 990 | 3.957.116,54 | 835 | 2.723.093,56 |
| Malhada de Pedras | 1.307 | 130 | 362.672,02 | 148 | 422.567,01 | 211 | 396.665,90 |
| Palmas de Monte Alto | 2.483 | 473 | 990.335,52 | 351 | 1.238.570,13 | 304 | 505.631,99 |
| Pindaí | 2.807 | 775 | 1.387.324,26 | 761 | 1.335.792,46 | 519 | 868.549,91 |
| Rio do Antônio | 2.173 | 443 | 977.670,17 | 143 | 697.247,59 | 176 | 267.678,71 |
| Sebastião Laranjeiras | 1.559 | 144 | 510.709,28 | 235 | 924.583,99 | 259 | 1.295.164,11 |
| Tanhaçu | 1.954 | 1.009 | 4.460.179,14 | 880 | 3.138.762,28 | 477 | 1.452.577,01 |
| Urandi | 1.822 | 498 | 1.478.615,11 | 627 | 1.412.204,61 | 464 | 829.896,55 |
| TOTAL | 43.617 | 11.106 | 35.844.763,99 | 10.799 | 34.034.685 | 8.852 | 25.441.907 |

Fonte: SUAF/2010

A distribuição dos estabelecimentos e da ocupação das terras pelos diversos estratos de área, segundo os Censos Agropecuários de 1985 e 1995-1996, reflete o modelo de exploração, historicamente utilizado no processo de formação econômica do Brasil, ou seja, um grande número de

estabelecimentos ocupando um menor espaço territorial e, por outro lado, uma pequena quantidade de estabelecimentos ocupando uma grande quantidade de terras, o que caracteriza a estrutura fundiária do Nordeste do Brasil, do Estado da Bahia e de suas Regiões Econômicas. Analisando a Tabela abaixo, pode-se afirmar, pelo acima exposto, que, em 1985, o número de estabelecimentos contidos no estrato de área de até 10 ha era da ordem de 22.890 estabelecimentos, o que representava 40,7% do total, ocupando apenas 4,5% da área. No caso de incorporar a estes últimos números os estabelecimentos do estrato compreendido entre 10 e 100 ha (tamanho típico de uma propriedade da Região), o percentual do número de estabelecimento alcançou 91,8%, detendo 45,3% da área. Por outro lado, os estabelecimentos com mais de 100 ha representavam 8,1% do total dos estabelecimentos e 54,7 do total da área recenseada.

DISTRIBUIÇÃO E VARIAÇÃO DO NÚMERO DOS ESTABELECIMENTOS E DA ÁREA POR GRUPOS

| Grupos de Área (ha) | 1985 | | | | 1995-1996 | | | | Variação | |
|---------------------------|---------------|--------------|------------------|--------------|---------------|--------------|------------------|--------------|------------|-------------|
| | Estab. | | Área | | Estab. | | Área | | Estab. | Área |
| | Nº | % | Ha | % | Nº | % | ha | % | | (ha) |
| 0 a 10 | 22.890 | 40,8 | 96.399 | 4,5 | 27.312 | 44,6 | 112.231 | 5,7 | 19,3 | 16,4 |
| 10 a 50 | 23.001 | 40,9 | 500.073 | 23,4 | 24.776 | 40,5 | 536.082 | 27,3 | 7,7 | 7,2 |
| 50 a 100 | 5.751 | 10,2 | 371.939 | 17,4 | 5.501 | 9,0 | 355.329 | 18,2 | -4,3 | -4,5 |
| 100 a 500 | 4.175 | 7,4 | 733.788 | 34,4 | 3.253 | 5,3 | 568.078 | 29,1 | -22,1 | -22,6 |
| 500 a 1.000 | 273 | 0,5 | 173.836 | 8,2 | 248 | 0,4 | 163.706 | 8,4 | -9,2 | -5,8 |
| Mais de 1.000 | 110 | 0,2 | 257.075 | 12,1 | 92 | 0,2 | 219.925 | 11,3 | -16,4 | -14,5 |
| Total | 56.200 | 100,0 | 2.133.110 | 100,0 | 61.182 | 100,0 | 1.955.351 | 100,0 | 8,9 | -8,3 |

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1985 e 1995-1996.

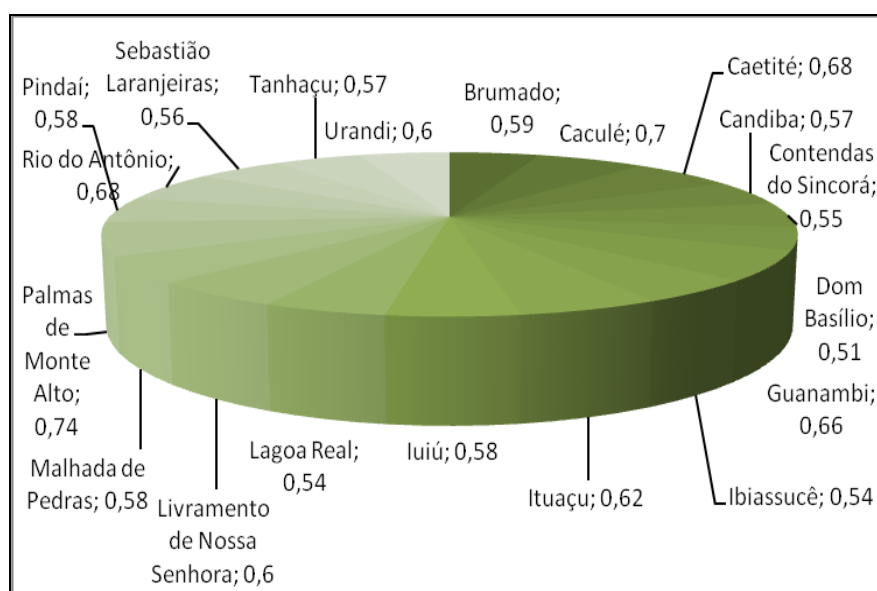
Para os demais estratos, isto é, acima de 100 ha, constatou-se um decréscimo de 21,2% no número de estabelecimentos, em proporção inferior ao da área ocupada (18,3%). No conjunto da Região, houve um acréscimo de

8,9% no número de estabelecimentos, com uma redução de 8,3% da área recenseada. É importante observar que, para todos os estratos acima de 50 ha, ocorreu uma redução tanto no número de estabelecimentos, quanto no total das áreas de domínio dos estabelecimentos rurais.

A análise da distribuição dos estabelecimentos agropecuários e da área por subespaço (Tabela acima) permite visualizar as diferentes formas de ocupação das terras na Região. Em 1985, o subespaço Brumado detinha o maior número de estabelecimentos da Região, representando 28,9% e 30,3% da área, situação alterada nas proporções, de forma considerável, em 1995, quando estes números se elevaram para 32,6% e 35,5%, mantendo, entretanto, a mesma condição anterior.

No subespaço Caculé, quando se compara o ano de 1985 com o de 1995, observa-se que não houve, praticamente, alteração. A mesma análise é válida para o subespaço Caetité. Em Guanambi, subespaço que ocupa a segunda posição em número de estabelecimentos e área, quando se comparam os dois períodos em análise verifica-se que não houve, praticamente, alterações significativas tanto no número de estabelecimentos, quanto na área.

ÍNDICE DE GINI EM 2007



Fonte: MDA/2007

Supõe-se que a conjunção de diversos fatores, tais como: a desvalorização do preço da terra, os preços dos seus produtos com baixa remuneração, a ponto de não gerar lucros estimulantes para o produtor, os riscos naturais inerentes à produção agropecuária; a escassez de crédito, associada ao seu alto custo, além da baixa eficiência econômica da pequena e média propriedade agrícola localizada no semi-árido, têm desestimulado interesses capazes de gerar uma mudança da estrutura fundiária regional.

O índice de concentração da terra por subespaço, indicado na Tabela Abaixo, apresenta variações significativas quando observado isoladamente. O subespaço Caculé com 0,70%, foi o valor mais alto, próximo do índice estadual e com maior crescimento até 2007. O município de Guanambi teve a maior queda de 0,74 para 0,66. Entre os anos 1985 e 2007 nos subespaços Brumado e Guanambi, ocorreu desconcentração das terras, enquanto que em Caculé e Caetité, houve maior concentração.

ÍNDICE DE GINI POR SUBESPAÇO

| Subespaços | 1985 | 1995/96 | 2007 |
|------------------|------|---------|------|
| Brumado | 0,68 | 0,68 | 0,59 |
| Caculé | 0,62 | 0,59 | 0,70 |
| Caetité | 0,60 | 0,60 | 0,68 |
| Guanambi | 0,74 | 0,76 | 0,66 |
| Sertão Produtivo | 0,67 | 0,66 | 0,60 |
| Bahia | 0,81 | 0,81 | - |

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário; 1985/1995-1996.

Na micro-região de Guanambi com a tradicional produção do algodão, pecuária extensiva da bovinocultura de leite e corte. Na micro-região de Caetité, a mineração ocupa maiores espaços tanto a nível regional quanto para o estado da Bahia. Insere-se neste contexto a produção dos empreendimentos da Agricultura Familiar com a produção e larga escala da mandiocultura em toda a região com um total das áreas plantadas de 10.010 ha, com uma média de produção 12 toneladas por ha. Na tabela abaixo mostra produção das culturas temporárias com sua área plantada onde destacaram as culturas de algodão com 9.532 ha, mandioca com 10.010 ha, e feijão 31.002 ha. Já na

fruticultura ficaram bem destacado as culturas de manga com 11.414 ha, maracujá 9.227 ha e banana com 1.906 ha.

Já nas tabelas abaixo mostra o efetivo rebanho e suas produção no Território com a criação de 479.880 cabeças de bovino, concentrado a maior rebanho em Palmas de Monte Alto, Guanambi e Brumado.

Unidade de Beneficiamento de Cachaça – Caitité (APROCANA)



TABELA DE CULTURAS TEMPORÁRIA EM 2009

| Culturas | Área plantada | Área colhida | Quantidade | Unidade |
|---------------------|---------------|--------------|------------|-------------|
| Algodão | 9.532 | 9.532 | 13.714 | Toneladas |
| Alho | 115 | 115 | 776 | Toneladas |
| Amendoim (em casca) | 10 | 10 | 09 | Toneladas |
| Arroz (em casca) | 208 | 208 | 1.032 | Toneladas |
| Banana | 1.906 | 1.906 | 31.222 | Toneladas |
| Cafê (em côco) | 4.781 | 4.781 | 3.096 | Toneladas |
| Cana-de-açúcar | 2.650 | 2.650 | 86.350 | Toneladas |
| Cebola | 80 | 80 | 937 | Toneladas |
| Coco-da-baía | 434 | 434 | 3.324 | 1000 Frutos |
| Feijão (em grão) | 31002 | 31002 | 12375 | Toneladas |
| Fumo (em folha) | 215 | 215 | 210 | Toneladas |
| Mamona (baga) | 2660 | 2660 | 2033 | Toneladas |

| | | | | |
|-----------------|--------|--------|---------|-----------|
| Mandioca | 10.010 | 10.010 | 119.820 | Toneladas |
| Manga | 11.514 | 11.514 | 177.531 | Toneladas |
| Maracujá | 9227 | 9227 | 138947 | Toneladas |
| Melancia | 1250 | 1250 | 18155 | Toneladas |
| Milho (em grão) | 9.464 | 9.464 | 9.683 | Toneladas |
| Sorgo granífero | 14333 | 14333 | 21498 | Toneladas |
| Tomate | 154 | 154 | 4372 | Toneladas |
| Uva | 07 | 07 | 210 | Toneladas |
| Laranja | 111 | 101 | 903 | Toneladas |

FONTE: SEI-BA- 2009

TABELA DE REBANHO EFETIVO EM 2008

| Municípios | Bovinos | Suínos | Galinhas | Equinos | Asininos | Muare | Ovinos | Caprinos |
|-----------------------------|---------|--------|----------|---------|----------|-------|--------|----------|
| Brumado | 43.306 | 16.232 | 89.917 | 3.921 | 587 | 1.204 | 12.286 | 28.614 |
| Caculé | 24.095 | 12.050 | 118.348 | 980 | 62 | 239 | 2.171 | 2.900 |
| Caetité | 32.728 | 1.220 | 214.538 | 2.540 | 85 | 820 | 4.639 | 5.866 |
| Candiba | 22.410 | 2.330 | 33.430 | 270 | 51 | 270 | 2.310 | 501 |
| Contendas do Sincorá | 12.621 | 724 | 919.811 | 1.248 | 510 | 422 | 12.621 | 12.437 |
| Dom Basílio | 10.600 | 3.500 | 11.620 | 800 | 120 | 130 | 4.880 | 3.325 |
| Guanambi | 50.345 | 2.630 | 37.900 | 2.200 | 80 | 320 | 10.100 | 1.200 |
| Ibiassucê | 14.500 | 11.702 | 103.680 | 834 | 35 | 90 | 2.008 | 1.702 |
| Ituaçu | 10.760 | 5.128 | 50.738 | 2.952 | 856 | 3.002 | 5.507 | 14.555 |
| Lagoa Real | 11.200 | 13.218 | 95.944 | 1.610 | 53 | 375 | 8.388 | 8.692 |
| Livramento de Nossa Senhora | 38.200 | 9.945 | 63.450 | 2.800 | 320 | 300 | 8.850 | 6.706 |
| Malhada de Pedras | 7.313 | 8.331 | 38.927 | 2.042 | 71 | 231 | 4.028 | 8.132 |
| Palmas de Monte Alto | 61.401 | 5.000 | 27.250 | 1.500 | 60 | 800 | 8.100 | 2.300 |
| Pindaí | 16.906 | 6.000 | 34.050 | 800 | 50 | 700 | 3.120 | 1.100 |
| Rio do Antônio | 14.128 | 4.192 | 73.641 | 1.546 | 43 | 1.315 | 3.731 | 4.000 |
| Sebastião Laranjeiras | 34989 | 4400 | 22.500 | 700 | 90 | 800 | 4.500 | 2.000 |

| | | | | | | | | |
|-------------------------|----------------|----------------|------------------|---------------|--------------|---------------|----------------|----------------|
| Tanhaçu | 20.274 | 12.689 | 55.049 | 4.861 | 713 | 1.859 | 17.086 | 36.639 |
| Urandi | 17.326 | 6.642 | 102.900 | 1.910 | 61 | 750 | 3.291 | 2.898 |
| Iuiu | 36.778 | 4.300 | 34.700 | 1.730 | 600 | 700 | 3.000 | 1100 |
| Sertão Produtivo | 479.880 | 130.233 | 2.128.393 | 35.244 | 4.447 | 14.327 | 120.616 | 144.667 |

FONTE: SEI-BA-

2008

TABELA DE PRODUÇÃO ANIMAL EM 2008

| Município | Mel de Abelhas (KG) | Leite (Mil Litros) | Ovos de Galinha (Dúzias) |
|-----------------------------|---------------------|--------------------|--------------------------|
| Brumado | - | 4.137 | 154 |
| Caculé | 6.220 | 1.583 | 423 |
| Caetité | 3.086 | 3.882 | 560 |
| Candiba | - | 3.758 | 75 |
| Contendas do Sincorá | 305 | 1.514 | 78 |
| Dom Basílio | - | 1.089 | 26 |
| Guanambi | - | 7.379 | 66 |
| Ibiassucê | 510 | 1.440 | 235 |
| Ituaçu | | 1.067 | 96 |
| Iuiu | - | 6.074 | 61 |
| Lagoa Real | 1.600 | 1.690 | 250 |
| Livramento de Nossa Senhora | 5.000 | 2.133 | 168 |
| Malhada de Pedras | | 1.048 | 58 |
| Palmas de Monte Alto | - | 3.901 | 52 |
| Pindaí | - | 3.060 | 59 |
| Rio do Antônio | 610 | 1.752 | 242 |
| Sebastião Laranjeiras | | 2.644 | 45 |

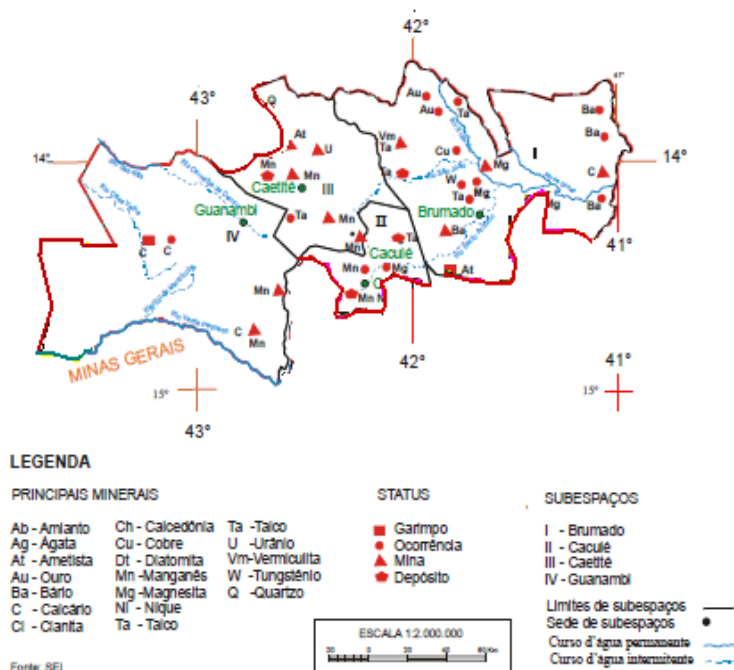
| | | | |
|---------|--------|--------|-------|
| Tanhaçu | | 1.073 | 96 |
| Urundi | 1.500 | 1.744 | 289 |
| Total | 18.831 | 50.968 | 3.033 |

FONTE: SEI-BA- 2008

2.6 Aspectos Industriais e Mineração

O setor de Mineração no Território tem uma grande participação da PIB e na geração de emprego, encontra paridade causa danos a natureza que devem ser levados em consideração. O beneficiamento do magnésio e do talco no município de Brumado; o manganês em Licínio de Almeida; o urânio e pedras semipreciosas em Caetité; e de forma dispersa em toda a Região, a exploração da argila para a fabricação de blocos e telhas, destinados à construção civil são os minerais mais utilizados pelas indústrias dentro do Território. Historicamente a atividade industrial da Região foi iniciada na década de 40, com a instalação da indústria de mineração Magnesita, empreendimento este viabilizado após a construção, pelo Estado, da infra-estrutura de energia elétrica.

MAPA DE MINERAIS DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVOS



FONTE: CAR/2007

Após a instalação da Magnesita, houve o surgimento de outras mineradoras, sendo duas em Brumado (de magnésio e talco), uma em Caetité (urânio) e em Urandi (manganês), além da exploração de quartzo e argila, de forma dispersa, em toda a Região.



FOTO: Jornal A Tarde

As principais atividades industriais geram, aproximadamente, 3.000 empregos diretos, proporcionando um significativo incremento nos setores de comércio e serviços, injetando expressiva soma de recursos nas economias locais e na Região. As Indústrias Nucleares do Brasil – INB, implantada no município de Caetité, opera na produção da matéria-prima necessária para a combustão nuclear. Em 2006 a empresa atende a 60% da demanda para o processo de enriquecimento de urânio para as usinas de Angra I e II. O processo de enriquecimento que, anteriormente, implicava na remessa de 400 t/ano de diuranato de amônio para o exterior, hoje é realizado na Unidade de Rezende (RJ), com tecnologia nacional, tornando-se, assim, matéria-prima para a produção de pastilhas combustíveis. Há, ainda, grandes perspectivas de exploração de uma importante reserva de minério de ferro neste município,

com um volume estimado entre 4,0 e 6,0 bilhões de toneladas, com teor de 70%%, considerado bom. Diante da crescente demanda mundial por este mineral, a sua exploração deve mudar, em muito, o perfil econômico da mineração regional. Sabe-se que, como o negócio envolve várias fases, compreendendo a exploração da mina, o processamento mineral e o transporte para o porto, a demanda de investimentos neste tipo de atividade deverá ser da ordem de 4,0 bilhões de dólares, com grande repercussão nos setores de mineração e siderurgia, no âmbito nacional.

Com uma crescente extração mineral, já tradicional no município de Brumado, mas promissora em outras cidades, como Caetité – onde deverá ter início em dois anos uma produção de 18 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, o desafio para o território do Sertão Produtivo é agregar valor a estes produtos. Os minérios são enviados para outros locais do País ou mesmo do exterior, onde são transformados em produtos mais sofisticados, gerando mais riqueza e empregos, benefícios que poderiam ficar na Bahia. Há três indústrias de extração que geram cerca de 1.500 empregos diretos. A extração é tão forte no município que as estradas chegam a brilhar, por conta de minério espalhado no solo. Em Caetité, a Bahia Mineração está em fase avançada de construção, prevendo cerca de mil empregos diretos quando estiver em operação (2012), extraíndo ferro do local.

A indústria de produção de blocos, tijolos e telhas também eleva a oferta de trabalho no Território e causa um prejuízo ainda maior para os agricultores da região, pela utilização de lenhas clandestina em varias unidades de produção. Estas unidades industriais de cerâmica estão concentradas nos subespaços Caetité e Guanambi, além de presentes também, em menor quantidade, em alguns municípios, como Caculé, Ibiassucê, Livramento de Nossa Senhora e Brumado, todas reunidas na Associação dos Ceramistas do Sudoeste da Bahia – ACESUBA. No ano de 2004, um total de 70 cerâmicas estava em funcionamento na Região, sendo que 35 eram associadas. Destas, 30% se localizavam nos subespaços Guanambi e Caetité. Merecem também serem destacadas, no município de Ibiassucê, as jazidas de argila existentes. O processo de produção de cerâmica ainda utiliza uma tecnologia rudimentar,

que vai desde a obtenção da matéria-prima sem um plano de manejo, passando pela inadequada utilização da fonte de energia oriunda da massa vegetal, até a queima da argamassa nos fornos. Atualmente, em razão da escassez da lenha, os municípios de Caculé e Lagoa Real passaram a ser os principais fornecedores deste insumo sem uma devida reposição, via reflorestamento. Em média, uma unidade de produção emprega, entre o pessoal administrativo e o da linha de produção, cerca de 30 funcionários, operando também com três fornos. O consumo diário de cada forno, quando em funcionamento, chega a 40 m³ de lenha, com uma produção, por jornada de três dias, de 35 mil telhas. Caso a opção seja por blocos, esta produção atinge a 17 mil. Para o atendimento da atual produção, é necessária, a retirada da madeira de uma área de, aproximadamente, 50 mil ha/ano. Esta atividade vem sofrendo duras críticas por parte dos ambientalistas, notadamente quanto à extração da argila e à retirada da lenha, sem a sua devida reposição. Segundo técnicos da Região, os danos ambientais superam em larga escala os possíveis benefícios oriundos da geração de empregos e renda no âmbito regional.

Concentrada no distrito de Brejinho das Ametistas, no município de Caetité, a exploração das jazidas de ametistas foi iniciada em 1945. Atualmente esta extração é realizada por cerca de 500 garimpeiros associados à Cooperativa Mista Agropecuária e de Mineração de Brejinho das Ametistas – COOAMAC. O garimpo funciona com alvará de exploração provisório e a Cooperativa vem operando sem amparo legal, enquanto tramitam os processos de licenciamento ambiental e de inscrição no Cadastro Geral dos Contribuintes, sem os quais não é permitida a comercialização legalizada da sua produção. Face a esta situação, a Cooperativa não exerce ainda um preciso controle sobre as suas vendas, no sentido de reter a parte que lhe é devida pelo associado, contribuindo, desta forma, para a existência de discordâncias por parte dos associados, quanto ao gerenciamento da atual diretoria. Segundo informações dos dirigentes, a movimentação financeira, somente com a venda do cascalho (rejeito), alcança a quantia de 600 mil reais por mês. Além do município de Caetité, existe ainda outra jazida de ametista no município de Licínio de Almeida, com cerca de 200 sócios, sob a organização da

Cooperativa Mista de Garimpeiros, Lapidários e Agropecuaristas do Município de Licínio de Almeida, localizada no distrito de Tauape.

De acordo com informações da Junta Comercial da Bahia – JUCEB, o subespaço Guanambi e, particularmente, o seu município-sede, detém o maior número de unidades industriais de transformação com, aproximadamente, 40,0% das indústrias de transformação da Região. A segunda posição é ocupada pelo subespaço Brumado, com 25,7% do total destas unidades. É importante observar que a base de dados da JUCEB reúne todas as empresas que solicitaram a abertura de firma. Nesse universo estão concentrados, pois, todos os tipos de empresas, desde as mais tradicionais, as de pequeno porte, até as mais dinâmicas, podendo existir ainda aquelas que já encerraram as suas atividades e que ainda não deram baixas no sistema.

Outro ramo industrial também representativo para a Região é o beneficiamento do algodão; entretanto, quando se compara com o setor de mineração observa-se que o comportamento dessas indústrias foi diferenciado, ao longo do tempo. Enquanto o setor algodoeiro enfrentou algumas crises, culminando com uma última que perdurou durante toda a década de 90 e que ensejou o fechamento de quatro usinas, uma situação oposta ocorreu com a atividade mineradora. No ramo industrial, relacionado à fabricação de fios de algodão, existe apenas uma indústria, localizada no município de Urandi, que exporta a totalidade da sua produção para o Centro-Sul do País. Vale observar que o pólo de produção de camisetas, localizado em Caetité, ainda não utiliza como matéria-prima os fios produzidos em Urandi, em razão do seu custo.

Segundo o levantamento cadastral da Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB, no ano de 2003 os subespaços mais importantes quanto ao número de indústrias foram Guanambi e Brumado. Juntos, eles detiveram 62,0% das indústrias da Região. O subespaço Caetité ocupou a terceira posição, com 24,1% do total das indústrias cadastradas. Merece registrar, também, a existência de apenas uma indústria no subespaço Condeúba, vinculada ao gênero “bebida”. Ainda segundo o cadastro da FIEB, quanto ao número dos gêneros industriais mais representativos na Região Serra Geral, no ano de 2003, a “construção civil” e a “cerâmica” participaram com 25,3% e 24,1% respectivamente. Com exceção do gênero “mineração”

(11,4%), todos os demais participaram, naquele ano, com valores abaixo de 10% do total das indústrias regionais.

Aspectos Comércio e Serviços

Entre os subespaços Guanambi, com 2.334 unidades era o principal centro de comércio varejista regional, seguido de perto por Brumado, com 2.174 unidades. Estes dois subespaços, juntos, concentravam mais da metade dos estabelecimentos do comércio varejista regional. A opção pelo comércio varejista se justifica pelo menor volume de capital para investimento e pela diversificação dos produtos vendidos, inclusive produtos regionais, garantindo um fluxo contínuo dos negócios. A distribuição das casas comerciais por gênero de negócio se concentrava na venda de produtos alimentícios, bares e lanchonetes, seguidos pelas lojas de roupas, farmácias e autopeças.

A importância do comércio varejista para a economia regional reside no fato desta atividade se constituir numa fonte geradora de empregos e na principal atividade geradora de renda. Para exemplificar esta afirmação em todos os subespaços, à exceção de Brumado, a contribuição do comércio varejista foi a mais importante para a arrecadação do ICMS. Nos subespaços com menores opções de investimento, pela ausência de recursos minerais ou de menores áreas agricultáveis, a exemplo de Caculé, a atividade comercial de varejo arrecadava, de forma isolada, cerca de metade do ICMS. O subespaço Brumado diferia dos demais, pois a sua base econômica estava plantada sobre uma forte produção mineral, possuindo, inclusive, um setor industrial que demanda vários outros serviços.

Com relação aos serviços em Guanambi e Brumado concentram mais de 70% desses estabelecimentos, seguidos de Caetité. Nos dois subespaços – Guanambi e Brumado –, onde a economia apresenta maior diversificação e dinamismo, merecem destaque os serviços de alojamento e alimentação, o atendimento médico-hospitalar e, principalmente em Brumado, os serviços de transporte em função da atividade de mineração.

2.8 Infra-estrutura

A descrição da infra-estrutura do Território Sertão Produtivo no presente Plano se baseou em estudo efetuado pela CAR (2007) para a Região da Serra Geral da Bahia e considerou a divisão original em subespaços ou centros regionais da própria Região Serra Geral da Bahia utilizada no referido estudo. Foram excluídos os municípios desta região que não fazem parte do Território e incluindo o município do Iuiú que pertence à Região do Médio São Francisco e ao Território ao mesmo tempo, conforme Mapa dos Subespaços Regionais.

Sistemas de Transportes e Comunicações

O Sistema de transportes e comunicações deve se ajustar às transformações ocorridas tanto na escala quanto na diversidade da produção de bens e serviços do Território com o objetivo de expandir a economia regional. Os inter-relacionamentos dos transportes e das comunicações com o processo de desenvolvimento econômico, nas dimensões espacial e temporal, condicionam os padrões de organização regional e urbana, além da localização das atividades diretamente produtivas.

Este item tem como objetivo proporcionar uma análise dos sistemas de transportes e comunicações do Território Sertão Produtivo, onde ocorreu um processo de ocupação, caracterizado pela expansão das lavouras e da pecuária, sobretudo nas pequenas e médias propriedades rurais. Neste Território, a pecuária e a lavoura do algodão consorciado com o feijão e o milho, explorações com baixos níveis produtivos, se constituíram nos principais fatores do povoamento. Além disso, a existência do regime de herança sucessiva determinou uma estrutura fundiária derivada do parcelamento de caráter familiar.

Por outro lado, é possível afirmar que a deficiência das condições de trafegabilidade em vários trechos rodoviários do Território contribuiu, durante muito tempo, para a redução do nível de articulação dos municípios com os núcleos mais dinâmicos da economia regional e estadual. A deficiência da acessibilidade aos mercados dificultou, por muito tempo, o sistema de comercialização, pois até o ano de 1993, Serra Geral, onde o Território Sertão

Produtivo tem a sua base, ainda era a Região do Estado com o maior número de núcleos urbanos isolados, sem conexões adequadas com a rede rodoviária básica.

Quanto ao transporte ferroviário, à falta de investimentos neste setor, durante um longo período de tempo, é considerado um aspecto adicional para a sua insuficiente integração, pois, embora as atividades sociais já apresentem certo dinamismo em algumas sedes municipais, localizadas ao longo da linha denominada Mapele-Monte Azul, ainda não ocorreu qualquer expansão do sistema. Esta linha já apresentava na década de 70 – época em que era de propriedade da 4^a Divisão da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro – VFFLB, a maior densidade de carga do sistema.

O transporte aeroviário não teve uma participação significativa no processo de desenvolvimento da Região, mas já prestou alguns serviços relevantes ao sistema de comunicações em ocasiões especiais, devido à distância dos municípios para os centros mais dinâmicos da economia estadual e nacional. Atualmente, a região comporta apenas aeroportos da aviação geral¹.

No que se refere às comunicações, a análise foi feita a partir do reconhecimento de que existe uma tendência para que as funções e os processos dominantes na era da tecnologia da informação estejam organizados em redes, cujo desenvolvimento é capaz de influenciar e modificar, de forma significativa, os resultados dos processos de produção e comercialização.

Transporte

O sistema de transportes do território é formado por três modalidades – rodoviária, ferroviária e aeroviária. Contudo, a modalidade rodoviária é aquela que apresenta maior importância para a economia regional, em decorrência: da existência de uma política nacional priorizando esta atividade; da localização do Território em relação aos núcleos urbanos mais importantes do Estado; da distribuição espacial da população; do grau de urbanização; do uso da terra; e

da delimitação espacial da produção. Com relação às outras modalidades do sistema de transportes, pode-se afirmar que:

I – o conjunto do transportes aeroviários dispõe de quatro aeroportos homologados e localizados nos municípios de Brumado, Caetité, Guanambi e Livramento de Nossa Senhora. A baixa demanda por viagens ainda não justifica investimentos voltados para a implantação de serviços de transportes com linhas regulares;

II – o trecho da ferrovia que pertencia à Linha Sul (Mapele-Monte Azul) exerce, atualmente, maior influência sobre o município de Brumado, com repercussões regionais;

III – o transporte aquaviário, subsistema fluvial (mesmo sem estar incluído nos limites regionais), embora já tenha exercido influência regional em virtude da demanda com destino ao porto de Bom Jesus da Lapa, já não faz mais sentido, dadas as condições de navegabilidade do rio São Francisco. Entretanto, poderá se constituir num importante meio de escoamento, através do sistema polimodal.

- **Rodoviário**

A estrutura do sistema de transporte rodoviário está organizada mediante uma classificação funcional hierarquizada nas classes arterial, coletora e vicinal, que permite identificar as responsabilidades dos três níveis de governo, a capacidade de suporte das estradas e os seus fins.

Como consequência da política de investimentos na construção de rodovias, os trechos rodoviários sob a responsabilidade do Governo Federal (as BRs) pertencem à categoria arterial e foram construídos para viabilizar o tráfego de longa distância. Assim, esta categoria arterial deverá ser complementada com trechos das rodovias do sistema coletor, sob a jurisdição do Governo Estadual. Este sistema coletor fará com que as rodovias federais venham a alcançar uma superfície útil maior, aumentando, assim, as respectivas zonas de influência. Quanto ao sistema vicinal, de responsabilidade dos governos municipais, ele tem a função alimentadora de complementação do sistema coletor

Rodovias do Sistema Principal

O sistema arterial ou principal é formado, essencialmente, por três trechos rodoviários:

- **BR-030**

De sentido radial e com uma superfície de rolamento pavimentada, se constitui no grande eixo construído para atender ao tráfego de longa distância, significando, também, a principal via de integração do Território. Permite a ligação com o Distrito Federal, através da conexão com a BR-430/BR-349, e, em conexão com a BR-116/BR-324, possibilita a ligação com Salvador, capital do Estado da Bahia. A outra importância desta estrada reside no escoamento da produção, pois, em conexão com trechos da BA-262, BR-407, BA-263 e BR-415, possibilitam a integração do transporte rodoviário x transporte marítimo (navegação de cabotagem e longo curso) e a integração da rodovia x aerovia no município de Ilhéus – o segundo mais importante aeroporto do Estado.

- **BR-122**

De sentido longitudinal e com uma superfície de rolamento pavimentada, se caracteriza pelo tráfego de longa distância. Além de se constituir na via de integração com a Região do Sertão Produtivo, é uma alternativa para a conexão com a BR-242, através da qual se verifica a integração com a Região Oeste, a mais dinâmica do Estado, com a capital estadual e a ligação com a Capital Federal.

- **BR-430**

Trata-se de outra importante ligação, mesmo com uma pequena extensão nos limites regionais. É o trecho utilizado como ligação entre as Regiões Oeste e Cacaueira, permitindo, através de conexões, a integração da rodovia com o porto e o aeroporto, ambos localizados em Ilhéus.

- **Outros Trechos**

É necessário salientar que, mesmo sem trechos incluídos nos limites do Território, merecem alguns comentários as rodovias BR-116, BR-349 e BR-242 por se constituírem em grandes troncos, cujo tráfego de longa distância possui linhas de desejo na Região, com zonas de origem e destino de significativo volume de carga e de fluxo de passageiros.

A BR-116, de sentido norte-sul, é a mais extensa rodovia brasileira e eixo de integração entre as regiões. É, conseqüentemente, uma via de integração nacional, estando interligada ao Território Sertão Produtivo através de uma conexão com a BR-407 e a BA-265.

A BR-349, de sentido nordeste-sudoeste, além de ser ligação com a Região Oeste, também o é com o Planalto Central e com a capital federal – Brasília. Está interligada ao Território através de conexão com a BR - 430.

A BR-242, de sentido leste-oeste, atravessa as regiões do Sertão Produtivo e Oeste, estando interligada ao Território Sertão Produtivo através das BR-122, BA-148, BA-142 e BR-407.

Rodovias do Sistema Secundário

Complementando o sistema principal, estão as rodovias do sistema secundário, que têm como função coletar o tráfego das vias urbanas e das vias alimentadoras (rurais ou vicinais), além de distribuir o tráfego do sistema principal para as áreas urbanas e rurais (o tráfego no sentido inverso). No momento todas as sedes municipais estão interligadas à rede básica. Contudo, viagens realizadas ao Território permitiram observar que alguns trechos apresentam deficiências na superfície de rolamento devido à sua deficiente conservação (que determina baixa velocidade e, conseqüentemente, aumento do tempo de viagem), não apresentando, portanto, boas condições de trafegabilidade e representando ainda obstáculos à integração territorial.

As rodovias do sistema coletor são de relativa importância no sistema de comercialização. Levantamentos realizados permitem observar que a comercialização feita nos mercados periódicos (Guanambi, Brumado, Livramento de Nossa Senhora, Caetité, Caculé, Lagoa Real, Ibiassucê,

Sebastião Laranjeiras e Dom Basílio) só apresenta importância face à rede de cidades influenciadas por este tipo do sistema rodoviário (coletor).

A BA-148 merece destaque não só pela sua importância para os sistemas de integração e comercialização por vias internas, como também por sua grande extensão e integração com a Região do Sertão Produtivo, além de atender a quarta maior cidade do Território – Livramento de Nossa Senhora.

As BA-026 e BA-142 funcionam como vias de integração inter-regional e as demais rodovias exercem funções de integração intra-regional de mercados espacialmente separados. Haja vista a necessidade de sua interação no processo e no desenvolvimento territorial, todos os trechos rodoviários devem ser objetos de conservação periódica, a fim de que não venham comprometer a funcionalidade da rede de cidades. Os trechos do sistema secundário, com suas respectivas extensões e situação física.

Rodovias do Sistema Terciário

O sistema terciário ou vicinal, constituído por rodovias que atendem às áreas de produção e servem de acesso aos pequenos aglomerados populacionais, complementa o sistema secundário. Estas rodovias, haja vista o pequeno volume de tráfego previsto, foram construídas com simplificadas condições técnicas para atender à necessidade de áreas espacialmente separadas, onde foram introduzidas atividades para dinamizar a produção.

Para a seleção de investimentos nos programas de desenvolvimento, faz-se necessário indicar trechos específicos, visando o atendimento de determinadas áreas onde se pretende intervir para a obtenção de níveis mais elevados de produtividade.

A existência de diversas localidades com aglomerados populacionais, que caracterizam diferentes níveis de ocupação e produção, pode servir como indicador para a seleção de investimentos, a exemplo de Guirapá, Ceraíma, Irundiara, São Timóteo, Pajeú do Vento, Morrinhos, Brejinho das Ametistas, Itaquaraí, Cristalândia, Ubiraçaba e Iguatemi.

Os trechos das rodovias que atendem às localidades acima tiveram origem nos caminhos primitivos e as pequenas localidades surgiram em função do início da produção agrícola. A necessidade de reduzir a distância dos

transportes fez com que os lavradores passassem a residir nas proximidades das áreas de produção, dando início à tendência de aglomeração que originou os povoados. É conveniente ressaltar que esta situação também foi favorecida pela necessidade de organização da produção, uma vez que o associativismo gerou métodos mais racionais, possibilitando trocas de informações e a redução dos custos unitários de produção.

- **Ferroviário**

Nos anos oitenta até início dos anos noventa, com a tendência neoliberalizante da economia, houve uma predominância da idéia de redução da participação do Estado na geração de bens e serviços sociais e econômicos.

No que tange ao serviço ferroviário, o setor público transferiu para o setor privado a função de explorador do serviço através da operação de vagões e locomotivas, que, tradicionalmente, era de sua responsabilidade. Esta tendência, entretanto teve sua importância reduzida nos últimos seis anos e o estado voltou a tomar iniciativas com as construções já em andamento da ferrovia transnordestina a nível federal e da ferrovia oeste leste a nível estadual.

Este capítulo tem como objetivo apresentar informações sobre a situação física da ferrovia existente no Território Sertão Produtivo. O trecho que possui interesse para este estudo é o que pertencia à Linha Sul da 4a Divisão Leste, antiga Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, que se constituía numa das Divisões do Sistema Regional do Nordeste da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.

Segundo a publicação Análise Global da Economia Baiana (BAHIA, 1974), em 1866, registrou-se a concessão, pelo Governo Imperial, para a construção de um trecho da ferrovia que, partindo de Cachoeira (margem esquerda do rio Paraguaçu) atingisse a Região do Sertão Produtivo, com o objetivo de integrar a Região Central do Estado da Bahia com o trecho navegável do rio Paraguaçu (ferrovia-hidrovia). Outro trecho também foi construído partindo de São Felix, à margem direita do rio Paraguaçu, que atingiu, em 1887, a localidade de Bandeira de Mello (município de Itaetê). Outra concessão ao Governo do Estado, em 1891, resultou na construção do

trecho ferroviário Mapele-Buranhém, que foi concluído em 1908. Posteriormente (durante o período da 2ª. Guerra Mundial), foi concluído o trecho da Linha Sul, o qual se iniciava na Região Central do Estado e se prolongava em direção a Monte Azul (MG), ponto de conexão com a Estrada de Ferro Central do Brasil. Este último é o trecho ferroviário de interesse para o Território Sertão Produtivo.



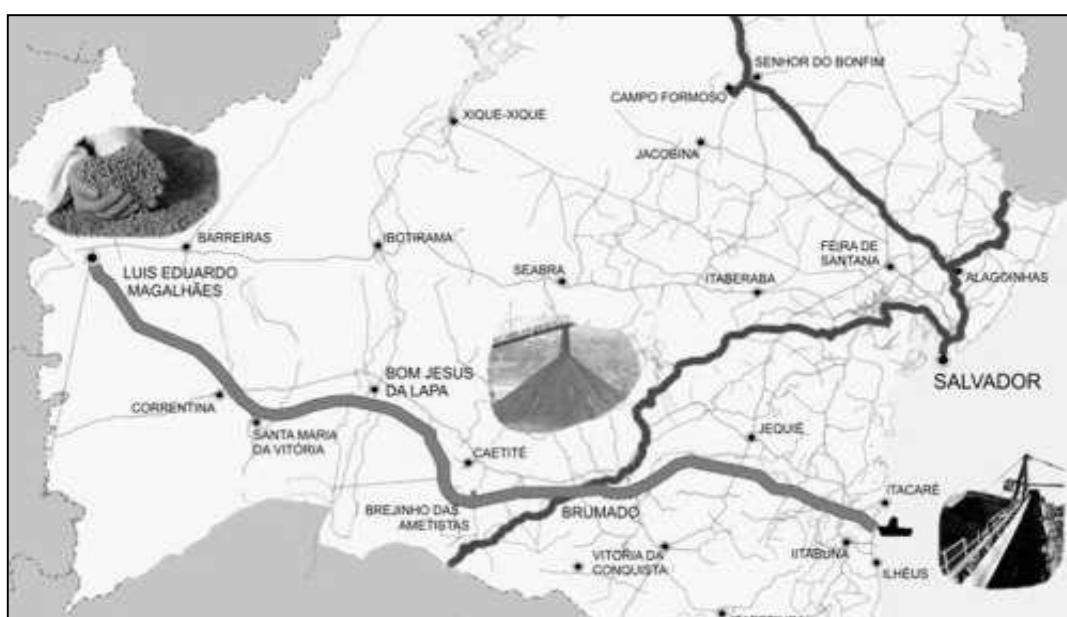
Chegada do Trem em Caculé - 30/12/1947 (autor desconhecido)

Devido à sua grande extensão, a ferrovia atravessa regiões geográficas bem distintas, cujos relevos variam das planícies aos terrenos montanhosos, o que influenciou na configuração dos problemas verificados em seu traçado.

No contexto do Território Sertão Produtivo, a ferrovia influencia, sobretudo, o desenvolvimento regional e, de forma mais direta, o município de Brumado para a exportação de sínteres (utilizados para fazer tijolos e massas refratárias, usados em fornos de siderurgias e fábricas de cimento), da magnésia cáustica (usada como complemento animal e para corrigir solos) e

de talco (utilizado nas indústrias farmacêuticas, de cosméticos, pneumáticas, alimentícias) e de óleo combustível pela Magnesita S. A.

Estudos para a instalação de um esquema logístico para o transporte ferroviário entre a Região Oeste e o Litoral da Bahia estão em desenvolvimento atualmente, o que por muitos é visto como essencial para a continuidade da expansão da agricultura e da agroindústria do oeste baiano. A ferrovia, de eficiência reconhecida no transporte de granéis, além de repercutir, positivamente, nos custos de produção e transporte, irá favorecer o poder de competição da produção dos subespaços Barreiras e Santa Maria da Vitória. Uma das possibilidades seria incluir a implantação de um trecho ferroviário ligando a Região Oeste, em Luis Eduardo Magalhães a Brumado ou a Malhada de Pedras, com melhoramentos na linha entre Brumado ou Malhada de Pedras e um porto na Baía de Todos os Santos. A possibilidade de implantação da **Ferrovia Oeste/Leste** gera uma perspectiva de geração de pretensos 30 mil empregos diretos, além de superávit na arrecadação de impostos, a ampliação da competitividade do agronegócio e a locação de um conceito moderno de sistema de transportes capitaneado pelas vias férreas que vinculariam rapidamente o ponto de produção ao ponto de escoamento, sem paradas desnecessárias, esvaziando o número de perdas de produtos por deterioração ou más condições de acondicionamento e condução.



Fonte: agrosoft.org.br

A construção da Ferrovia da Integração Oeste-Leste recebeu, no Orçamento da União para 2010, o valor de R\$ 1,046 bilhão, o que significa que já estão assegurados recursos para o início da obra, cuja extensão total é de 1.516 quilômetros, sendo 1,1 mil dentro do estado da Bahia. O Orçamento da União foi sancionado esta semana pelo presidente Lula.

- **Aeroviário**

A capacidade do aeroporto e as dimensões da pista limitam o tamanho, o tipo e o número dos aviões. Em termos gerais, o transporte aeroviário tem como função primordial a locomoção de passageiros e de pequenos volumes para longas distâncias, embora, presentemente, haja a tendência de aumentar, cada vez mais, o transporte das mercadorias de alto valor.

O Território comporta apenas aeroportos da aviação geral, que é um tipo de unidade para o atendimento de localidades que não apresentam potencial de demanda para a aviação regular, tendo como característica a operação particular, a aviação executiva e os táxis aéreos.

Os aeroportos homologados estão localizados nos municípios de Brumado, Caetité, Guanambi e Livramento de Nossa Senhora.

É possível perceber que o dinamismo de determinados núcleos urbanos, proporcionado pelas economias de aglomeração, foi o elemento que apresentou aspectos que funcionaram como facilidades locais, justificando, assim, os investimentos na implementação desses aeroportos. Vale a pena registrar que consta do Manual de Implementação de Aeroportos (IAC, p. III) que a homologação é um ato através do qual o Departamento de Aviação Civil (DAC) torna aberto o aeródromo ao tráfego aéreo público, sendo apenas por este motivo que foram estudados os mencionados aeroportos.

MAPA DOS AEROPORTOS HOMOLOGADOS NO TERRITÓRIO

Fonte: CAR/2006

É possível afirmar que o desenvolvimento das atividades econômicas em Brumado (principalmente da Magnesita S. A.), em Caetité (agropecuária, mineração e serviços), em Guanambi (algodão, pecuária e atividades do setor terciário) e em Livramento de Nossa Senhora (comercialização em termos gerais) funcionou como força de atração para o investimento na infra-estrutura da modalidade aeroviária. Esta realidade pode ser comprovada pela análise de alguns aspectos das quatro áreas urbanas que possuem aeroportos. Assim, Brumado, Caetité, Guanambi e Livramento de Nossa Senhora foram as cidades que apresentaram o maior contingente populacional e o maior consumo de energia nas classes residencial e comercial, assim como o maior número de estabelecimentos bancários, segundo o Censo de 2000.

A observação dos pontos de vista apresentados indica semelhanças com a localização dos aeroportos e das áreas com maiores níveis de crescimento urbano. O crescimento da cidade depende da especialização de vários tipos de serviços, sendo os benefícios usufruídos com a concentração espacial das atividades econômicas os elementos-chave para induzir o crescimento urbano. Este crescimento urbano pode viabilizar novos

investimentos, melhorando, assim, a infra-estrutura aeroportuária a nível regional.

Comunicações

As comunicações, juntamente com os transportes, são os principais meios de integração. Entretanto, como a cidade deve ser concebida em termos de interação humana, os meios de comunicação são os que se apresentam como os mais significativos na área urbana.

É possível afirmar que, originariamente, as cidades cresciam devido às oportunidades de negociações diretas. Mas, a necessidade decorrente da economia de tempo, os elevados custos de transportes e os congestionamentos do tráfego nas áreas urbanas estão levando, em determinadas circunstâncias, a uma substituição dos transportes pela atividade de comunicação.

Uma das principais vantagens proporcionadas pela aglomeração urbana são os benefícios decorrentes da sua proximidade com os centros de troca de informações. Este é o motivo pelo qual a expansão urbana se manifesta e tem como base o aumento do volume das comunicações. Assim, o melhoramento dos meios de comunicação é uma condição necessária para o crescimento urbano. Guanambi, Brumado, Caetité, Livramento de Nossa Senhora e Caculé são as cidades que apresentam o maior grau de contato com os domínios urbanos e a maior proporção de comunicações, possuindo uma tendência de crescimento mais rápido que as demais.

Com a possibilidade de expansão do setor industrial, estas cidades tendem a ser escolhidas como prioritárias por suas facilidades locais, podendo apresentar, também, outras conveniências por razões econômicas e pelo tamanho da sua população urbana. Esta realidade deve-se ao fato da indústria de transformação e do setor terciário necessitarem de mão-de-obra em diversos níveis de qualificação. Outro aspecto a ser considerado refere-se a fatores ditos secundários, que operam no sentido de expandir as funções e aumentar o tamanho das comunidades urbanas, pois grandes concentrações populacionais exigem a expansão de serviços a seu dispor como habitação, serviços sociais, facilidades de distribuição.

Paralelamente, os centros econômicos de gravidade são fortalecidos nos núcleos mais dinâmicos e o processo intensificado pela expansão dos serviços de comunicação. No momento o Território possui emissoras de rádio FM, em Guanambi (02), Caetité (01), Brumado (01), Livramento de Nossa Senhora (01) e Caculé (01) e FM em Guanambi, Caculé, Caetité, Brumado e Livramento de Nossa Senhora.

Energia Elétrica

O uso de energia por uma sociedade pode ser um bom indicador do seu grau de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Sem dúvida, a expansão do uso de energia contribui, direta ou indiretamente, para a criação de empregos, geração de renda e, conseqüentemente, expressando-se como um indicador de bem-estar de uma população.

No período situado entre 1990 e 2003, o Território teve um consumo médio anual de energia elétrica de 180.329,7 mil kWh, sendo os subespaços Brumado e Guanambi os responsáveis por 58,56% e 23,96%, deste consumo. Os subespaços Caculé e Caetité, juntos, foram responsáveis por 17,48% do consumo no período. Entre as classes de consumo mais importantes do Território no período analisado, destacam-se as classes industrial e residencial, com 39,48% e 29,07%, respectivamente. As demais classes foram responsáveis por valores situados abaixo de 8,84%. Vale salientar que, nos subespaços mais importantes quanto ao consumo – Brumado e Guanambi – destacou-se a categoria industrial em Brumado, graças às indústrias de mineração existentes (Magnesita, Xilolite e IBAR) e a categoria residencial, tanto em Brumado como em Guanambi.

Ainda no período 1990-2003, quando se analisa o consumo de energia elétrica por subespaço, observa-se que a classe de consumo residencial, a exceção do subespaço Brumado, correspondeu à categoria mais importante em todos os subespaços, com percentuais aproximados entre 40 a 50% do consumo médio anual. No subespaço Brumado, enquanto o consumo industrial foi responsável por um pouco mais da metade do consumo total (57,5%), a classe de consumo residencial absorveu um percentual menor, ou seja, de 20,0% do consumo médio anual. Além do subespaço Brumado, a classe de

consumo industrial deteve, ainda, certo nível de importância no consumo de energia elétrica nos subespaços Caetité (18,4%), Guanambi (13,4%) e Caculé (10,1%). A classe de consumo comercial, a exceção do subespaço Brumado, cujo consumo médio no período foi de 5,9%, caracterizou-se por um padrão de consumo muito próximo nos subespaços Caculé (com 11,4%), Caetité (com 11,2%) e Guanambi (com 14,3%). O consumo referente ao item iluminação pública, a exceção do subespaço Brumado, que foi de 6,4%, também apresentou variações muito próximas, ou seja, de 11,8% em Caetité a 13,80% em Caculé.

No começo da década de 90, o Território Sertão Produtivo apontava 75,8% dos usuários de energia elétrica como pertencentes à classe de consumo residencial. A participação percentual deste grupo majoritário de consumo em todos os subespaços foi sempre superior a 70% do total dos consumidores. Em, surgem os consumidores da área rural, os quais representaram 11,7% no conjunto do Território. No âmbito dos subespaços, a participação desta última categoria variou de 8,1% em Brumado a 17,5% em Caetité.

Saneamento Básico

É importante observar que o grau de atendimento do serviço de saneamento básico está diretamente relacionado com o processo de urbanização, vez que a demanda por este serviço cresce à medida que a população urbana aumenta.

Neste aspecto, entre os anos de 1970 e 2000 o Território registrou um processo de urbanização relativamente intenso já que, no mencionado período, a taxa de urbanização mais que dobrou, passando de 20,6% para 43,4%.

Outro aspecto importante para compreender a questão do saneamento básico na Região é o fato de que 59,7% da população regional se concentravam, no ano 2000, em cinco áreas urbanas – Guanambi, Brumado, Caetité, Livramento de Nossa Senhora e Caculé, sobrecarregando a demanda por serviços de infra-estrutura nestas cidades.

Portanto, sob o ponto de vista regional, não se trata apenas do crescimento vegetativo da população, mas, principalmente, dos movimentos

migratórios em direção aos aglomerados urbanos e da sua concentração em determinadas cidades.

Para a elaboração do perfil das condições de saneamento das sedes municipais, foram selecionados indicadores considerados representativos para o alcance dos serviços oferecidos, referentes aos componentes abastecimentos de água, esgotamento sanitário, remoção e disposição do lixo.

Abastecimento de Água

O levantamento realizado mostrou que todas as cidades contam com sistema de abastecimento d'água. Contudo, apenas as cidades atendidas pela EMBASA apresentam um melhor atendimento, o que não significa um serviço satisfatório para toda a população urbana, vez que, embora já exista a concepção sobre a incorporação do saneamento ambiental, ainda não se tem a universalização do acesso a este serviço. A confirmação desta realidade pode ser encontrada quando se compara este serviço com o número de ligações de energia elétrica. A maior incidência de domicílios atendidos por energia elétrica demonstra a ocorrência de residências que não dispõem de abastecimento de água. Com referência às cidades não atendidas pela EMBASA, convém acrescentar que os dados sobre a extensão da rede, sobre o volume d'água captado e disponibilizado não são disponíveis, existindo, desta forma, dificuldades para que se proceda a uma análise mais detalhada a este respeito. Assim, é possível afirmar que uma importante parte da população se encontra privada do acesso aos serviços adequados, sendo, inclusive, do conhecimento geral que faltam recursos técnicos e financeiros por parte das instituições responsáveis (as prefeituras, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE e a Associação dos Amigos de Lagoa Real), para que possam proporcionar um eficiente atendimento.

Algumas prefeituras, a exemplo de Sebastião Laranjeiras e Urandi, não cobram pelo serviço, que se consubstanciam, desta forma, como um serviço eminentemente social.

Os subespaços Guanambi, Brumado e Caetité apresentam os maiores percentuais de atendimento de abastecimento d'água, com 66,2%, 59,7% e 56,7%, respectivamente, dos domicílios com ligações d'água nas redes gerais.

Em vista disto, os subespaços Guanambi e Brumado dispõem de mais de 67% da rede e do volume de água captada e disponibilizada para o conjunto da Região.

Ao comparar os serviços de abastecimento d'água prestados pela EMBASA com aqueles prestados por outras instituições, a exemplo das prefeituras (Livramento de Nossa Senhora e Urandi), da Associação dos Amigos de Lagoa Real, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE (Dom Basílio e Iuiú) é possível perceber o melhor atendimento proporcionado pela EMBASA, cujo detalhamento de informações identifica o nível da prestação dos serviços, com o seu adequado tratamento.

O mesmo nível da prestação dos serviços efetuado pela EMBASA não pode ser esperado por parte de outras instituições prestadoras desse tipo de serviço, sobretudo pelos elevados e necessários investimentos em equipamentos para a captação e para as estações de tratamento, além dos altos custos para a ampliação e manutenção da rede de distribuição. Segundo informações obtidas através de entrevistas, existe a possibilidade, bem como a vontade por parte da prefeitura e da população das cidades, que o atendimento passe para a responsabilidade da EMBASA. Tudo indica já estar em fase avançada de negociação a assunção por parte da EMBASA da prestação desses serviços nos municípios atendidos pela SAAE.

Esgotamento Sanitário

Quanto aos serviços de esgotamento sanitário, pode-se afirmar que os níveis de atendimento ainda são bastante reduzidos, não tendo havido, nos últimos anos, o mesmo nível de progresso verificado no serviço de abastecimento d'água.

Por outro lado, não existem informações sobre determinados parâmetros como o volume dos esgotos gerados e nem a planta da rede de esgotos acompanhando a malha urbana, que são fundamentais para a avaliação deste serviço, pois refletem as condições reais do esgotamento sanitário. Sabe-se, entretanto, que à medida que cresce a população, aumenta o volume dos despejos sanitários produzidos por unidade de área.

Em virtude da falta de dados detalhados sobre a produção dos despejos domésticos e do percentual da população que faz uso de fossa séptica ou que possui canalização de esgotos, decidiu-se avaliar o sistema através dos dados da SEI, onde consta apenas o percentual da população considerada atendida.

Apenas os subespaços Guanambi e Brumado possuem mais de ¼ dos seus domicílios com este nível de serviço, sendo que as cidades de Brumado, Caculé e Sebastião Laranjeiras possuem mais de 50%. Contudo, esta conclusão não permite uma avaliação rigorosa, face à inexistência de informações mais detalhadas sobre a extensão das redes de esgotos sanitários e de águas pluviais, sobre a taxa de atendimento pelas mencionadas redes e por fossa séptica, bem como a relação dos atendimentos à população e aos logradouros com infra-estrutura de esgotos. Vale registrar que o Território ainda possuía, em 2000, cerca de seis municípios com menos de 1% dos domicílios atendidos por um sistema de esgoto – Candiba, Dom Basílio, Ibiassucê, Iuiú, Lagoa Real, e Palmas de Monte Alto.

Remoção e Disposição do Lixo

O serviço de limpeza urbana se apresenta de forma diferenciada nas cidades e nos respectivos logradouros. Nas áreas centrais, destacam-se a varrição e a coleta do lixo, que podem ser consideradas como regulares. Contudo, nas periferias das cidades a limpeza não obedece ao mesmo padrão observado nas áreas centrais.

Embora os dados apontem um nível relativamente alto da participação percentual dos domicílios atendidos com um adequado serviço de limpeza pública, quando se compara este atendimento com o do serviço de esgoto, o Território Sertão Produtivo, como a maioria dos territórios que estão em processo de urbanização, possui problemas decorrentes da disposição final dos resíduos sólidos urbanos.

Segundo informações das prefeituras de, praticamente, todas as cidades, o lixo é coletado e disposto nos lixões a céu aberto. Entretanto, é conveniente considerar a maneira como a população lida com os resíduos sólidos produzidos, com os problemas criados pela sua inadequada disposição e com os problemas enfrentados em função da qualidade ambiental. Somente

na cidade de Caculé existe uma cooperativa de catadores de lixo que faz reciclagem de uma pequena parte dos lixos coletados no município.

GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO

Modelo de desenvolvimento para o território:

“Um desenvolvimento que possibilite a formação de um território forte e igualitário onde todos tenham acesso às informações e disponham de comunicação eficiente”.

MDA

A gestão social tem colaborado para qualificar o processo de elaboração e seleção de novos projetos territoriais, reverem os princípios e diretrizes do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território. A concepção da gestão territorial requer, obrigatoriamente, a visão sistêmica, integradora de espaços, de atores sociais e políticos, de agentes econômicos, de mercado e das políticas públicas.

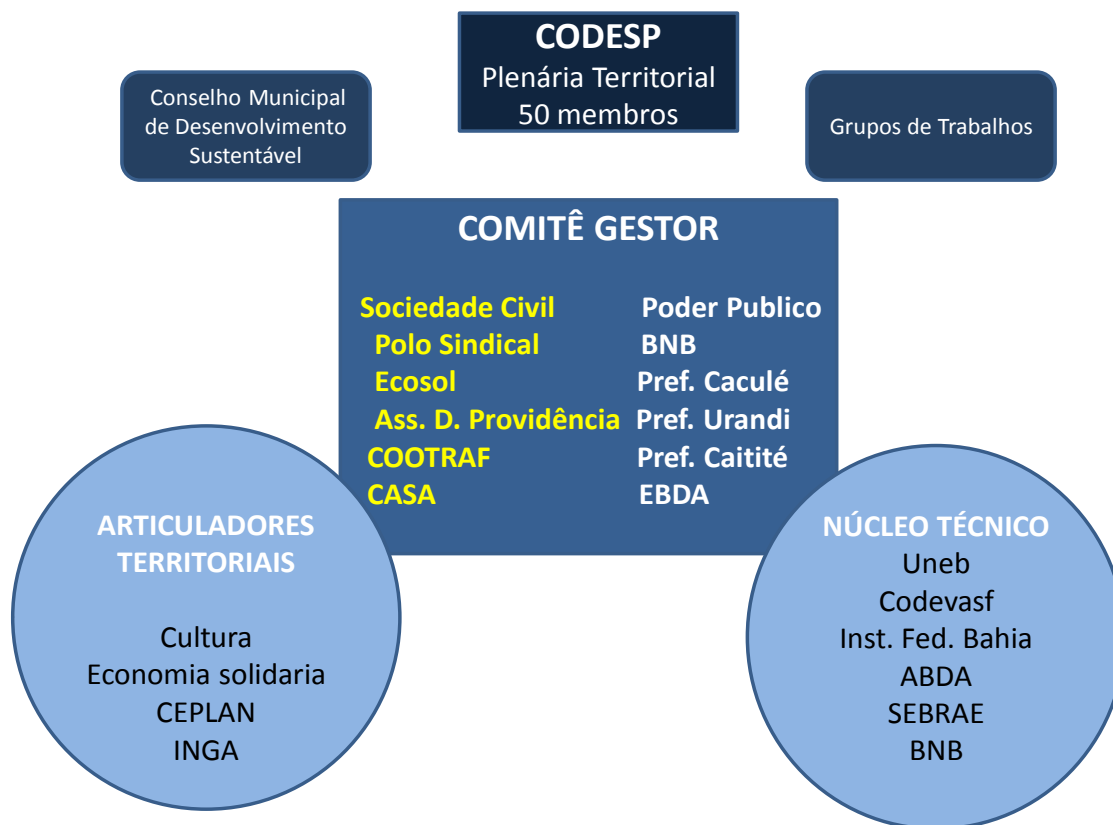


O conjunto de proposições incorporadas aos programas e projetos precisa ser devidamente acompanhado, avaliando, entre outros aspectos, a eficácia da execução e os resultados alcançados e seus impactos.

Para Superintendência de Desenvolvimento Territorial da MDA territórios são “espaços físicos, geograficamente definidos, geralmente contínuos, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”. De modo que favoreça a gestão de políticas públicas pautadas no desenvolvimento sustentável, no estímulo às parcerias, à articulação entre as demandas sociais, na promoção de capacidades e na participação em todos os níveis.

Com esta visão e política em 2006, foi criado o CODESP – Conselho de Desenvolvimento do Território Sertão Produtivo. Baseando-se na gestão democrática, o CODESP buscou originalmente congregar todos os segmentos da sociedade civil organizada, bem como representantes do governo, além de diversas ONGs que já atuavam no território. Sua obrigação fundamental é pelo desenvolvimento sustentável e pela integração dos municípios do Sertão Produtivo com sede no município Caetité na CETEP – Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo localizado na Av. Anísio Teixeira, S/N, CEP: 46.400-000; Caetité/BA. Sala do Sertão Produtivo. O Conselho é Composto por 50 membros, sendo dezenove representantes dos STR's da Base Territorial; dezenove das Prefeituras da Base Territorial; onze entidades da sociedade civil organizada – (MMC; Pólo Sindical de Gunambi, CASA, CPT, Associação da Divina Providência; COOMADAC; COOTRAF; ECOSOL; FETRAF; FETAG e EFA – Escola Família Agrícola de Caculé); uma representação do Poder Público – AMAVALE – Associação dos Prefeitos do Vale do São Francisco. Atualmente o Comitê Gestor é formado por 10 dirigentes.

ORGANOGRAMA DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO

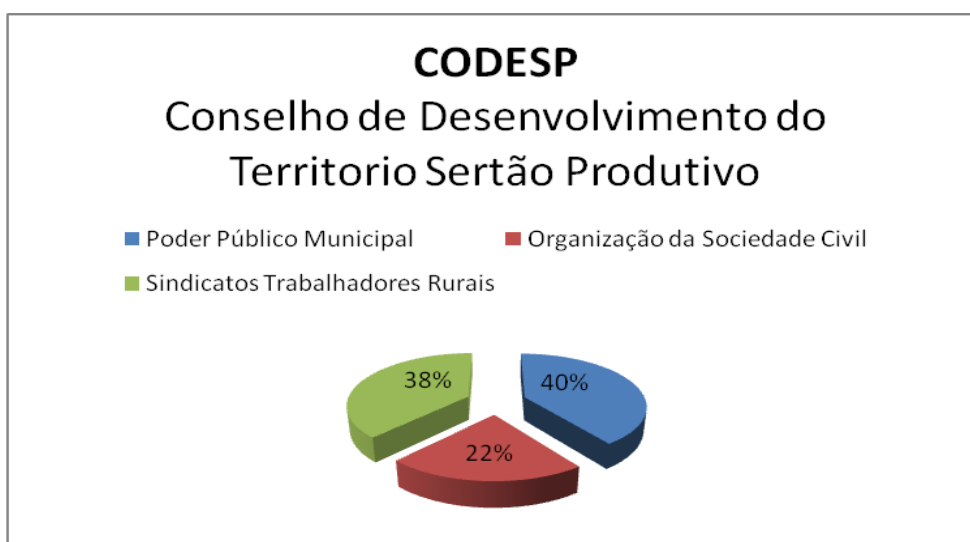


As Principais ações desenvolvidas do Conselho Territorial do Sertão Produtivo foram a assessoria Técnica e administrativa para a construção participativa do PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável; Apóio a Agricultura Familiar; Apóio a Projetos alternativos para geração de trabalho e renda no campo; Apoio a projetos de infra-estrutura voltados para o fortalecimento e agregação de valor a produtos da agricultura familiar; Mobilização e participação em Conferências, debatendo temas de interesse de todos os municípios do Território e Parceria com várias secretarias do Governo Estadual buscando a implantação de programas e projetos no Território.

Varias atividades também foram realizadas pelo Conselho como as oficinas municipais – levantamento de demandas/ prioridades para a construção do PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural

Sustentável. Estas oficinas foram de extrema importância no processo de construção do PTDRS. Além de ouvir a demanda da sociedade a partir dos eixos prioritários, a visita aos municípios possibilitou uma maior aproximação dos diversos setores da sociedade motivando a participação e o interesse pela política de desenvolvimento territorial.

Outro ponto positivo foi conhecer as diversas realidades que formam o nosso território. Esta na base, onde os conflitos e relações sociais se dão é fundamental para uma maior integração entre o Colegiado Territorial e os diversos municípios que formam o território; Oficinas Territoriais – Sistematização de dados e definição dos eixos prioritários para a construção do PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, que Sempre tiveram caráter consultivo. Foi muito importante realizar as etapas de escuta no Território. Um público menor, mas bastante representativo. Estas oficinas serviram para um melhor detalhamento dos eixos do Plano, visualizando melhor os eixos e programas a serem implantados no território; as reuniões para monitoramento e planejamento de ações. Sempre o Núcleo Gestor se reunia para avaliar e monitorar as ações desenvolvidas no território. Isso possibilitou uma melhor programação das atividades bem como contribuiu para uma organização da demanda e ações nos dezenove municípios do Sertão Produtivo e seminários enfocando Política Pública e Desenvolvimento Territorial, com objetivo de debater com a sociedade juntamente com representantes do Governo Estadual/Federal, políticas de desenvolvimento para o Território Sertão Produtivo.



O quadro que compõe a organização social desta do Território, não se pode deixar de evidenciar o surgimento das associações de produtores, empresários e comerciantes de diferentes ramos que buscam, principalmente, a consolidação de interesses econômicos, através da modernização produtiva, organizacional e gerencial dos seus empreendimentos, visando a identificação de melhores mercados para colocação de seus produtos. Os sindicatos da Região, criados em maioria na década de 1970, contam com a presença de um quadro significativo de trabalhadores sindicalizados, principalmente em decorrência da exigência da legislação previdenciária, para que os trabalhadores possam beneficiar-se da aposentadoria; na verdade, observa-se que os sindicatos regionais desempenham uma função mais assistencialista em relação aos trabalhadores, em muitos casos cobrindo as carências de assistência médico - odontológica não atendida pelos governos municipais e estaduais. A grande maioria dos sindicatos carece de estrutura adequada mesmo para as restritas atividades que realizam. As cooperativas localizadas no Território Sertão Produtivo estão vinculadas à existência e organização de grupos de interesse de diversas naturezas: fomento ao crédito, produção e comercialização de produtos da pecuária (gado e leite), pequenos e médios produtores irrigantes (frutas) e de garimpeiros. Estas organizações reproduzem os problemas comuns às demais cooperativas do Estado, quais sejam, baixa participação dos associados, verticalização das decisões por parte de grupos que exercem o controle da organização, despreparo e falta de informação dos associados inclusive quanto aos seus papéis enquanto cooperados, falta de apoio e recursos financeiros. Dentre as principais cooperativas, ressaltam-se: COODAMAC (Cooperativa Mista Agropecuária para o Desenvolvimento Auto - Sustentável de Caetité); COOTRAF (Cooperativa de Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar); Cooperativas agropecuárias dos produtores de leite de Guanambi, Candiba e Lagoa Real e ECOSOL Cooperativa de Crédito para Agricultura Familiar.

VISÃO DE FUTURO

“Promover ações que possibilite o desenvolvimento e a formação de um território forte e igualitário onde todos tenham acesso às



O desenvolvimento dos municípios que compõem o Sertão Produtivo mostra-se mais acentuado a partir do processo conjunto de análise territorial da região. Desta forma, a Visão de Futuro vem a ser a precipitação do resultado das ações oriundas dessa nova visão territorial de realidade e

das propostas para o desenvolvimento sugerido neste Plano, visando o incremento sócio-econômico da população, por meio de políticas públicas que acolham suas necessidades básicas a curto, médio e longo prazo. Tais indigências se concretizam de forma geral pelo acesso a saúde, educação, infra-estrutura, segurança e lazer.

De maneira específica também se consolidam através de estratégias para geração de emprego e renda, levando em conta a eficácia e a sustentabilidade das comunidades agrestes, objetivando a diminuição dos focos de êxodo rural atualmente registrados. Para tanto, a perspectiva porvindoura deste Plano apresenta um elenco de Ações/Resultados que envolvem todos os atores atuantes na região; promovendo o desenvolvimento sustentável e solidário, com foco a partir da agricultura familiar. Assim, a

promoção do desenvolvimento territorial no Sertão Produtivo se concretiza pelo processo participativo de planejamento, organização e controle das políticas públicas a partir da constante mobilização da Sociedade Civil e do Poder Público

Neste contexto, a Visão de Futuro almeja a universalização de atendimento nas áreas saneamento básico, educação contextualizada, investimentos estruturais em energia e transporte, segurança e defesa pública para a população como um todo, além de proporcionar o efetivo apoio técnico e financeiro aos projetos agropecuários e tantos outros que priorizem a criação de novos postos de ocupação profissional para cidadãos carentes, principalmente entre a clientela jovem concluintes do ensino fundamental.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO

O PTDS é um instrumento de orientação na elaboração de políticas públicas que devem ser priorizadas pelas esferas de governo, buscando garantir a ampla participação dos diversos setores sociais dos dezenove municípios que compõem o Território Sertão Produtivo, visando, desta forma, o seu desenvolvimento econômico sustentável. Igualmente funciona como ferramenta de direção e consulta para os gestores municipais no que tange à aplicação de recursos e otimização de projetos. Abrange-se, nesse contexto, a idéia de que a agricultura, tida como principal atividade de produção da região, não sustenta por si só todo o desenvolvimento regional, o que torna necessário o desdobramento de novas fontes de renda para as famílias que subsistem das atividades agropecuárias. As atividades rurais não agrícolas também necessitam de apoio, pois delas advêm um campo de novas oportunidades de geração de renda para as comunidades interioranas. Assim, este Plano Territorial se propõem a orientar programas e projetos específicos em prol do desenvolvimento rural igualitário e sustentável do Sertão Produtivo, a partir da mobilização da Sociedade Civil e do Poder Público.

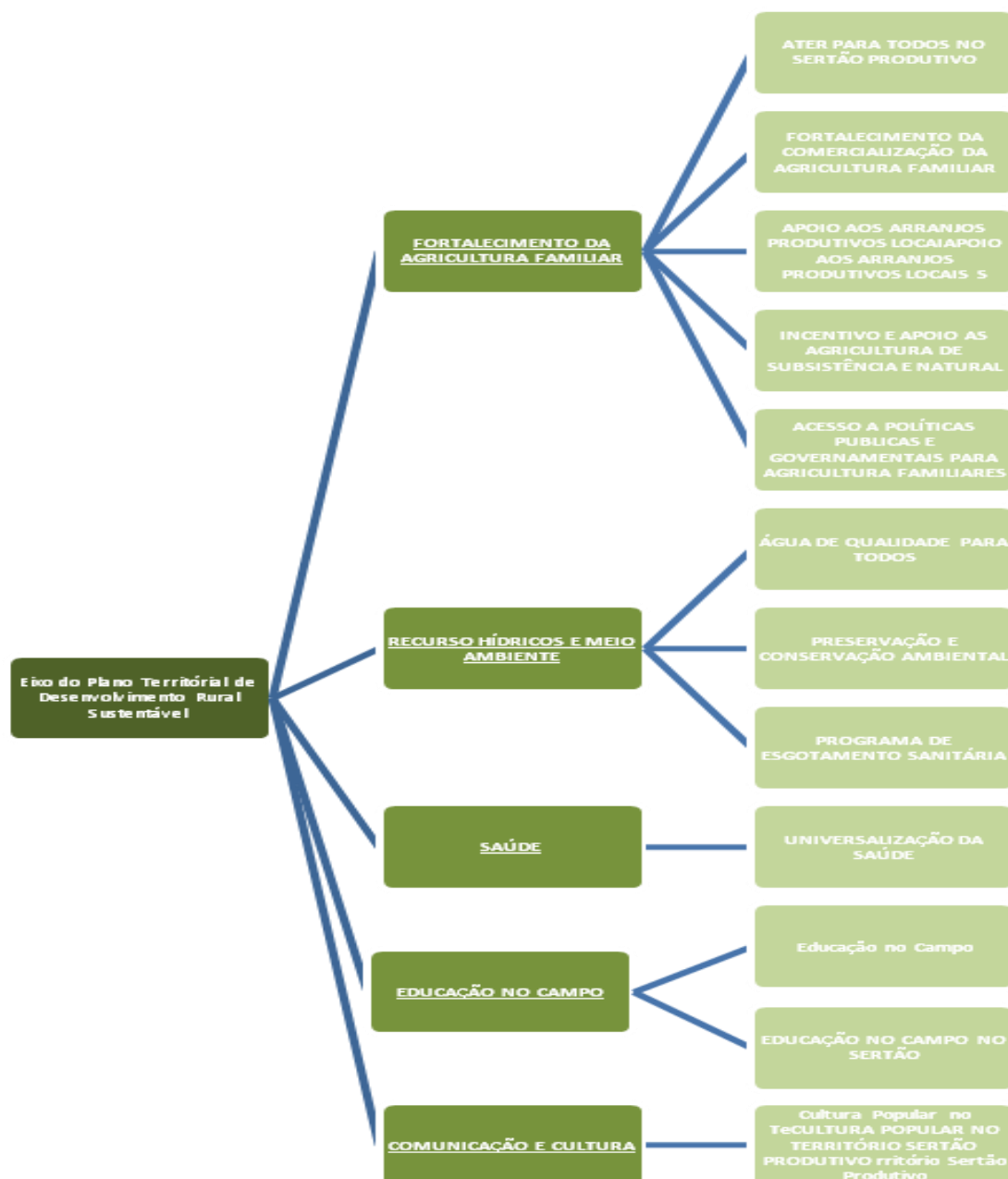
A realidade socioeconômica e ambiental do Território Sertão Produtivo foi retratada de maneira minuciosa nas páginas iniciais deste Plano e serve de “input” para ações eficazes de planejamento e gestão social do desenvolvimento territorial, em consonância com as demandas levantadas durante as contingentes oficinas realizadas durante a elaboração do PTDS.

Dentre suas especificidades, o presente Plano ambiciona contribuir para uma melhor aplicação de recursos públicos destinados ao Território Sertão Produtivo criando uma sintonia entre poder público e sociedade civil, além de aperfeiçoar a interação entre as diversas políticas governamentais já desenvolvidas na região. Assim, o Plano oferece possibilidades autênticas de controle social mais austero de tais políticas públicas, pois conta com a participação de organizações da sociedade civil desde a sua origem, o que qualifica esta intervenção.

A entrada de recursos dos distintos programas aqui apresentados colabora para a dinamização das economias locais, fortalecendo o mercado interno a partir da agricultura familiar, que tem como consequência um efeito

multiplicador que favorecerá a população como um todo. Deste sentido, ações de ajuda técnica na área rural funcionam como base para se alcançar o sucesso da política de créditos para a agricultura familiar. É necessário que o território, unido ao processo de elaboração deste PTDS possa pensar na estruturação de uma política de Assistência Técnica de médio e longo prazo para a região do Sertão Produtivo, onde a geração de renda, os aumento qualitativo dos indicadores sociais, a sustentabilidade, a agroecologia e o respeito às relações culturais sejam prioritários.

EIXOS AGLUTINADORES



EIXO – FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Problematização - Estiagem, Preço da Produção, Padronização, Falta de Assistência Técnica e baixa qualidade, Crédito, Zoneamento, Demora da liberação dos recursos, Falta de agroindústria, Planejamento do agricultor, O crédito não chega ao período certo, Infra-estrutura insuficiente para

beneficiamento e armazenamento da produção; Falta de uma política de garantia de preço mínimo e seguro agrícola; Atravessadores; Baixa qualidade dos produtos, Falta da consciência para a organização dos produtores, Problema das dívidas agrícolas (formação)/acompanhamento técnico e Uso de produtos químicos e de agrotóxicos.

Ameaças a Agricultura Familiar Camponesa - Falta de Políticas públicas; Uso indiscriminado de Agrotóxicos; Grande concentração de terras; Concentração de água; Retiradas de areia para a construção civil nas áreas do cerrado no município de Caetité; Adubação química; Falta de aterro sanitário; Construções irregulares e indiscriminadas nas áreas de bacias e lagoas; Queimadas e carvoarias; Avanço do plantio de eucalipto na região do Semi-árido; Ações dos atravessadores; Faltam luz elétrica e estradas; Carência de casas de farinha equipadas; Carência de infra-estrutura e informação técnica para os agricultores familiares; Burocracia na concessão do crédito e Monoculturas.

Trabalho Escravo - Não há registro ou conhecimento de ocorrência de trabalho escravo na região, porém, há fortes incidências de trabalho degradante nas lavouras algodoeiras nos municípios de Palmas de Monte Alto, Iuiu, Guanambi e outros e na fabricação de carvão nas regiões Caetité, Palmas de Monte Alto e outros.

Soluções Possíveis - Criar mercado local e regional para os produtos da agricultura familiar; Organização dos agricultores para comercialização em rede; Revisão do Zoneamento Agrícola para Território Sertão Produtivo. Aplicação dos recursos a partir do PST – Plano Safra Territorial; Apoiar a estruturação de três Pólos para a produção e formação de banco de sementes e mudas frutíferas; Convivência com o semi-árido, Plantas apropriadas, Assistência técnica continuada, gratuita e de qualidade; Disponibilidade e aplicação de crédito; Captação de água, Capacitação das famílias, Profissionais preparados para realidade, Créditos menos burocráticos,

Cooperativa de Técnicos, Cooperativa de Crédito, Valorizar e ampliar as alternativas de desenvolvimento sustentável / cultivo ecológico e orgânico; Recuperação das áreas degradadas / reflorestamento, especialmente nas proximidades das nascentes, olhos d'água, nascentes, etc. e ampliação, Programas de inclusão de jovens: formação, geração, ocupação e renda, acesso aos meios de produção e construção de agroindústrias Padronizadas.

Levantamentos das propostas das Oficinas Territoriais e municipais do Território Sertão Produtivo - Criação do Complexo Cooperativo da Região da Serra Geral através da ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário - CUT; Beneficiamento de frutas regionais pelo MMC e CPT; Desenvolvimento de novos produtos a partir da mandioca e feijão macaça; Fabricação e comercialização de biscoitos por grupos familiares em Aracatu; Produção e comercialização em pontos alternativos de embutidos e defumados da carne caprina e ovina; Artesanatos, multi-misturas e remédios caseiros em vários municípios pela Pastoral da Criança; Produção e comercialização de mel nos municípios de Candiba, Guanambi, Pindaí, Aracatu, Brumado, Caculé, Riacho de Santana, Botuporã, Licínio de Almeida e Mortugaba; Capacitação – Curso de formação para os agricultores familiares (Associativismo, cooperativismo, comercialização, gestão da propriedade; Desenvolver programa municipal de “agentes de desenvolvimento agrícola”; Realização de Seminário Municipal para debater sobre políticas públicas para a agricultura familiar; Incentivo a diversificação da produção familiar; Melhorar o sistema de Informação no município; Estruturação do posto avançado da EBDA; ampliação do Programa de titulação de terra para agricultor familiar; Apóio a piscicultura; Apóio a apicultura – casa do mel; Unidade de beneficiamento de leite – tanque de resfriamento; Fortalecimento de cadeia produtiva mandioca Apóio a criação de caprinos e ovinos; Dar mais atenção e apóio aos assentamentos locais; Levar energia para os assentamentos; Incentivo a criação de animais de pequeno porte; Apóio a cadeia produtiva da cana-de-açúcar (fabricação da cachaça); Aquisição de patrulha mecanizada; Criação de um banco de sementes; Apóio a fruticultura; Fortalecimento de mercado interno (apóio local a comercialização dos pequenos agricultores); Facilitar o processo de regularização fundiária dos

pequenos agricultores; Aquisição de caminhão para transporte dos produtos da agricultura familiar; ampliação do programa de Inseminação Artificial; urbanização rural; correção do sistema de irrigação de Ceraima; Parceira com indústrias para melhoria da política de preço; Incentivo na cultura do milho, algodão, sorgo, feijão, mandioca, mamona; Melhoria das estradas para escoar a produção dos perímetros irrigados; Criação de hortas comunitária; Melhoria habitacional; Criação de uma central de comercialização dos produtos agrícolas; Central de beneficiamento (esmagadora ou mini-usinas) para beneficiamento de sementes de oleaginosas; Programa de recuperação de áreas degradadas; Reformas e reestruturação das casas de farinha nas regiões tradicionalmente produtoras; Aquisição de tanques de resfriamento de leite; Aquisição de 15 trituradeiras; Fortalecer e incentivar as sementes crioulas; Universalizar o programa de compra direta dos produtos da agricultura familiar através da CONAB: (horticultura, feijão, sorgo, mandioca);

Prioridades - Capacitação das Famílias na agricultura, Assistência Técnica, Fortalecimento das Cooperativas, Cooperativa, Técnicos, Cooperativa Produção, Cooperativa Crédito, Agroindústria,

Parcerias - Governo Municipal, Estadual e Federal; Entidades Privadas e as ONGs;

Programa: ATER PARA TODOS NO SERTÃO PRODUTIVO

Objetivos:

Garantir a assistência Técnica de qualidade e continua para 100% dos agricultores familiares do Território Sertão Produtivo, comunidades quilombolas e áreas de assentamento, respeitando o meio ambiente e a cultura regional.

| Projetos | Principais Metas |
|--|--|
| Capacitação e qualificação do agricultor familiar | <ul style="list-style-type: none"> Curso de formação para os agricultores familiares (Associativismo, cooperativismo, |

| | |
|--|--|
| | comercialização, gestão da propriedade) |
| Agentes de desenvolvimento agrícola | <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver programa municipal de “agentes de desenvolvimento agrícola” nos municípios |
| Estruturação do posto avançado da EBDA | <ul style="list-style-type: none"> Estruturação da EBDA em todos os municípios com aquisição de máquinas, equipamento, veículos e principalmente aumento de técnicos no quadro da empresa |
| Seminário e encontros da agricultura familiar | <ul style="list-style-type: none"> Realização de seminários de fortalecimento da agricultura familiar, acesso as políticas públicas e encontros entre os agricultores |
| Qualificação e capacitação dos técnicos | <ul style="list-style-type: none"> Capacitação dos técnicos dos sindicatos, ONGs, EBDA, Cooperativas e movimentos sociais para implantar e elaborar os projetos do PAA e PNAE |

Programa: FORTALECIMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Objetivos:

Fortalecer e aumentar a comercialização da agricultura familiar utilizando as políticas pública e valorizando os mercados locais e regionais.

| Projetos | Principais Metas |
|--|--|
| Universalização dos programas como o PAA, PNAE | <ul style="list-style-type: none"> Fomentar e ampliar o acesso aos programas da CONAB para a comercialização e fornecimento as Prefeituras do Território e as escolas Estaduais |
| Certificação dos produtos advindos da agricultura familiar | <ul style="list-style-type: none"> Fomentar a certificação da produção da agricultura familiar com selos de produtos agroecológicos, orgânicos e sociais. |
| Capacitação em gestão e comercialização aos grupos Organizados | <ul style="list-style-type: none"> Capacitar e informar os agricultores e suas organizações na prática da comercialização e acesso a políticas públicas de fortalecimento da agricultura Familiar |
| Apoio a comercialização e apoio na realização de feiras | <ul style="list-style-type: none"> Apoio a feiras livres locais e regionais com barracas padronizadas |
| Criar mercado local e regional para os produtos da agricultura familiar | <ul style="list-style-type: none"> Criação de pontos de comercialização |

| | |
|--|---|
| Organização dos agricultores para comercialização em rede | <ul style="list-style-type: none"> • Formação de grupos e cooperativas com foco na comercialização • Criação de uma central de comercialização dos produtos agrícolas |
| Criação do Complexo Cooperativo da Região da Serra Geral | <ul style="list-style-type: none"> • Iniciar as ações da ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário no Território |

Programa: APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Objetivos:

Fortalecer, estruturar e organizar as cadeias produtivas da agricultura familiar do Território Sertão Produtivo.

| Projetos | Principais Metas |
|--|---|
| Fortalecimento da APL do Leite | <ul style="list-style-type: none"> • Progresso qualitativo do rebanho • Cursos de habilitação e capacitação • Implantação de Tanques de Resfriamento • Unidade de beneficiamento de leite • Ampliação do programa de Inseminação Artificial |
| Fortalecimento do APL da cana-de-açúcar | <ul style="list-style-type: none"> • Estruturar e melhorar a base das agroindústrias cana de açúcar em Caitité • Capacitação em gestão e comercialização • Aquisição de 15 trituradeiras; |
| Fortalecimento do APL da apicultura | <ul style="list-style-type: none"> • Produção e comercialização de mel nos municípios de Candiba, Guanambi, Pindaí, Ibiassucê, Brumado e Caculé • Apóio a apicultura – casa do mel; |
| Fortalecimento do APL da Mandioca | <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria de base das agroindústrias de mandioca • Capacitação em gestão e comercialização • Desenvolvimento de novos produtos a partir da mandioca • Fabricação e comercialização de biscoitos por grupos familiares em nos municípios deste território • Reforma e reestruturação das casas de Farinha |
| Fortalecimento do APL da Fruticultura | <ul style="list-style-type: none"> • Estruturação de unidades de produção de mudas • Aquisição de caminhão para transporte dos produtos da agricultura familiar • Correção do sistema de irrigação de Ceraima • Melhoria das estradas para escoar a produção dos perímetros irrigados • Construção de agroindústrias Padronizadas. |
| Fortalecimento do APL do caprino-ovinocultura | <ul style="list-style-type: none"> • Produção e comercialização em pontos alternativos de embutidos e defumados da carne caprina e ovina |

| | |
|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Apóio a criação de caprinos e ovinos • Estudo e análise do rebanho à nível territorial • Programa de Melhoramento do rebanho existente • Curso de capacitação para manejo dos animais |
| Fortalecimento APL de aves | <ul style="list-style-type: none"> • Apoio a produção de aves de corte e postura, capacitação, e comercialização; |
| Fortalecimento APL da Piscicultura: | <ul style="list-style-type: none"> • Municípios de Ibiassucê e Caculé estruturação da cadeia produtiva da piscicultura: construção de infra - estrutura para beneficiamento do pescado; |

Programa: INCENTIVO E APOIO AS AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA E NATURAL

Objetivos:

Fortalecer, estruturar e organizar os agricultores familiares valorizando sua cultura e o seu meio de produção, sua propriedade e seus conhecimentos.

| Projetos | Principais Metas |
|--|---|
| Fortalecimento das Sementes Criola | <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição e formação de bancos de sementes • Curso de capacitação para desenvolvimento de bancos de sementes • Desenvolvimento de novos produtos a partir do feijão macaça • Fortalecer e incentivar a produção das sementes crioulas |
| Turismo Rural | <ul style="list-style-type: none"> • Fazer o mapeamento de áreas favoráveis ao incremento do turismo rural, visando a sustentabilidade da região. • Apoio ao Artesanato local e regional |
| Sertão Produtivo orgânico e agroecológico | <ul style="list-style-type: none"> • Valorizar e ampliar as alternativas de desenvolvimento sustentável / cultivo ecológico e orgânico • Recuperação das áreas degradadas / reflorestamento, especialmente nas proximidades das nascentes, olhos d'água, nascentes, etc. e ampliação • Valorização e apoio da multi-misturas e remédios caseiros |

Programas: ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNAMENTAIS PARA AGRICULTURA FAMILIARES

Objetivos:

Fomentar a políticas pública e governamentais que fortalece os agricultores familiares do Território Sertão Produtivo

| Projetos | Principais Metas |
|--|---|
| Habitação Rural | <ul style="list-style-type: none"> Levantamento e análise da conjuntura habitacional no território; Edificação de residências na zona rural; Melhoramentos nas habitações já existentes no campo |
| Plano Safra Territorial | <ul style="list-style-type: none"> Aplicação dos recursos a partir do PST |
| Crédito para todos | <ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade e aplicação de crédito Créditos menos burocráticos |
| Programas de inclusão de jovens | <ul style="list-style-type: none"> Formação, geração, ocupação e renda aos Jovens da agricultura familiar |
| Regularização Fundiária | <ul style="list-style-type: none"> Ampliação do programa de titulação de terra para agricultor familiar; |
| Programa do Biodiesel | <ul style="list-style-type: none"> Apoio a cadeia produtiva das oleaginosas Incentivo na cultura do milho, algodão, sorgo, feijão, mandioca, mamona Central de beneficiamento (esmagadora ou mini-usinas) para beneficiamento de sementes de oleaginosas |

EIXO RECURSO HÍDRICO E MEIO AMBIENTE

Problemática - Depósitos irregulares de lixo; desmatamento, queimadas, Carvoarias, embalagem de venenos, quantidade e qualidade de água, falta de sanitário nas residências, falta de Políticas Públicas de Recursos Hídricos voltada para o Meio Ambiente, Falta de formação; grande quantidade de cerâmicas, Lançamentos de esgotos domésticos e industriais nos rios e Riachos, Falta de saneamento básico; Os desmatamentos em áreas onde existem reservas de água como: fontes, rios, e lagoas degradando-os ;

Práticas agrícolas inadequadas; Comunidades atingidas e ameaçadas pela construção de barragens; Utilização inadequada das margens de lagos e das matas ciliares dos rios; Exploração desordenada de minérios nos municípios de Caetité, Palmas de Monte Alto, Brumado, Tanque Novo, Aracatu, Riacho de Santana, Licínio de Almeida; Exploração de Urânio em Caetité; Retirada de argila para cerâmicas nas áreas de vazantes de diversos rios do território e Caça predatória de animais silvestres;

A seca que costumeiramente atinge os municípios do Semi-árido, torna-se a cada período um fator de degradação; ambiental;

Soluções - Reciclagem, aterros, coleta seletiva, reflorestamento e educação voltada à preservação, mudança do modelo agrícola para agricultura ecológica, construção de sanitários e estação de tratamento, construção de cisternas para todas as residências do meio rural.

Levantamentos das propostas das Oficinas Territoriais e municipais do Território Sertão Produtivo:

Recursos Hídricos

Ampliação de investimento para acesso de água potável; Efetivação da lei de recursos hídricos nos municípios; Construção de uma política pública integrada para resolver a falta de água para o consumo humano, doméstico animal e produção; Construção de açudes; Implantação de sistema simplificado de abastecimento de água nas comunidades rurais; Realizar cursos/encontros/palestras sobre o tema: Convivência com o semi-árido; Construção de cisternas para consumo humano e de produção; Recuperação e perfuração de poços; Preservação permanente de nascentes; Apóio a novas tecnologias de captação de água da chuva; Construção e limpeza de barragens; Construção de barreiros trincheira e subterrâneas;

Meio Ambiente

Educação ambiental nas escolas (todos os níveis) (zona urbana/rural); Revitalização dos Rios; Coleta seletiva de lixo; Parcerias com entidades ambientais; Criar conselhos (municipal e regional) de meio ambiente; Criar leis de proteção da caatinga; Criar currículo escolar para discutir meio ambiente; Recuperação de matas ciliares: Rios/córregos; Implantação de viveiros de plantas nativa; Formar e capacitar o Conselho Municipal de Meio Ambiente; Projeto de produção de mudas e reflorestamento realizado pela AECOFABA/SECOMP e FLORA; Criação da Agenda 21 local em vários municípios do território; Implementação de comitês de micro-bacias pelos Movimentos Ambientistas MATER e MODERA; Campanha pela revitalização do rio São Francisco e seus afluentes; Construção de usina de reciclagem de lixo –(coleta seletiva); aumentar fiscalização sobre o desmatamento ilegal e repressão a produção de carvão; Apoiar iniciativas alternativas para a geração de emprego e renda frente à produção de carvão que esta sendo a única fonte de renda dos produtores local; Potencializar o “lajedo”, espaço de lazer do município para o turismo rural; Cursos de turismo rural e preservação ambiental; Construção de um local definitivo para o lixo hospitalar; Construção de um galpão para os dejetos agrícola; Aquisição de um transporte para a coleta de lixo na sede e nos povoados; Fundo municipal de meio ambiente e educação ambiental; Ampliação da barragem Bernardinho; Busca de convênios com a FLORA – Floresta Nacional-Ministério do Meio Ambiente;

Prioridade: Levar água potável às famílias do meio rural (cisternas); Revitalização dos rios e reflorestamento com educação ambiental e Sanitária e fossas sépticas.

Parcerias - SRH, IBAMA, STR, Movimentos Sociais, ASA, CPT, ANA, Poder Público, CODEVASF, Associações rurais, EBDA, Comitês de Bacia, SEBRAE, Universidades, Igrejas.

Programas: ÁGUA DE QUALIDADE PARA TODOS

Objetivos:

Disponibilizar água de qualidade para consumo humano para todos que não tem e que precisam para melhorar o processo de produção

| Projetos | Principais Metas |
|---|--|
| Cisternas para captação de água de chuva | <ul style="list-style-type: none"> • Construção de Cisternas para proveito de águas pluviais em todo Território • Construção de Cisterna de produção • Realizar cursos/encontros/palestras sobre o tema: Convivência com o semi-árido |
| Estruturação hídrica na zona rural | <ul style="list-style-type: none"> • Construção e limpeza de barragens • Construção de barreiros trincheira e subterrâneas; • Aumento da quantidade de barragens na região • Construção de açudes • Limpeza de barragens • Construção de barreiros trincheira e subterrâneas • Implantação de sistema simplificado de abastecimento de água nas comunidades rurais • Recuperação e perfuração de poços • Apóio a novas tecnologias de captação de água da chuva • Ampliação da Barragem de Bernardinho |

Programas: PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Objetivos:

Fomentar e estruturar programas de preservação ambiental nas propriedades rurais, comunidades e sede dos municípios do Território.

| Projetos | Principais Metas |
|--|--|
| Buscar adquirir mudas nativas para distribuição gratuita nos municípios do território | <ul style="list-style-type: none"> • Buscar adquirir mudas nativas para distribuição gratuita nos municípios do território • Construção de viveiros de mudas nativas, salvaguardando em especial as espécies ameaçadas; • Distribuição gratuita de mudas oriundas da região • Projeto de produção de mudas e reflorestamento realizado pela AECOFABA/SECOMP e FLORA |
| Educação ambiental e reflorestamento de áreas degradadas | <ul style="list-style-type: none"> • Incentivo a reflorestamento de áreas degradadas • Educação voltada à preservação • Orientação dos agricultores para mudança do modelo agrícola para agricultura ecológica • Educação ambiental nas escolas (todos os níveis) (zona urbana/rural) • Revitalização dos Rios e nascentes • Criar currículo escolar para discutir meio ambiente • Busca de convênios com a FLORA – Floresta Nacional-Ministério do Meio Ambiente; |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Criar conselhos (municipal e regional) de meio ambiente • Criar leis de proteção da caatinga • Formar e capacitar o Conselho Municipal de Meio Ambiente • Criação da Agenda 21 local em vários municípios do território • Implementação de comitês de micro-bacias pelos Movimentos Ambientalistas MATER e MODERA • Campanha pela revitalização do rio São Francisco e seus afluentes • Aumentar fiscalização sobre o desmatamento |

| | |
|--|--|
| | <p>ilegal e repressão a produção de carvão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar iniciativas alternativas para a geração de emprego e renda frente à produção de carvão que esta sendo a única fonte de renda dos produtores locais • Potencializar o “lajedo”, espaço de lazer do município para o turismo rural • Fundo municipal de meio ambiente e educação ambiental |
|--|--|

Programas: PROGRAMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Objetivos:

Implantar e construir infra-estrutura necessária para diminuir ou eliminar os impactos ambientais dentro do Território.

| Projetos | Principais Metas |
|--|---|
| Elaborar estudo quanto à conjuntura de esgotamento sanitário nos municípios do Território | <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar estudo quanto à conjuntura de esgotamento sanitário nos municípios do Território |
| Reciclagem e coleta seletiva de lixo | <ul style="list-style-type: none"> • Implantar nos municípios o sistema de reciclagem de lixo e coleta seletiva • Construção de usina de reciclagem de lixo – (coleta seletiva) • Construção de um local definitivo para o lixo hospitalar |
| Melhoria dos aterros sanitários | <ul style="list-style-type: none"> • Construção e melhoria dos aterros sanitários municipais conforme a legislação ambiental |

EIXO SAÚDE

Problematização - Falta de sanitários adequados, Falta de tratamento da água, Falta de capacitação dos profissionais de saúde / a exemplo os agentes de saúde Faltam de profissionais em áreas específicas como: Cardiologista, Psiquiatra e outros, desnutrição das crianças, Uso excessivo de agrotóxicos, falta de Políticas Públicas nos municípios voltadas para a saúde, Falta de investimento na medicina preventiva e natural; Falta de política integrada; Falta de transporte para atender os doentes do meio rural e Falta de preparo dos ACS (Agentes Comunitários de Saúde) para lhes dar com questões de saúde.

Soluções Possíveis - Ampliação dos PSF na zona rural / com estrutura e profissionais qualificados, Valorizar a medicina alternativa, Melhoria no sistema sanitário, Conclusão e estruturação do Hospital Regional de Caetité; Investir na medicina preventiva Aquisição de Unidade Móvel de Saúde; Capacitação dos ACS - Agentes Comunitários de Saúde e Universalizar o acesso a água potável.

Levantamentos das propostas das Oficinas Territoriais e municipais do Território Sertão Produtivo: Cursos de formação para os agentes de saúde; Construção de sanitários; Monitoramento da qualidade da água consumida na zona rural; Incentivo a produção e consumo de alimentos agroecológicos; Projetos de rede de esgoto; Construção de um abatedouro/frigorífico regional; Universalização do programa de construção dos PSF's; Incentivo a medicina alternativa; Projetos para pasteurização do leite; Aquisição de ambulâncias; Ampliação dos serviços de odontologia; Ampliar a oferta de serviços médicos especializados, contratação de mais profissionais; Fortalecimento do Hospital de Caculé (APMI); Intensificar as campanhas epidemiológicas e preventivas; Campanha de saúde da família e dos idosos; Incentivar em cada município a criação de "casas da gestante"; Universalização do Programa SAMUR; Curso

de aperfeiçoamento para os conselheiros municipais de saúde; Universalização do Programa de “Farmácia Popular”; Ampliação do atendimento realizado pelo SUS; Conscientização e incentivo a coleta de embalagens dos produtos químicos; Criação de postos de saúde nos assentamentos; Incentivo a praticas de esportes (construção de quadras poliesportiva); Garantia da qualidade da água consumida; Territorializar dos atendimentos de média complexidade; Incentivar a manutenção dos espaços vazios existente na zona urbana (limpeza) Construção de postos de saúde nos assentamentos; Curso de capacitação para conselheiros municipais de saúde; Universalização de Farmácias Populares; Coleta de embalagens de produtos químico; Aquisição de unidades móveis com médico, enfermeiro e dentista; Melhorar a moradia das pessoas onde existe um grande índice de “barbeiros”; Realização de campanhas contra a doença de chagas identificando os casos da doença na cidade; Campanhas de prevenção contra a doença de próstata; Campanhas para valorização da saúde da família e do idoso; Construção das Casas da Gestante. Unidade de tratamento de água na zona rural; Frigorífico que atenda o abate regional de bovino, ovino e caprino; Fortalecer a associação do hospital (APMI);

Prioridades - A universalização dos PSF's no território, com estrutura, Fornecimento e tratamento de água, Saneamento básico, Implantação de programas de prevenção de doenças, consolidação dos CONSAD's (Conselho da Segurança alimentar para o Desenvolvimento Social), Término e estruturação do Hospital Regional de Caetité, Formação dos Agentes de saúde; Incentivo a medicina alternativa; Ampliação de serviços médicos especializados; Universalização do sistema SAMUR; Construção de “Casas da Gestante” e Saneamento básico.

Parcerias / Apoio Externo - Secretarias de saúde municipais e estaduais, Ministério da saúde e MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), Pastoral da criança, Profissionais da área de saúde da região.

Programa: UNIVERSALIZAÇÃO DA SAÚDE

Objetivos:

Melhorar e oferecer um sistema de saúde adequada para todos os habitantes do Território Sertão Produtivo.

| Projetos | Principais Metas |
|--|---|
| Melhorar a qualidade de vida das famílias que vivem no campo | <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da quantia de sanitários residenciais na área rural; • – Construção de abatedouros e frigoríficos em municípios “Pólos” do Território • Valorizar a medicina alternativa • Melhorar no sistema sanitário • Conclusão e estruturação do Hospital Regional de Caetité • Investir na medicina preventiva • Aquisição de Unidade Móvel de Saúde • Capacitação dos ACS - Agentes Comunitários de Saúde e Universalizar o acesso a água potável • Construção de “Casas da Gestante” e Saneamento básico |
| Melhorar o atendimento público de saúde nos municípios do Território Sertão Produtivo oferecendo serviço de qualidade a população carente | <ul style="list-style-type: none"> • Proceder estudo técnico quanto ao aproveitamento do Programa de Saúde da Família em todos os municípios do Território Sertão Produtivo, descrevendo a quantidade e a qualidade dos PSF's; • Aumentar quantitativa e qualitativamente o número de PSF's nos municípios; |

| | |
|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar contagem do número de Unidade Móvel de Saúde presentes no Território - SAMUR 192; • Estender Sistema SAMUR – 192 para os municípios ainda não contemplados com o serviço; • Fazer levantamento e ampliar a quantidade de Farmácias Populares no Território; • Amparar empreendimentos populares visando a produção de medicamentos alternativos; • Implantar programas de atendimento odontológico para as famílias carentes |
|--|--|

EIXO EDUCAÇÃO NO CAMPO

No Território a uma grande atuação das Escolas Famílias Agrícolas – EFAs, que desenvolvem um modelo de educação para o meio rural, pautado na experiência francesa conhecida naquele país como Casa Familiar Rural. As Escolas Família Agrícolas foram implantadas nesta Região há cerca de 30 anos, pela iniciativa do padre italiano Padre Aldo Lucchetta. Trata-se de uma experiência educacional que se apóia em processos de organização das comunidades rurais, oferecendo ensino fundamental e profissionalizante para alunos rurais, durante um período de quatro a oito anos.

Problematização - Educação descontextualizada, Migração do aluno para a cidade, Falta de pessoal capacitado.

Soluções Possíveis: Fortalecimento e ampliação das EFA's (Escolas Famílias Agrícolas), Ampliar a oferta de cursos de graduação do CAMPUS da UNEB de Caetité, Educação de qualidade voltada para a realidade local, EFA'S, PRONERA, CAT e Saberes da Terra, manutenção das mesmas e sustentabilidade, Reativação e reestruturação de escolas ou núcleos no campo (educação infantil a 4ª série), Capacitação e formação continuada para educadores que trabalharão com educação para o campo, Criação de cursos (ou campus) universitários voltados para o campo (zootecnia, agronomia, medicina veterinária, etc.), Fortalecimento dos Conselhos Municipais para se interarem do debate, Educação para que a sociedade conheça seus direitos e deveres, Uma política pública educacional com o intuito de propiciar a permanência das pessoas no campo, principalmente os jovens e Educação contextualizada no Campo e para o Campo.

Levantamentos das propostas das Oficinas Territoriais e municipais do

Território Sertão Produtivo: Universalizar o projeto de inclusão digital no campo; Incentivo a criação de escolas famílias agrícolas (busca de parcerias); Incentivar os programas de educação de jovens e adultos; Realização de oficinas sobre educação contextualizadas com os professores da rede municipal e estadual de ensino; Cursos profissionalizantes na área de educação ambiental e técnico agropecuária; Criação de bibliotecas nas comunidades rurais; Nucleação das escolas multi-seriadas; Desenvolvimento de “matérias” voltadas para o ensino do campo; Currículos voltados para a realidade do agricultor familiar; Cursos de alfabetização para adultos; Capacitação dos alfabetizadores do TOPA. (métodos de ensino-aprendizagem); Pedagogia da alternância; As escolas de ensino fundamental deverão ser desenvolvidas no campo; Criar pontos digitais no campo; Ampliar/desenvolver o programa todos pela alfabetização (TOPA); Criar cursos para a área rural (matérias voltadas p/ a realidade do campo. Ex. Convivência com o semi-árido); Capacitação de professores na área de disciplinas técnicas; Construção de bibliotecas nos povoados; Aquisição de área propícia para as práticas das atividades agrícolas; Criar núcleos técnicos profissionalizante; Implantar o programa “**Pedagogia da Terra**” em parcerias com as universidades; Aquisição de um veículo para a Secretaria Municipal de

educação a fim de servir de suporte aos trabalhos do projeto "CAT";
Melhoramento da infra-estrutura das escolas no campo (aquisição de equipamentos).

Prioridades - Educação contextualizada (local), Capacitação de pessoal (formação), Evitar a migração para a cidade.

Parcerias / Apoio externo - Universidades (UNEB/UESB); RESAB; ASA; FETRAF / Semear; IRPAA; CASA; AECOFABA(EFA's); MST (PRONERA); EMBRAPA; MOC (CAT); FETAG; CÁRITAS; CPT; Pastoral dos Migrantes.

Programa: EDUCAÇÃO NO CAMPO NO SERTÃO

Objetivos: Melhorar as condições de educação na zona rural a partir da realidade das comunidades rurais, debatendo com o poder público e a sociedade civil a proposta Territorial de Educação Contextualizada

| Projetos | Principais Metas |
|--|--|
| Educação no Campo no Sertão Produtivo | <ul style="list-style-type: none"> • Organizar proposta de implementação de um Programa Territorial de Educação contextualizada • Realizar seminários de abrangência territorial para debater a proposta de educação contextualizada; • Implantar o sistema de educação no campo na rede municipais de ensinos • Capacitação e formação continuada para educadores que trabalharão com educação para o campo • Fortalecimento e ampliação das EFA's (Escolas Famílias Agrícolas) • Educação de qualidade voltada para a realidade local, EFA'S, PRONERA, CAT e Saberes da Terra, manutenção das mesmas e sustentabilidade, Reativação e reestruturação de escolas ou núcleos no campo (educação infantil a 4ª série) • Ampliar/desenvolver o programa todos pela alfabetização (TOPA) |

| | |
|---|--|
| Proporcionar a formação sócio-profissional dos jovens. | <ul style="list-style-type: none"> • Majorar a oferta de cursos profissionalizantes no território • Aumentar e implantar o programa Pró-jovens nos municípios do Território • Buscar parceria com a UNEB para implantação de cursos superiores pelo PRONERA • Ampliar a oferta de cursos de graduação do CAMPUS da UNEB de Caetité |
| Inclusão digital e Cidadania | <ul style="list-style-type: none"> • Dilatar a quantidade de Unidades do Centro Digital de Cidadania no Território |
| Universalizar o acesso a livros e incentivar a leitura | <ul style="list-style-type: none"> • Implantação de Bibliotecas comunitárias. |

EIXO COMUNICAÇÃO E CULTURA

Problematização - Rádio comunitária / burocracia criação, Rádio, TV, jornal de circulação nas mãos de grandes políticos, Divulgação de repasse da aprendizagem entre os participantes, Comunicação entre as organizações, Falta de espaço, Cultura, falta do hábito de Leitura, Desvalorização da cultura Local

Solução - Criação da rádio comunitária legalizada e utilização dos programas populares, Valorização das iniciativas populares já existentes, utilizarem jornais informativo dos próprios movimentos para informa editais e ações culturais, Usarem as reuniões comunitárias municipais e regionais para informar mais a cultura do Território, Criar e incentivar grupos de leituras, utilizarem os murais, Resgate e incentivo da cultura local e regional

Levantamentos das propostas das Oficinas Territoriais e municipais do Território Sertão Produtivo: Curso de capacitação para comunicadores ; Espaço da divulgação a cultura e atividade local, Seminário de formação, Impresso, escrito e falada, Incentivando, apoiando e valorizando as culturas locais; Valorização do aspecto histórico de Contendas; Melhoria (ampliação)

da biblioteca existente; Ponto de apoio p/ comercialização de produtos artesanais e comidas típicas -(palha/couro, barro; arte em madeira, beiju, farinha); Apóio a manifestações culturais de terno de reis; Construção de Centros de Cultura – espaços para manifestações culturais; Apóio a Comunidade Quilombola; Incentivo a cavalgada realizada anualmente; Apóio ao reisado; Teatro cultural; Tombamento das antigas casas; Criação da Casa da Cultura (Geração de emprego e renda); Resgatar as culturas populares; Elaboração de projetos culturais; Incentivo ao teatro, danças, músicas e peças teatrais; Reativação das bandas filarmônicas municipais; Construção de uma escola de música; Criação de museus resgatando as histórias dos municípios; Criar um espaço que possibilite a exibição de filmes (Salão Municipal); Incentivar a criação de um grupo de teatro municipal; Mapeamento de pinturas rupestre; Revitalização dos patrimônios culturais (casa dos escravos (FAZ. Mandacarú); Implantar o projeto Cinema Itinerante; Resgatar/incentivar o trabalho com artesanato de barro; confecção de chapéu, vassouras e esteiras de palha; Construção de um galpão para amostragem dos produtos artesanais; Readequação das escolas para o meio cultural; Universalizar as informações; Realização de Feiras Territorial de Cultura Popular e Economia Solidária; Incentivar e apoiar a formação de “Casas da Cultura” no Território; Criar um “ponto de apoio” territorial que vise estimular a comercialização de produtos artesanais produzidos principalmente pelos agricultores (as) familiares; Buscar parcerias com os articuladores dos vários “eventos regionais” (Feiras, exposições, outros) para possibilitar a divulgação e comercialização de produtos artesanais do Território Sertão Produtivo; Cursos de capacitação para “agentes culturais” e elaboração de projetos na área da cultura; Mapear os “monumentos” históricos (casarões, fazendas, Igrejas, outros) que possam vir a ser tombados pelo IPAC; Mapear as várias comunidades remanescentes de quilombo na área do Território Sertão Produtivo.

Prioridade - População local e Microrregião, Circulação local regional, Território ASA, etc, Território ASA, Comunicação, Trabalhar nas famílias comunitárias municipais e regionais, Escolas, Mandatos populares, Formação/locutor etc.

Parceria - Sociedade civil, empresas privadas, Faculdades, Mandatos populares, Movimento e Pastorais Movimentos Pastorais, Escolas.

Programa: CULTURA POPULAR NO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO

Objetivos: incentivar, apoiar, estruturar e resgatar a cultura popular no Território Sertão Produtivo

| Projetos | Principais Metas |
|---|--|
| Cultura para todos | <ul style="list-style-type: none"> • Buscar desenvolver atividades de produção artesanal e reciclagem de produtos, envolvendo jovens rurais onde estes possam ter uma alternativa de trabalho e renda a partir destas atividades • Valorização das iniciativas populares já existentes • Impulsionar o incremento ao artesanato da região, incentivando a reciclagem dessa prática entre a juventude das zonas rurais • Aquisição de equipamentos para instalação e manutenção de teatros, cinemas museu e bibliotecas no território • Valorização da culinária regional • Capacitação e assessorar tecnicamente os agentes culturais nas diversas etapas da elaboração, produção, execução e gestão de projetos |
| Cultura para o mundo | <ul style="list-style-type: none"> • Promover o intercâmbio entre os municípios do território proporcionando a exposição de produtos da agricultura familiar estimulando a economia solidária e valorizando a cultura popular territorial • Realizar uma Feira Territorial de Agricultura Familiar, Economia Solidária e Cultura Popular |
| Cinema Itinerante | <ul style="list-style-type: none"> • Levar entretenimento a comunidades rurais, através da exibição de filmes e momentos de reflexão sobre os mesmos • Levar ao campo um projeto de Cinema Itinerante, atendendo as comunidades rurais mais isoladas. |
| Informativo da cultura do Sertão Produtivo | <ul style="list-style-type: none"> • Criação da rádio comunitária legalizada e utilização dos programas populares |

| | |
|--|--|
| | <p>utilizarem jornais informativo dos próprios movimentos para informa editais e ações culturais</p> <ul style="list-style-type: none">• Usar as reuniões comunitárias municipais e regionais para informar mais a cultura do Território |
|--|--|

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades de trabalho no território são amplas e requerem a efetiva articulação dos atores em torno de objetivos comuns. Desta forma, o presente Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável será o instrumento orientador para a indicação de Programas, Projetos e Planos de Trabalho a serem elaborados no conjunto dos onze municípios que integram o Território Sertão Produtivo. Sendo um produto de responsabilidade do CODESP, o Plano indica as ações a serem executadas pelos órgãos públicos e pelas organizações da sociedade civil organizada, desenvolvendo negociações sobre prioridade e alocação de recursos para apoiar investimentos que estejam em conformidade com os eixos e ações prioritárias definidas no mesmo.

Existe importante capital social em nossa região, embora que os municípios do território não estejam totalmente articulados para trabalhar em conjunto. Neste sentido, existe um rol de experiências isoladas e interessantes, que pode ser incorporado às ações do Plano. Um exemplo é o esforço para uma nova educação com enfoque no meio rural e agricultura familiar. Outro, o incentivo à geração de emprego e renda com foco na sustentabilidade. Avaliando-se as necessidades regionais imediatas, e também aquelas a serem implementadas a médio e longo prazo, o PTDRS permitirá que os gestores municipais planejem suas ações em caráter continuado, rompendo com o pensamento obsoleto de atuação que tinha como limite cronológico o mandato conquistado nas urnas e ainda inserindo uma perspectiva contemporânea de construção do processo de desenvolvimento sustentável duradouro.

O Plano igualmente servir de fonte inspiradora para outros instrumentos de planejamento e execução dentro do Território, contribuindo para a qualificação da participação dos conselheiros municipais e territoriais através da gestão participativa e sistematizando as idéias e sugestões debatidas nas oficinas e seminários territoriais.

Finalmente compete lembrar que o PTDRS não é algo cristalizado, a ser abandonado nas gavetas e bibliotecas. Ele deverá ser revisado constantemente, tentando decifrar e compreender as mudanças e exigências

da realidade territorial, especialmente se considerarmos os dados populacionais procedentes do recém-concluído Censo Demográfico de 2010. Cabe à população, às entidades e instituições do poder público que participam da implementação das práticas territoriais compreenderem que o PTDRS é um documento dinâmico, mais político do que técnico, orientador do desenvolvimento territorial. Assim, será preciso que todos assumam efetivamente o papel de monitorar, criticar e reelaborar o presente Plano, sempre que for considerado necessário, em prol de uma melhor qualidade de vida para toda a população.

REFERÊNCIAS

CODEVASF **Informação sobre Projeto Iuiú.**
http://www1.codevasf.gov.br/produtos/pro_valeoiuiu.htm, acesso em 10/11/2009.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA) Perfil Regional: Serra Geral. Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS/ Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – Salvador, 2007.

INB – Indústrias Nucleares do Brasil. Perfil Corporativo. Coordenação de Comunicação Corporativa. Brasília. 2001, 87p.

INB – Indústrias Nucleares do Brasil. Perfil Corporativo. Coordenação de Comunicação Corporativa. Brasília. 2002, 31p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativa de população. IBGE 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>, acesso em 16 de agosto de 2009.

PROJETO RADAMBRASIL. **Levantamento de recursos naturais**, folha SD 24 Salvador; geologia; geomorfologia pedologia; vegetação; uso potencial da terra. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, 1981. 624 p. il. map. (Levantamento de recursos naturais, 24).

PROJETO RADAMBRASIL. **Levantamento de recursos naturais**, folha SD 23 Brasília; geologia; geomorfologia; pedologia; vegetação; uso potencial da terra. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, 1982. 660 p. il. map. (Levantamento de recursos naturais, 29).

WIKIPÉDIA, **Bahia, 2009**. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bahia>, acesso em 11/11/2009.

WIKCMÉDIA, **Apêndice: Municípios do Estado da Bahia, 2009**. Disponível em <http://pt.wiktionar.org/wiki>, acesso em 11/11/2009.

ANEXO

CONTATOS DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS

| NOME DO TERRITÓRIO | | SERTÃO PRODUTIVO | |
|--|--|------------------|--|
| NOME DO COLEGIADO TERRITORIAL | ENDEREÇO (COMPLETO) | TELEFONE | CORREIO ELETRÔNICO |
| ODESP – Conselho de Desenvolvimento do território Sertão Produtivo | CETEP – Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo. Endereço: Av. Professor Anísio Teixeira, S/N, CEP: 46.400-000; Caetité/BA. Sala do Sertão Produtivo. A/C Anderson Públio | (77) 8112-0053 | sertaoprodutivo@yahoo.com.br |
| NOME DO/A ARTICULADOR/A TERRITORIAL | ENDEREÇO (COMPLETO) | TELEFONE | CORREIO ELETRÔNICO |
| Anderson Públio Azevedo – INGÁ/SEPLAN/FETAG | Av. Armino Gomes de Carvalho, nº 13, Centro; CEP: 46.400-000 – Caetité-BA | (77) 8112-0053 | publio04@hotmail.com |
| Verônica dos Santos Brito – SDT/ASCONTEC | Av. Professor Anísio Teixeira, S/N, CEP: 46.400-000; Caetité/BA. Sala do Sertão Produtivo. | (77) 8120-1060 | veraibce@hotmail.com |
| NOME DOS/AS DIRIGENTES DO COMITÊ GESTOR (OU EQUIVALENTE) | NOME DA ENTIDADE OU INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA | TELEFONE | CORREIO ELETRÔNICO |
| Osme Nascimento Pereira | Coordenador – Pólo Sindical da Região de Guanambi | (77) 3451-7321 | cosmenp@hotmail.com |
| Joaquim dos Santos | Vice – coord. – Cooperativa de Crédito Rural | (77) 3455-2430 | joaquirkinka@hotmail.com |
| Hilberto Abel | Séc. Executiva – Banco do Nordeste | (77) 3451-1040 | abelcotrim@micks.com.br |
| Luciene Ribeiro dos Santos | Membro do NG – Cooperativa de Ass. Técnica | 3455-1505 | stluciene@hotmail.com |
| Alideia Rodrigues | Membro do NG – Ass. Divina Providência | 3441-0712 | alideiarodrigues@yahoo.com.br |
| Angelo Costa | Membro do NG – Centro de Agroecologia no Semi – Árido | 3452-0658 | casagbi@yahoo.com.br |
| José Roberto Neves | Membro do NG – Prefeitura Municipal de Caculé | 3455-1412 | betovice@hotmail.com |

INSTITUIÇÕES DO COLEGIADO DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO

PÓLO SINDICAL DA REGIÃO DE GUANAMBI;

DELEGACIA REGIONAL DA FETAG;

FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar;

COOTRAF – Cooperativa de Acessória Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar;

AMAVALE – Associação dos municípios da Serra Geral e Bacia do São Francisco;

COOMADAC – Cooperativa Mista e Agropecuária para o desenvolvimento auto-sustentável de Caetité e Região

CASA – Centro de Agroecologia no semi-árido;

CPT – Comissão Pastoral da Terra (Diocese de Caetité);

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas Região Serra Geral;

MATER – Movimento Ambientalista Terra;

MODERA - Movimento pela Despoluição e Conservação do Rio do Antonio;

AECOFABA – Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia;

APROCANA – Associação dos produtores de cana-de-açúcar e Derivados de Caetité e Região;

Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios da área de abrangência do Território;

Igreja Católica/ Pastoral da Criança;

Associações Comunitárias Rurais;

Fórum da Agenda 21 Local – Guanambi;

ASA – Articulação no Semi-árido Serra Geral;

CARITAS da Diocese de Caetité;

ECOSOL - Cooperativa de Crédito rural e economia Solidária de Serra Geral;

Complexo Cooperativo da Região da Serra Geral/ADS;

COOPERC – Cooperativa do Perímetro Irrigado de Ceraima;

COOPAG – Cooperativa Agropecuária de Guanambi R. L.;

COOPACAM - Cooperativa Agropecuária de Candiba;

APIMUP – Associação de Apicultores do Município de Pindai;

ACOPRUM – Associação dos criadores de Caprino e Ovinos de Pindai

Associações de Fruticultores do Perímetro de Estreito – Urandi e Sebastião Laranjeiras